

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem

Silmara Souza Parise

**A FALA-EM-INTERAÇÃO E O DESACORDO SOB A PERSPECTIVA DA
LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL**

DOUTORADO EM
LINGUÍSTICA APLICADA E ESTUDOS DA LINGUAGEM

São Paulo

2015

Silmara Souza Parise

**A FALA-EM-INTERAÇÃO E O DESACORDO SOB A PERSPECTIVA DA
LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL**

DOUTORADO EM
LINGUÍSTICA APLICADA E ESTUDOS DA LINGUAGEM

Tese apresentada em atendimento à exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem.

Orientadora: Prof^a. Dra. Sumiko Nishitani Ikeda.

São Paulo

2015

II

Silmara Souza Parise

**A FALA-EM-INTERAÇÃO E O DESACORDO SOB A PERSPECTIVA DA
LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL**

BANCA EXAMINADORA

São Paulo, 25 de junho de 2015.

Aos meus filhos, noras e neto.

AGRADECIMENTOS

À minha querida orientadora, Profa. Dra. Sumiko Nishitani Ikeda, por sua incansável dedicação, rigor e amizade, pelo que serei eternamente grata.

À Dra. Inês Zuccar, que me ajuda a dialogar com a vida e sempre ilumina a minha criatividade em nossas conversas.

Aos Professores Dr. Marcelo Saporas, e Dra. Angela B.C.T. Lessa, pela leitura criteriosa e contribuições nos exames de qualificação, que muito enriqueceram esta tese, e por aceitarem a fazer parte da banca de defesa.

Às Professoras Dra. Leiko Matsubara Morales e Dra. Flaminia Manzano Moreira Lodovici por terem aceitado fazer parte da banca de defesa.

Aos funcionários do LAEL, Maria Lúcia e Márcia pela atenção com que sempre acolheram as minhas questões.

À PUC e CAPES pela concessão da bolsa de estudos que viabilizou a produção desta tese.

Aos queridos amigos Marcelo, Wander e Ulisses, pelo carinho e amizade que jamais esquecerei.

A grande temporalidade consiste no diálogo infinito e inconcluso no qual não morre nem um só dos sentimentos.

Bakhtin

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é o exame do desacordo em um diálogo informal entre um homem e uma mulher para verificar as escolhas léxico-gramaticais que marcam a ocorrência de desacordos, bem como as circunstâncias que cercam essas ocorrências. O estudo do ato de discordar na conversa diária tem sido associado de um lado ao trabalho de Análise da Conversa, com base na noção de preferência, e, de outro lado, ao conceito de face no modelo de polidez. Há notáveis pontos de convergência na definição de preferência e de polidez. Mais especificamente, ambas veem o desacordo como socialmente disruptivo, sendo assim, considerado como segunda parte despreferida ou atos-ameaçadores-de-face. Ambas as abordagens enfatizam o fato de que os desacordos devem ser mitigados ou adiados: entre, dentro e através de turnos. Assim, os desacordos conversacionais tendem a ser temporariamente postergados e estruturalmente complexos e, em geral, prefaciados por acordos parciais, hesitações, pedidos de esclarecimento, repetição da pergunta, entre outros. Na realidade, o grau e o tipo de estratégia usados para mitigar as ameaças-de-face ou os atos despreferidos não podem ser postulados *a priori*, mas precisam ser apoiados em análises de dados empíricos, sensíveis ao contexto – tanto situacional quanto cultural - do evento da fala em que o ato ocorre. A análise de cunho crítico tem o apoio da Linguística Sistêmico-Funcional, que permite fazer a relação entre a microestrutura das escolhas léxico-gramaticais com a macroestrutura do desacordo e suas implicações. Seguindo tendência dessa área de pesquisa, adoto uma base teórica eclética, extraindo as intravisiões de diferentes abordagens, mas com referência especial para a Análise da Conversa, a Linguística Sistêmico-Funcional e a Linguística Crítica. A pesquisa deve responder às seguintes perguntas: (a) Como se caracteriza linguisticamente o desacordo ou a sua mitigação? (b) Que papéis exercem, nesse processo, a causalidade, a concessividade e a adversatividade? (c) Qual é a função da Avaliatividade e da Modalidade em relação a essas questões?

Palavras-chave: Análise da Conversa. Desacordo. Causa. Concessão. Linguística Sistêmico-Funcional. Avaliatividade.

ABSTRACT

The objective of this research is the examination of disagreement in an informal casual talk-in-interaction between a man and a woman to verify the lexicogrammatical choices that highlight the occurrence of disagreements, and the circumstances surrounding these events. The study of the act of disagreeing in daily conversation has been associated to both, Conversation Analysis studies, based on the notion of preference, and to the concept of model of Politeness. There are notable points of convergence in the preference setting and politeness. More specifically, both see disagreement as socially disruptive and, thus, considered as the second dispreferred part or face-threatening-acts. Both approaches emphasize the fact that disagreements should be mitigated or postponed: between, within and across speech turns. Thus, conversational disagreements tend to be temporarily postponed and structurally complex and generally preceded by partial agreements, hesitations, requests for clarification, repetitions of the question, among others. In fact, the degree and the type of strategy used to mitigate face-threatening-acts or dispreferred acts cannot be postulated a priori, but must be supported by empirical data analysis, which are situationally and contextually sensitive of the event of speech in which the act occurs. The critical nature of the analysis carried out is supported by the Systemic Functional Linguistics, which allows the relationship between the microstructure of lexicogrammatical choices with the macrostructure of disagreement and their implications. Following the trend of this research area trend, I adopt an eclectic theoretical base, extracting insights of different approaches, but with special focus on Conversation Analysis, Systemic Functional Linguistics and Critical Linguistics. This research aims to answer the following questions: (a) How are disagreement and mitigation characterized linguistically? (b) Which roles do causality, concession and adversativity perform in this process? (c) What is the function of Appraisal and Modality in relation to these issues?

Keywords: Conversation Analysis. Disagreement. Cause. Concession. Systemic Functional Linguistics. Appraisal.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Abordagens relevantes para analisar a conversa casual.....	5
Quadro 2 -	Esquema da Concessiva Casual	35
Quadro 3 -	Modalidade: entre 'sim' e 'não'	46
Quadro 4 -	As três Metafunções	47
Quadro 5 -	Os subsistemas da Avaliatividade	50
Quadro 6 -	Tipos de Avaliatividade.....	52
Quadro 7 -	Resumo da teoria	52
Quadro 8 -	Critérios de transcrição adotados pelo Projeto NURC	56
Quadro 9 -	Episódios de desacordo.....	103
Quadro 10 -	Concessividade no desacordo.....	106
Quadro 11 -	Causalidade no desacordo.....	107
Quadro 12 -	Modalidade no desacordo	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Turnos e sobreposições de turno.....	101
Tabela 2 -	Avaliatividade e seus subsistemas nas ocorrências de desacordo.....	108

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Sobreposição de turnos por falante	101
Gráfico 2 - L1 - Avaliatividade no desacordo.....	108
Gráfico 3 - L2 - Avaliatividade no desacordo.....	109

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAF	Ato de ameaça à face
AC	Análise da Conversa
CCard	Concessiva Cardinal
LSF	Linguística Sistêmico-Funcional
PAdj	Par adjacente
PPP	Primeira parte do par
SPP	Segunda parte do par
UCT	Unidade de construção de turno

SUMÁRIO¹

1	INTRODUÇÃO	1
2	APOIO TEÓRICO	9
2.1	A Análise da Conversa	9
2.1.1	A Estrutura da Conversa	10
2.1.2	Projetabilidade e Contingência.....	12
2.1.3	A Sequencialidade	13
2.1.4	Estratégia e Influência Contextual.....	16
2.1.5	Estratégia e Comportamento Verbal e Não-verbal	18
2.1.6	A Conversa Casual	22
2.2	O Desacordo na Conversa	23
2.2.1	Desacordo e Polidez	25
2.2.2	O Alinhamento	27
2.2.3	A Mediação	30
2.2.4	A Polifonia Linguística	32
2.3	A Concessão	34
2.3.1	Os tipos de <i>MAS</i>	36
2.4	A Causalidade	38
2.5	A Linguística Sistêmico-Funcional	42
2.5.1	As Metafunções.....	42
2.5.1.1	<i>A Metafunção Ideacional</i>	44
2.5.1.2	<i>A Metafunção Interpessoal</i>	45
2.5.1.3	<i>A Metafunção Textual</i>	47
2.5.2	A relação entre micro e macro estruturas.....	48
2.5.3	A Linguística Crítica.....	49
2.5.4	A Avaliatividade.....	50
3	METODOLOGIA	53
3.1	A escolha da Metodologia de Pesquisa	53
3.2	Dados	54
3.3	A relevância na escolha do corpus	55
3.4	Transcrição dos dados.....	56
3.5	Procedimentos de análise.....	57

¹ A formatação desta tese segue as Normas da ABNT de 2011.

4 ANÁLISE, INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO	59
4.1 Análise e interpretação do 1º. Extrato - A analogia	59
4.2 Análise e interpretação do 2º. Extrato - Transporte ou comunicação?	87
4.3 Análise e interpretação do 3º. Extrato - Desenvolvimento é bom ou ruim?	96
4.4 Resultados Gerais	101
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS.....	118
ANEXOS.....	129

FALA-EM-INTERAÇÃO² E O DESACORDO SOB A PERSPECTIVA DA LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo analisar e interpretar a interação que ocorre em conversas casuais e os significados que subjazem à sua natureza aparentemente trivial, em especial, nas situações de desacordo. Investigo as realizações linguísticas de um homem de 26 anos, solteiro, engenheiro, paulistano, e de uma mulher de 25 anos, solteira, psicóloga, paulistana, em um diálogo informal, que faz parte do acervo gravado pelo Projeto NURC (Norma Linguística Urbana Culta), em 15 de março de 1976, com o propósito de caracterizar a modalidade culta em centros urbanos do Brasil, por meio do estudo da fala culta e habitual da língua falada e por meio de uma documentação capaz de fornecer dados precisos sobre a língua portuguesa, respeitadas as diferenças culturais de cada região.

No caso desta pesquisa, a conversa que analiso é parcialmente casual - um diálogo informal - em que se solicitou aos participantes que falassem sobre a cidade e o comércio, e, portanto, com uma meta mais ou menos delineada, mas que acaba tomando rumos inesperados, como no caso da conversa casual. No decorrer dessa interlocução, entre o engenheiro e a psicóloga, verifiquei que eram vários os momentos de desacordo, alguns explícitos, outros perceptíveis apenas por dados contextuais socioculturais.

A conversa é um evento interativo por meio do qual negociamos significados e construímos um quadro de nossas vidas como seres sociais. Essa construção do mundo da realidade ocorre em diferentes tipos de interação.

Segundo Eggins e Slade (1997, p. 19), a conversa casual "não é

² Fala-em-interação parece ser a terminologia utilizada mais recentemente no Brasil por pesquisadores em seus trabalhos que incluem os pressupostos teóricos da Análise da Conversa (AC), principalmente os que analisam as interações dos falantes e o modo como tratam as suas ações e as ações dos outros, por meio de estudos etnometodológico. (SILVA et al, 2009).

motivada por nenhum fim pragmático claro" (EGGINS; SLADE, 1997, p. 19). Isso nos faz compará-la com outros tipos de interação em que os falantes procuram alcançar uma meta pragmática por meio da conversa, como é o caso da conversa orientada que acontece, por exemplo, na compra e venda, no pedido de informação ou na realização de alguma tarefa.

Segundo Georgakopoulou e Patrona (2000), o estudo do ato de discordar na conversa diária tem sido associado de um lado ao trabalho da Análise da Conversa, de Pomerantz (1984), baseado na noção de **preferência**, e, de outro lado, ao conceito de face no modelo de **polidez**, de Brown e Levinson (1987). As duas abordagens são diferentes, já que a primeira capta os modos sistemáticos em que os pares adjacentes são organizados na sequência da interação conversacional, incluindo a segunda parte preferida ou despreferida, enquanto que a segunda procura referir-se aos motivos psicológicos ou intenções individuais, formatados pela necessidade universal de ser polido.

Contudo, há notáveis pontos de convergência na definição de preferência e de polidez. Mais especificamente, ambas veem o desacordo como socialmente disruptivo, sendo, assim, consideradas como segunda parte despreferida (i.e. parte menos esperada e menos desejada do par dentro dos pares adjacentes) ou atos-ameaçadores-de-face, i.e., "atos que por sua natureza correm contrariamente aos desejos de face do interlocutor e/ou do falante" [...] (BROWN; LEVINSON, 1987, p. 70). No primeiro caso, a sua ocorrência nas interlocuções põe em risco a orientação dos participantes em direção ao consenso interpessoal. Já, em termos de desejos de face, eles são vistos como atos direcionados contra a face positiva do interlocutor, i.e., o desejo de ser apreciado e ratificado pelo outro. Assim, ambas as abordagens enfatizam o fato de que os desacordos devem ser mitigados ou adiados, entre, dentro e através de turnos. Como Pomerantz explicou, os desacordos conversacionais tendem a ser temporariamente postergados e estruturalmente complexos e, em geral, prefaciados por acordos parciais (cf. LEVINSON, 1983; MULKAY, 1985; SHELDON, 1992 *apud* GRUBER, 2001), hesitações, pedidos de esclarecimento, repetição da pergunta, etc.

Outro denominador comum entre a visão de desacordo de Pomerantz,

de um lado, e a de Brown e Levinson, de outro, está o fato de que ambos aceitam quase explicitamente que as trocas conversacionais constituem esforços para a manutenção e o aumento da cumplicidade entre os participantes envolvidos. Essa meta parece acontecer nos dados na conversa entre íntimos, mas não em outros contextos. Falando mais geralmente, parece que, especialmente após a pesquisa de Brown e Levinson, o grau e o tipo de estratégia usados para mitigar as ameaças-de-face, ou os atos despreferidos não podem ser postulados *a priori*, mas precisam ser apoiados em análises de dados empíricos sensíveis ao contexto e, portanto, contingentes (BLUM-KULKA, 1997; HUTCHBY, 1992; SIFIANOU, 1997).

Nos últimos anos, analistas do discurso têm investigado vários aspectos de episódios de conflito na conversa (BRENEIS, 1988; GRUBER, 1998) em diferentes contextos tais como o institucional, o legal e ambientes de trabalho (O'DONELL, 1990; PHILIPS, 1990; MAYNARD, 1985 *apud* GRUBER, 2001), em conversa familiar e jantares em família (SCHIFFRIN, 1990; VUCHINICH, 1986, 1987, 1990; MUNTIGL; TURNBULL, 1998, *apud* GRUBER, 2001), bem como em *talk shows* e transmissões por telefone (BILMES, 1999; HUTCHBY, 1992, 1996a,b, 1999, *apud* GRUBER, 2001).

No Brasil, os trabalhos existentes tratam de análises da função discursiva do desacordo em contextos institucionais diversos, como, por exemplo, as sequências interacionais de discordância entre atendente e cliente via telefone para investigar o cumprimento do papel institucional de convencimento (PEREIRA, 2013); em reuniões de trabalho, que envolvem vários participantes em contexto de poder atribuído institucionalmente (ZANOTO, 2011); em consultas médicas, para examinar os tipos de discordância e suas consequências interacionais no âmbito da política de humanização do SUS (MOSSMAN; OSTERMANN, 2011); em negociações de conflito, onde é avaliado o papel do mediador em conflitos em audiências de conciliação, na área cível (LADEIRA LEITE, 2005).

Uma das principais características interacionais na comunicação de conflito demonstrou ser a tendência no aumento do uso de atos de ameaça à face (cf. MUNTIGL; TURNBULL, 1998, *apud* GRUBER, 2001). Contudo, a investigação de episódios de conflito verbal por Gruber (1998) mostrou que os recursos fracos de ameaça à face como perguntas de oposição também são

comumente usados em disputas, o que pode indicar uma orientação estratégica dos interactantes.

Nos estudos analíticos do discurso, o conceito de “estratégia” tem sido usado amplamente no que se refere à relação entre o comportamento verbal manifesto e o não-verbal dos falantes e seus estados internos, propondo-se, assim, que os movimentos interacionais sejam resultado de um certo planejamento antecipado, mais ou menos consciente (GODOY, 1995; DREW, 1995 *apud* GRUBER, 2001; para um detalhamento sobre modelos cognitivos das estratégias do discurso, cf. THIMM, 1990, *apud* GRUBER, 2001). Contudo, há várias dificuldades associadas a esse ponto de vista (GREENE, 1990, *apud* GRUBER, 2001): (a) é questionável se toda a estratégia seja sempre realizada pela mesma sequência de fala. Um modelo que se baseia nessa hipótese, ou seria extremamente inflexível, ou teria de propor um número quase indeterminado de estratégias; (b) a mesma estratégia poderia realizar-se por diferentes sequências verbais, ou a mesma sequência verbal poderia ser usada para realizar diferentes estratégias de acordo com contextos distintos. Em qualquer um desses casos, não fica claro como um analista poderia decidir-se com exatidão sobre a estratégia associada a determinada situação. Essa questão é denominada de “indeterminação estrutural” do comportamento, por Greene (1990). Entretanto, abordagens cognitivas sugerem que o comportamento verbal seja (mais ou menos) o resultado do planejamento consciente e de intenções dos falantes, embora fique em aberto a questão de como os analistas podem ser capazes de reconstruir essas intenções de modo não ambíguo.

Por outro lado, segundo Gruber (2001), já que a língua é um sistema semiótico que molda, e é moldada por influências situacionais e culturais (HALLIDAY, 1994; MARTIN, 1992), os interactantes não fazem escolhas independentes da sequência e dos planos interpessoais da interação. Em vez disso, a forma, o conteúdo e a localização sequencial dos enunciados refletem continuamente a compreensão dos interactantes dos enunciados prévios e também o tipo de relação interpessoal que eles acreditam ser apropriado ao estágio da interação.

Então, a presença da interação falada no cotidiano tornou-a um domínio produtivo de estudo para pesquisadores de base etnometodológica,

sociolinguística, filosófica, estruturalista-funcionalista e semiótico social. Eggins e Slade (1997) fornecem uma tipologia breve das abordagens que consideram mais relevantes para analisar a conversa casual, como se vê no Quadro 1.

Quadro 1 - Abordagens relevantes para analisar a conversa casual

ETNOMETODOLÓGICOS	Análise da Conversa
SOCIOLINGUÍSTICO	Etnografia da Fala Sociolinguística Interacional Teoria da Variação
LÓGICO-FILOSÓFICO	Teoria dos Atos de Fala Pragmática
ESTRUTURA-FUNCIONAL	Escola de Birmingham Linguística Sistemico-Funcional
SÓCIO-SEMIÓTICO	Análise do Discurso Crítica Linguística Crítica

Fonte: Eggins; Slade (1997)

As autoras então julgam ser importante a adoção de uma base teórica eclética, extraindo as intravisiões de todas essas diferentes abordagens, mas com referência especial para a Análise da Conversa, a Linguística Sistemico-Funcional (LSF) e a Análise do Discurso Crítica. Dentre algumas abordagens dessas referências, as autoras selecionam a estruturação-micro da conversa casual, incluindo a análise da organização localística da tomada-de-turno da Análise da Conversa, a itemização de traços linguísticos relevantes para a variação do estilo conversacional da Sociolinguística Interacional, a produção e interpretação dos atos de fala da Teoria dos Atos de Fala e da Pragmática, e as características gramatical, semântica e discursiva da conversa casual da LSF.

Nessa perspectiva, o estado da arte do estudo do desacordo revela a ausência de pesquisas que considerem o desacordo em contextos de fala-em-interação casual, entre participantes que não possuem vínculos institucionais e familiares. Por isso, acredito que os dados extraídos do acervo do Projeto NURC (1976), já mencionados, oferecem um corpus relevante ao objetivo desta pesquisa.

Assim sendo, para este estudo do desacordo na fala-em-interação casual, adoto as abordagens etnometodológica da Análise da Conversa (AC); a estruturalista-funcionalista, representada pela Linguística Sistemico-Funcional (LSF); e a social-semiótica da Linguística Crítica (LC).

A abordagem etnometodológica, dos sociólogos Sacks, Schegloff, Jefferson (1974) e seus sucessores, privilegia o estudo do sentido que as pessoas atribuem à sua própria prática social, o que estão fazendo e dizendo em suas atividades cotidianas. Acreditam os autores que a análise detalhada da conversa diária, de um pequeno fenômeno, pode oferecer uma compreensão enorme do jeito que os seres humanos fazem as coisas.

Egins e Slade (1997) argumentam, ainda, que a conversa casual é motivada pelos objetivos interpessoais: as pessoas conversam para esclarecer e estender laços interpessoais que as colocam juntas. Seguindo essa premissa, acredito que uma grande fonte de recursos para analisar o significado interpessoal é oferecida pelos construtos teóricos da Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday (1985, 1994) e seus colaboradores. A LSF permite uma visão rica e complexa da língua como um comportamento sócio-semiótico, um construtor de significados em que a língua é vista como um “potencial compartilhado” (HALLIDAY, 1984, p. 6) que constrói nosso universo social. Cada troca, cada texto ou interação, está organizada em termos de níveis contextuais, semântico, gramática (ou mais exatamente), léxico-gramática e fonologia. É o nível da léxico-gramática que interessa à presente pesquisa, e nesse nível, a teoria semiótica da LSF distingue três significados ou metafunções. A gramática é como um mapa que pode ser usado de modos diferentes de olhar a realidade gramatical.

As metafunções são usadas para permitir a interação de três modos. Primeiro, as funções gramaticais representam a experiência, que pode ser definida em termos de língua como reflexo da realidade – função **Ideacional**. Segundo, a língua pode funcionar como unidade de interação – função **Interpessoal** – e finalmente, como uma mensagem organizada para sinalizar o que é relevante e para criar um discurso coerente – função **Textual**. Essas três metafunções estão tecidas simultaneamente na oração e constroem a organização interna da língua.

No bojo da metafunção **Interpessoal**, Martin (2000) propõe a noção de **Avaliatividade** (*Appraisal*), uma perspectiva complementar que permite examinar a função do léxico avaliativo em um texto (oral ou escrito) e ver como esses termos avaliativos podem ser usados para negociar emoções, julgamento e apreciações. A Avaliatividade também oferece instrumentos para

verificar os diferentes recursos empregados para ampliar ou diminuir essas expressões (MARTIN, 2000).

O presente estudo, envolvendo falantes e seus papéis na relação, refere-se, portanto, especialmente à metafunção Interpessoal como um instrumento para mostrar a “língua como ação” (HALLIDAY, 1979, p. 60), a fim de investigar as complexas relações sociais daqueles que participam de uma troca comunicacional. Além disso, mostra o grau de formalidade ou de informalidade entre os interactantes e permite ver como a língua codifica suas opiniões e expressões avaliativas.

Assim, ao examinar a conversa de 80 minutos, composta de 1758 interlocuções conversacionais (785 turnos), as escolhas léxico-gramaticais feitas pelo casal de participantes, tento mostrar como essas seleções linguísticas permitem fazer afirmações sobre a relação da dupla em termos dos desacordos que acontecem, e como os participantes negociam continuamente essa relação.

A pesquisa visa a responder às seguintes perguntas:

- (a) Como se caracteriza linguisticamente o desacordo ou a sua mitigação?
- (b) Que papéis exercem, nesse processo, a causalidade, a concessividade e a adversatividade?
- (c) Qual é a função da Avaliatividade e da Modalidade em relação a essas questões?

A análise tem o apoio da LSF, de Halliday (1994) e Halliday e Matthiessen (2004), que permite fazer a relação entre a microestrutura das escolhas léxico-gramaticais no texto com a macroestrutura do desacordo e suas implicações no discurso.

Este trabalho está organizado da seguinte maneira: No capítulo 2, **Apoio Teórico**, apresento os construtos teóricos que nortearão esta pesquisa, com ênfase na LSF. No capítulo 3, **Metodologia**, retomo os objetivos desta pesquisa, as perguntas que devo responder e as categorias de análise das quais me servirei para analisar o corpus de uma conversa entre dois participantes, e discutir os achados, a partir das ocorrências observadas. No

capítulo 4, **Análise, Interpretação e Resultados gerais**, discuto as questões decorrentes da análise dos diálogos. Para concluir a pesquisa, no capítulo 5, seguem-se as **Considerações Finais**, em que mostro os resultados obtidos e sugiro caminhos que acabaram sendo deixados para pesquisa futura e, finalmente, as **Referências e Anexo**.

2. APOIO TEÓRICO

Trato, a seguir, das teorias que apoiam a minha análise do desacordo em uma conversa casual. Início com uma explicação sobre a Análise da Conversa, que envolve a noção de conversa casual, a sua estrutura, o conceito de projetabilidade e de sequenciação e termino com uma explanação de estrutura preferencial. Feito isso, passo para a Linguística Sistêmico-Funcional, apoio teórico-metodológico das minhas análises, em cujo bojo, encontra-se, além da Linguística Crítica, a teoria da Avaliatividade, que juntamente com as metafunções da LSF determinam as categorias da minha análise. A análise do desacordo conta também com o auxílio de noções como a polidez, alinhamento e mediação, constituindo assim, uma análise eclética, apontada por muitos como sendo o procedimento indicado para a análise do discurso (FOWLER, 1991; AUTHIER-RÉVUZ, 1990).

2.1 A Análise da Conversa

A **Análise da Conversa** (AC) iniciou-se na década de 60, segundo Zagoto (2011), na linha da Etnometodologia e da Antropologia Cognitiva, com os estudos de Sacks, Schegloff e Jefferson (1974) e apresenta a influência, sobretudo, da linguística e da sociologia. A AC enfoca a conversa, segundo Eggins e Slade (1997), uma vez que:

ver o sentido das atividades cotidianas significa ser capaz de ver o que as pessoas estão fazendo e dizendo, e, portanto, um lugar em que se pode começar a ver como o fazer sentido é feito em termos de compreensão da fala cotidiana (SHARROCK; ANDERSON, 1987, p. 299 *apud* EGGINS E SLADE, 1997).

A **Etnometodologia** está interessada em "prestar atenção às atividades mais comuns do dia a dia da mesma forma que normalmente o faz com os eventos extraordinários" (ATKINSON; HERITAGE, 1984, p.1). Os primeiros analistas da conversa, sociólogos como Sacks, Schegloff, Jefferson (1974) e seus sucessores combinaram a preocupação de seguir uma metodologia rigorosamente empírica com o objetivo etnometodológico de encontrar métodos

para tornar visível o senso comum do mundo. No estudo da conversa, isso significa: "uma insistência na utilização de material coletado em ocasiões de ocorrência natural na interação cotidiana" (ATKINSON; HERITAGE, 1984, p. 2).

A influência da Linguística relaciona-se ao fato de a AC adotar o pressuposto de que toda língua é um sistema de produção de significado estruturado, utilizado na comunicação entre os indivíduos. A influência da Sociologia, por sua vez, diz respeito ao fato de a AC tratar a interação como um processo social, envolvido na produção e na manutenção de instituições sociais de qualquer tipo (HUTCHBY; WOOLFITT, 1998). Até meados dos anos 70, a ênfase das análises residia na descrição sistemática das estruturas da conversa e seus mecanismos organizadores, norteadas pelo princípio básico de que todos os aspectos da ação e da interação social poderiam ser examinados e descritos em termos de organização estrutural convencionalizada (HERITAGE, 1984).

2.1.1 A Estrutura da Conversa

Segundo Zagoto (2011), a AC, caracterizada por sua natureza empírica e qualitativa, criou um modelo próprio e uma terminologia específica. Assim, Sacks et al. (1974), na tentativa de explicar o modo como uma conversa pode acontecer, formularam um modelo descritivo sobre o modo como os falantes gerenciam a **tomada de turno** na conversa cotidiana. O modelo de tomada de turnos é centrado na ideia de que os turnos da conversa são baseados em um sistema de gerenciamento local, por meio do qual os turnos são sistematicamente distribuídos entre os falantes, e apresentam três características principais: (a) a ocorrência de tomada de turnos; (b) a tendência de cada falante falar no seu turno; e (c) o cuidado para que os turnos sejam tomados com um mínimo possível de sobreposições e interrupções (SACKS et al., 1974). De acordo com os autores, o sistema de tomada de turno constitui-se de dois componentes: um de **construção** e outro de **distribuição**.

O componente de **construção** de turno é formado por vários tipos de unidades (e.g. sentença, oração, frase), com as quais o falante pode iniciar a construção de um turno. As unidades constituem-se em um recorte situado de

fala, facilmente reconhecido pelos participantes na interação, podendo ser identificado por duas características básicas: (a) a **projeção**, isto é, a capacidade de cada participante, no curso da interação, de identificar o tipo de turno e o lugar onde ele acaba e (b) o **lugar de relevância de transição**, que torna possível legitimar a transição de turnos entre falantes. Tal lugar geralmente é caracterizado por pistas que marcam o fim do turno, tais como: a entonação ascendente e descendente, a pausa conclusiva, e ainda por vários marcadores conversacionais (e.g.: “sabe?”, “entende?”, “né?”), mecanismos que permitem ao falante projetar o fim de uma unidade de construção de turno e, ao mesmo tempo, mostrar entendimento do tipo de mensagem que a unidade representa. Os autores ressaltam que, antes do término do turno, podem ocorrer sobreposições, interrupções ou falas simultâneas.

O componente de **distribuição** de turno é formado pelas técnicas de atribuição de turnos entre os interlocutores, e pressupõe direitos e obrigações iguais entre eles. Essas técnicas estão divididas em dois grupos: (a) aquelas em que o próximo turno é atribuído pela seleção do próximo falante, **pelo falante atual**; e (b) aquelas em que um próximo turno é atribuído por **auto-seleção**.

Sacks et al (1974) sugerem que os falantes reconhecem pontos de mudança potencial de falante porque os falantes falam em unidades que eles chamam de **unidade de construção de turno** (UCT). Eles definem uma unidade de construção de turno como uma unidade gramatical completa, tal como a sentença, oração ou frase, e que atende a critérios de natureza sintático-semântico-pragmática e a critérios entonacionais, incluindo o silêncio; o final de uma unidade de construção de turno representa para os interactantes um ponto em que é possível ocorrer a transferência de falante, cuja definição deve atender.

Porém há críticas à proposta de Sacks, Schegloff e Jefferson. Nesse sentido, Houtkoop e Mazeland (1985) estão entre os primeiros estudiosos a mostrar que a proposta não explicava unidades de turno mais longas ou turnos múltiplos. Assim, por exemplo, o fim de uma estória não é dada por elementos da gramática ou por elementos que tradicionalmente são considerados sinais de fim de turno, mas por componentes do tipo da **unidade discursiva**

projetada (i.e.: Se alguém diz: - “Deixa-me contar um caso”, o fim do turno será quando a pessoa terminar de contar o caso).

2.1.2 Projetabilidade e Contingência

O termo **projetabilidade** é usado na AC para se referir à maneira complexa como os participantes são capazes de antecipar a direção e a complementação de turnos, a fim de poderem iniciar turnos subsequentes com um mínimo de atraso ou sobreposição (SACKS et al., 1974).

Ford (2004), retomando Sacks et al. (1974), questiona alguns fatores que ocorrem durante a interação, principalmente a projetabilidade. A autora argumenta que a projetabilidade não é suficiente para explicar todos os fatores que ocorrem na fala durante a interação, pois o momento de precisão, descrito por Sacks et al. (1974), depende da existência não só de unidades projetáveis, mas também de recursos compartilhados pelos participantes na fala. Ford diz que nunca podemos planejar completamente a interação espontânea: nem nossas próprias articulações, nem as contribuições dos outros. Com base nessa evidência, a autora defende a **contingência** nas unidades da interação. Segundo ela, as unidades de construção de turno, embora sejam projetáveis (portanto, recorrentes e previsíveis) são, ao mesmo tempo, profundamente contingentes e inteiramente dependentes das exigências de atividades colaborativas entre pessoas reais, em momentos específicos de interação.

De acordo com a autora, a contingência manifesta-se na fala de inúmeras maneiras e está presente no decorrer da produção de qualquer unidade de fala, longa ou curta. Ela afeta os mecanismos interacionais por meio dos quais interactantes manobram tanto a chegada de possíveis fechamentos de unidades quanto à maneira e os termos da transição de turnos, manifestando-se também por meio do ocultamento de ações projetáveis.

Portanto, segundo Ford, para explicar as práticas interacionais, as descrições de turno devem abranger a contingência em relação a, pelo menos, duas feições centrais na interação: (a) a co-construção dinâmica e estendida, a co-autoria ou a produção colaborativa da conversa (DURANTI; BRENNEIS,

1986; JACOBY; OCHS, 1995; GOODWIN, 2002 *apud* FORD, 2004); e (b) a produção simultânea de trajetórias múltiplas, incluindo som, gesto corporal, léxico-gramática e estruturas recorrentes de ação colaborativa (FORD et al., 1996; GOODWIN, 2002 *apud* FORD, 2004).

Ford propõe uma revisão do sistema de tomada de turno, oferecendo um rótulo - **lugar construcional de unidade complexa** - para abranger gramática, entoação e trajetórias de ação na construção da interpretação de turnos. Na verdade, as unidades discursivas raramente exibem limites claros; ao contrário são produções altamente contingentes e negociadas.

Dessa forma, por volta da década de 80, afirma Zagoto (2011), começaram a ser levados em conta não só os aspectos do contexto, mas também a descrição e a interpretação do modo como os falantes agem e interpretam a ação e a conduta dos outros em situações interacionais mais espontâneas. Hoje, o objetivo da AC é analisar, de forma mais autêntica possível, o modo como os participantes compreendem e respondem uns aos outros em seus turnos de fala, e como eles lidam com as contingências oriundas da situação e da interação em foco. Assim, o interesse recai, segundo Heritage (1984), no estabelecimento dos traços estáveis da organização da conversa, das sequências de ação e na verificação dos procedimentos, das expectativas e da competência sociolinguística subjacente à produção e à interpretação da fala em sequências de interação organizadas. Diz Heritage que a análise de uma conversa é baseada em três pressupostos fundamentais: (i) a interação é uma estrutura organizada; (ii) as contribuições dos participantes da interação são ditadas pelo contexto; e (iii) as contribuições realizam-se em cada detalhe da interação, de tal forma que nenhuma circunstância pode ser posta de lado como se fosse acidental ou irrelevante.

2.1.3 A Sequencialidade

Um conceito relacionado ao sistema de tomada de turnos é o de **sequências**, estudado principalmente por Schegloff e Sacks (1974). Os autores verificaram a existência de uma padronização nas sequências quanto à sua estruturação, e que opera ao final de cada turno “localmente” como a

chamaram, em vez de em base geral ou "global". Em outras palavras, a alocação de turno não pode ser acordada antes do começo da conversa, mas precisa ser renegociada continuamente a cada limite de unidade de construção de turno. O sistema tem uma meta: assegurar que quando o falante em curso terminar seu turno de fala, algum outro falante começará a falar. A AC assim modela a conversa como uma máquina infinitamente gerativa de tomadas-de-turno, cujo traçado sugere que a maior preocupação dos interactantes é evitar o **lapso**: a possibilidade de alguém não estar falando. Então, como determinar o fim de uma conversa? Para responder a essa pergunta, a AC concebeu o que para muitos é a contribuição mais significativa da análise da interação: a identificação dos **pares adjacentes (PAdj)**.

Sacks *et al* (1974) perceberam que a ocorrência do segundo turno pode ser explicada pela primeira: uma pergunta de algum modo implica que o turno seguinte será uma resposta. Os PAdjs têm três características:

- (a) extensão de dois enunciados;
- (b) posicionamento adjacente dos enunciados componentes;
- (c) falantes diferentes produzindo cada enunciado (SCHEGLOF; SACKS, 1974, p. 238).

A AC reconhece que há de fato dois tipos de segunda-parte-do-par: (a) uma segunda-parte-do-par **preferida**; (b) uma alternativa arbitrária – que em termos da AC é chamada de segunda-parte-do-par **despreferida**. As respostas preferidas tendem a ser mais breves; de apoio ou de aceitação; orientada em direção ao fechamento; e linguisticamente mais simples. As respostas despreferidas tendem a ser mais longas, já que os respondentes podem procurar desculpar-se, explicar ou justificar sua resposta despreferida.

Contudo, um par pode ser seguido por uma sequência de muitos turnos que em um sentido parecem “caminhar juntos” ou ter uma certa relação entre eles. Exemplos como esses fizeram a AC reconhecer a existência de sequências, das quais o par adjacente seria meramente uma "versão mínima". Na descrição de sequências, a AC tem-se concentrado em geral naqueles especialmente “visíveis”, interrompendo, suspendendo ou preparando a interação corrente. Os tipos de sequências mais citadas na literatura da AC

são: sequências de *inserção* (SCHEGLOFF, 1972), para esclarecimentos ou manipular perguntas; *pré-sequências* (SCHEGLOFF, 1980), turnos pares que antecedem uma sequência, preparando o terreno para outra sequência; *sequências laterais ou digressivas* (JEFFERSON, 1972), esclarecimentos ou comentários sobre o assunto e não se localizam dentro do par; *sequência de fechamento* (SCHEGLOFF; SACKS, 1974) e *sequências de reparo (repair)* ou de *esclarecimento* (SCHEGLOFF et al, 1977).

Com a identificação de pares adjacentes e sequências de turnos, veio o reconhecimento de um princípio mais geral subjacente à organização conversacional: o da **implicatividade sequencial da conversa** (SCHEGLOFF; SACKS, 1974, p. 296). Essa é a noção de que os turnos conversacionais fazem sentido porque são interpretados em sequência. Como Atkinson e Heritage (1984) afirmaram: "nenhum enunciado de ocorrência empírica acontece fora de, ou externamente a, alguma sequência específica. Qualquer coisa que se diga será dito em algum contexto sequencial" (ATKINSON; HERITAGE, 1984, p. 6). Assim, sempre que possível, o turno corrente do falante será interpretado como implicando alguma ação pelo respondedor no turno imediatamente seguinte.

Da mesma forma, a fala subsequente do respondedor, quando possível, será interpretada como tendo relação com o turno imediatamente anterior. Assim, os pares adjacentes podem ser vistos como meramente uma variedade prototípica de um princípio conversacional da relevância sequencial. Esse princípio explica por que nos esforçamos para interpretar quaisquer dois turnos adjacentes como relacionados, *apesar da ausência de qualquer outra indicação de coesão*. A implicatividade sequencial explica por que, se o falante não quer que um enunciado seja interpretado como relacionado à fala imediatamente precedente, ele precisa dizer explicitamente, usando expressões como: "mudando de assunto...", "aliás ...".

Por outro lado, essa perspectiva orientacional da conversa é o que dá à conversa sua natureza essencial como um processo dinâmico do **delineamento do endereçado**, outro conceito importante desenvolvido pela AC.

A AC, em geral, tem focalizado a microestrutura e não a macroestrutura da conversa. Por outro lado, a maior contribuição da AC tem sido a de tornar a interação cotidiana um assunto digno de pesquisa acadêmica.

Porém existem três obstáculos na AC: (a) a falta de categorias analíticas sistemáticas; (b) o seu foco “fragmentário” e seus mecanismos de interpretação da conversa (o que significa que modelar a conversa como uma máquina não a explica adequadamente); (c) como o sistema funciona em relação a estruturas sociais macro (oferece interpretação da conversa como realização interativa dinâmica, mas é incapaz de dizer que tipo de realização é essa).

Além disso, a sistemática de ordenação de tomadas de turnos é questionável quando aplicada à conversa em determinados contextos institucionais. Para Fairclough ([1992] 2001), nem sempre as tomadas de turnos são construídas em torno de direitos e obrigações iguais para todos os participantes de uma interação. Em contextos institucionais, o sistema é assimétrico e a distribuição de direitos e obrigações é estabelecida pelos poderosos. É comum, então, a seguinte distribuição: (a) os poderosos podem escolher os não-poderosos, mas o inverso não é possível; (b) o poderoso pode escolher a si mesmo, mas não poderoso, não; e (c) o turno do poderoso pode ser estendido sobre qualquer número de pontos de completude, enquanto que o de não-poderoso, não.

Outra característica dos sistemas assimétricos de tomada de turno é que tanto as sobreposições quanto as lacunas podem estar disponíveis como mecanismos para o poderoso. Assim, o poderoso pode ter o direito de interromper o não-poderoso, quando este se torna “irrelevante”, segundo os critérios de relevância controlados pelo poderoso, mas não pelo não-poderoso. O poderoso pode ter o direito de ‘manter o chão’ sem realmente falar, ficar em silêncio, por exemplo, como forma de reafirmar o próprio controle ou como forma de criticar os outros implicitamente (FAIRCLOUGH, [1992] 2001).

2.1.4 Estratégia e Influência Contextual

Gruber (2001) apresenta o conceito de **estratégia** no enquadre de uma

análise de discurso de orientação etnometodológica e oferece os tipos diversos de perguntas que podem ser usadas estrategicamente.

Nos últimos anos, diz o autor, surgiu uma controvérsia entre analistas da conversa e pesquisadores da etnografia da comunicação sobre a influência e a relevância das **influências situacional e cultural** na interação efetiva (SCHEGLOFF, 1997, 1998, 1999c; WHETHERELL, 1998; BILLIG, 1999a,b; SANDERS, 1999 *apud* GRUBER, 2001).

Sanders (1999 *apud* GRUBER, 2001) relaciona essa controvérsia a dois tipos diferentes de significado pragmático que poderiam ser associados aos enunciados:

“Atribui-se um tipo de significado pragmático aos *enunciados* em virtude de seu posicionamento em relação a outros em toda a interação; atribui-se outro tipo de significado pragmático aos enunciados em virtude da posição dos *falantes* em relação uns aos outros na comunidade.” (SANDERS, 1999, p. 132). (Ênfase original)

Sanders atribui à AC um interesse no primeiro tipo de significado pragmático, enquanto que a investigação do segundo estaria restrita à investigação dos etnógrafos da comunicação. Sua abordagem sugere que a localização sequencial de um enunciado contribui para a *coerência interacional* de um significado da interação e do enunciado no mundo social de certo grupo de pessoas, e contribui para a *coerência da relação* entre interactantes, sem conexão necessária entre esses dois tipos de coerência.

Contudo, Gruber (2001) não pensa que essa hipótese ocorra em todas as instâncias na interação, já que a língua é um sistema semiótico que molda, e é moldada por influências situacionais e culturais (HALLIDAY, 1994; MARTIN, 1992). De acordo com esse ponto de vista, os interactantes não fazem escolhas independentes na sequência e nos planos interpessoais da interação. Em vez disso, a forma, o conteúdo e a localização sequencial dos enunciados refletem continuamente a compreensão dos interactantes dos enunciados prévios e também o tipo de relação interpessoal eles acreditam ser apropriado ao estágio da interação. É claro que qualquer enunciado também influencia a possível sequência de movimentos.

2.1.5 Estratégia e Comportamento Verbal e Não-verbal

Nos estudos analíticos do discurso, segundo Gruber, o conceito de estratégia tem sido usado amplamente no que se refere à relação entre o comportamento verbal manifesto e o não-verbal dos falantes e seus estados internos, propondo, assim, que os movimentos interacionais sejam o resultado de um certo planejamento antecipado mais ou menos consciente (GODOY, 1995; DREW, 1995 *apud* GRUBER, 2001). Contudo, há várias dificuldades associadas a esse ponto de vista (cf. GREENE, 1990, *apud* GRUBER, 2001): (a) é questionável se toda a estratégia é sempre realizada pela mesma sequência de fala. Abordagens cognitivas sugerem que o comportamento (verbal) seja (mais ou menos) o resultado do planejamento consciente e intenções dos falantes, embora fique em aberto a questão de como os analistas podem ser capazes de reconstruir essas intenções de modo não ambíguo.

Na AC, de acordo com a abordagem empírica estrita e orientada-para-o-participante, a noção de estratégia não tem sido usada amplamente. Isso porque, mesmo se os falantes usassem conscientemente as estratégias para alcançar certas metas interativas, eles não as tornariam reconhecíveis aos seus interlocutores, já que uma das características definidoras de estratégia é que ela não deve ser reconhecida por outros para ser bem sucedida (cf. GOFFMAN, 1981 [1969]; PILCH, 1999 *apud* GRUBER, 2001).

No artigo de 1995, Drew (*apud* GRUBER, 2001) destacou algumas questões que poderiam ser de interesse para a concepção de estratégia da AC. O ponto de partida de Drew é que com sua premissa básica de que o comportamento humano é sequencialmente estruturado, AC oferece uma concepção básica que poderia ser usada para explicar as orientações estratégicas dos interactantes. De acordo com Drew, a série de movimentos que pode ser usada estrategicamente restringe-se àqueles que projetam uma certa segunda parte. Então, “a questão é se o conhecimento dos padrões sequenciais subjacentes às representações mentais da ação pode ser conscientemente explorado na interação” (DREW, 1995, p. 114 *apud* GRUBER, 2001). Portanto, para o analista fica o problema de se a atribuição de uma orientação estratégica para o iniciador de uma sequência é justificável ou não.

A primeira solução possível para esse problema é focar na investigação das atribuições de orientação estratégica dos coparticipantes nas ações de outros (DREW, 1995, p.113). Contudo, esse caminho de investigação poderia deixar o analista com uma coleção de tentativas mal sucedidas de uso de estratégias, porque, como mencionamos acima, os usuários de estratégias tentam esconder sua orientação estratégica para ter sucesso. E, se o destinatário de uma estratégia vir por meio da orientação estratégica de outro e fizer dessa orientação o tópico de um turno *follow-up*, a estratégia falha.

Em segundo lugar, os analistas podem ser capazes de reconhecer as orientações estratégicas dos membros, supondo a existência de alguma linha base de “interação neutra” em que o gerenciamento local da fala é alcançado automaticamente por participantes, sem a ocorrência, aparente, de nenhum plano predominante. Qualquer desvio notável da linha de base poderia ser considerado como estrategicamente motivado. A solução ao longo dessas linhas é proposta por Foppa (1990 *apud* GRUBER, 2001), que declara que, em conversa informal, “a ponte de pausas e a prevenção de conflitos frequentemente parece ser o único interesse dos interlocutores” (FOPPA, 1990, p.184 *apud* GRUBER, 2001). Qualquer violação desse **princípio de coerência local neutra** (FOPPA, 1990, p. 189 *apud* GRUBER, 2001) é considerada uma “razão para supor que o violador tem uma *intenção estratégica*” (FOPPA, 1990, p. 191, ênfase original). Isso implica (e de fato esse é o argumento de Foppa) que qualquer movimento reativo além de comentários, explicações, ou confirmações das declarações do parceiro deve ser visto como motivado estrategicamente.

Embora esse ponto de vista também possa incorrer no problema de que na conversa real um número quase indeterminado de estratégias poderia ser identificado, oferece alguns pontos de partida úteis para a concepção de **estratégia** da perspectiva da AC:

1. Sugestão de que o uso estratégico de uma ação pode ser identificado:
 - (a) considerando-se sua relação com o **movimento anterior** (i.e. sua localização sequencial) e
 - (b) levando-se em consideração suas possíveis consequências para o curso da **interação mais adiante**.

2. Pressuposição de que qualquer **desvio de orientação** dos participantes em relação a princípios globais de conversa pode, pelo menos, ser considerado como uma pista de uso estratégico do movimento. Contudo, o princípio de coerência local neutra, de Foppa, parece ser um princípio geral muito restritivo para identificar o uso estratégico do movimento.
3. A terceira possibilidade candidata ao princípio conversacional geral a que os participantes podem aderir é a **manutenção mútua da face** (cf. BROWN; LEVINSON, 1987). As atividades de manutenção da face são o cerne da interação humana porque elas garantem que as relações sociais (que são um pré-requisito para a comunicação) possam ser mantidas. Mas, como demonstra Brown e Levinson, as variáveis contextuais influenciam as atividades de manutenção de face que podem ser relevantes em determinada situação (cf. abaixo). Assim, o efeito de polidez causado pela iniciação de uma determinada sequência pode oferecer pistas da motivação estratégica possível.
4. O quarto critério de identificação do uso estratégico de recursos sequenciais emprega a diferenciação de Drew entre o uso **oficial** e o **não oficial** de sequências (DREW, 1995 *apud* GRUBER, 2001). Essa distinção refere-se ao fato de os recursos sequenciais possuírem algumas propriedades padrões (oficiais) que são reconhecidas em qualquer situação, embora o trabalho estratégico alcançado por uma sequência esteja ligado a um certo contexto e é feito em um nível não oficial, escondido por um nível oficial. Entretanto, se o uso não oficial de uma sequência “deve ser escondido dos coparticipantes, ele pode continuar escondido dos analistas” (DREW, 1995, p.134, *apud* GRUBER, 2001). Assim, quando os participantes não tematizam explicitamente o uso estratégico de uma sequência, a identificação de estratégias pelos analistas é somente uma questão de hipóteses apoiada por evidências em graus variados. Contudo, como foi salientado no esboço metodológico acima, essas hipóteses poderiam ser submetidas a uma investigação em uma segunda etapa de análise, levando em consideração a informação contextual e situacional.

Em resumo, as seguintes propriedades de esquemas sequenciais em conversa podem ser consideradas para determinar sua possível estratégia de uso:

- (i) orientação explícita do participante quanto ao uso estratégico de um movimento;
- (ii) relação de um movimento à ação anterior imediata;
- (iii) projeção da próxima ação de um movimento;
- (iv) impacto de um movimento para um contexto sequencial mais amplo (especialmente no que diz respeito à manutenção de face);
- (v) possível uso de um recurso sequencial não oficial.

De modo geral, e adaptando o princípio da coerência local neutra de Foppa (1990 *apud* GRUBER, 2001) para buscar as atividades de manutenção da face na fala, podem-se formular as seguintes hipóteses: trechos da fala são caracterizados pela preocupação dos interactantes na manutenção global de face. Essas preocupações dependem do tipo de relação interpessoal que os falantes querem manter, i.e., em fases consensuais os falantes tentam evitar os atos de ameaça à face (AAFs) (especialmente no que se refere à face positiva), em fase divergente eles estão menos preocupados em evitar a AAF. Toda vez que o falante inicia uma sequência que transgride abertamente essa preocupação, o uso estratégico dessa sequência pode ser presumido. Entretanto, se a sequência desse tipo é iniciada com sucesso (i.e. não questionado e não perturbado por outros participantes), a atribuição de uma orientação estratégica para o iniciador fica por conta da hipótese do analista, que está aberta testes adicionais.

Essa abordagem de orientação da AC para estratégias na interação está orientada dialogicamente, i.e., baseia-se no pressuposto básico de que o resultado de uma estratégia é um produto interacional alcançado cooperativamente por (pelo menos) duas partes. Esse tipo de abordagem também necessita de uma distinção entre as noções de **estratégia** e **orientação estratégica**: assim, enquanto estratégias (ou os resultados das estratégias) são produtos interacionais (ou ferramentas sociais por meio das quais os interactantes manipulam-se e modificam-se entre si; cf. KUMMER,

1993, *apud* GRUBER, 2001), que podem ser reconhecíveis por falantes e analistas em certas condições, as orientações estratégicas dos interlocutores são construtos interpretativos de membros e analistas, usados para explicar o comportamento dos participantes na interação (note-se que a atribuição de uma orientação estratégica a um interlocutor por outro interlocutor pode também estar errada; não obstante ela influenciará a relação deles).

2.1.6 A Conversa Casual

A conversa casual pode ser ainda mais diferenciada pela exibição de determinadas características que podem ser resumidas como: linguagem coloquial, em que a pressão para obter um turno se torna aparente; alta frequência de contato; envolvimento afetivo alto (i.e. os interactantes se preocupam uns com os outros interpessoalmente); expressões de envolvimento (i.e.: juramento, gíria etc.); humor; constantes trocas prolongadas; variando na escolha de tópico (EGGINS, 2000).

O presente estudo encara a conversa casual como uma “atividade semântica altamente estruturada e funcionalmente motivada” (EGGINS; SLADE, 1997, p.6). A conversa, enquanto aparentemente trivial, é de fato, como qualquer comunicação, vista como um dispositivo através do qual cada uma das partes interactantes pode construir em conjunto a sua realidade social. Quando os falantes se reúnem para conversar, estabelecem as suas realidades sociais e, ao mesmo tempo, constroem papéis sociais, relacionamentos e identidades, dentro de seu universo social. Isso nos remete ao ‘paradoxo da conversa casual’ de Eggins e Slade (1997, p. 16). Isso é: essas interações do cotidiano, os ‘muitos encontros que consideramos os mais triviais e sem importância, acabam por servir de meio na construção e manutenção das identidades sociais e relações interpessoais que definem a nossa vida social’ (EGGINS, 2000, p. 1-30).

Whorf (1956) fala de como “nos prendemos a uma ilusão sobre a conversa, uma ilusão de que a conversa é bastante desenfreada e espontânea, e apenas expressa o que desejamos expressar” (1956, p. 221). Essa ilusão é o que torna invisível a natureza paradoxal da conversa casual para os falantes.

De fato, os falantes, muitas vezes, encontraram dificuldades para lembrar sobre o que eles estavam falando após as sessões de gravação e não puderam reconstruir o que haviam dito (McANDREW et al, 2002). Quando questionados sobre o tópico, os participantes, normalmente, comentaram que falaram “não muito” ou “nada de que possam lembrar”. Como Eggins e Slade assinalam, convincentemente, essa natureza trivial, então, mascara o trabalho social que ocorre em nossas interações cotidianas (1997).

As nossas conversas diárias, então, podem ser vistas como um lugar ideal para exibir a linguagem como um recurso na construção do significado e da realidade. Quando interagimos nas trocas casuais empregamos “a linguagem como recurso que constrói vida social” (EGGINS, 2000, p. 130). Portanto, conversa casual, essencialmente, como todas as formas de interação, tem a ver com negociação de poder e de solidariedade, definição de nossos papéis sociais e poder. É um lugar ideal para a atuação de poder interpessoal. É através do posicionamento dos falantes e ouvintes sobre os significados interpessoais que o poder é estabelecido.

2.2 O desacordo na conversa

Vários estudos têm mostrado que os episódios de conflito nas conversas apresentam propriedades estruturais e interacionais específicas (GRUBER, 1996; MAYNARD, 1985; MUNTIGL; TURNBULL, 1998; KOTTHOFF, 1993; GOODWIN, 1990, *apud* GRUBER, 2001).

Uma vez que um episódio conflitante se estabelece, ambos os oponentes precisam esclarecer seus pontos de vista com relação à questão do conflito durante a próxima etapa (“afirmação de pontos de vista opostos”) (cf. GRUBER, 1996). Para chegar a esse esclarecimento, cada um dos oponentes necessita de, pelo menos, um turno para afirmar seu ponto de vista com relação ao tópico do conflito; na maioria dos casos, essa fase é consideravelmente mais longa, todavia, e os oponentes oferecem um relato detalhado de suas posições, enquanto rejeitam o ponto de vista de seus oponentes (cf. a fase “explorando o campo” de Gulliver, que é caracterizado pelo antagonismo entre oponentes.) (GULLIVER, 1979). Essa crescente

discrepância de pontos de vista é a característica principal da segunda fase de um episódio de conflito. Em muitos casos, os conflitos permanecem bloqueados nessa etapa e não são resolvidos de forma alguma.

O antagonismo entre oponentes reflete-se em várias formas de desacordo que ocorrem durante os episódios de conflito. Os desacordos são produzidos durante ou imediatamente após a declaração do oponente, i.e., ocorrem tipicamente na “segunda posição”. A produção dos movimentos de segunda posição é menos restrita pelos turnos precedentes do que é a produção das segundas partes em pares adjacentes, i.e. tais movimentos não são projetados por movimentos prévios. Também, os desacordos são reações não preferidas o que se reflete em sua estrutura e posicionamento (POMERANTZ, 1984). Essas propriedades estruturais dos turnos não preferidos podem estar associadas às preocupações de manutenção de face (MUNTIGL; TURNBULL, 1998), i.e., hesitações, prefácios etc. podem ser vistos como dispositivos de prevenção de atos que mitigam o potencial de ameaça à face nos desacordos. Por essa razão, Bilmes (1988) propõe chamar esses fenômenos de “marcadores de relutância”, pois eles não indicam necessariamente uma violação da organização de preferência, e sim a relutância dos participantes em produzir um determinado turno em uma determinada situação. Essa relutância pode ser causada por várias razões, e Bilmes menciona explicitamente “razões de etiqueta” (BILMES, 1988, p. 173) nesse contexto.

Embora a proposta de terminologia de Bilmes não tenha sido retomada por outros autores, ele observa que em certos tipos de etapas de conflito de fala (i.e.: debates), a organização de preferência parece mudar (GRUBER, 1996; BILMES, 1988; KOTTHOFF, 1993 *apud* GRUBER, 2001) e os desacordos não mostram propriedades estruturais de segundos não preferidos; i.e.: eles são proferidos sem qualquer sinal de “relutância” – fato que pode ser chamado de “organização de desacordo da fala” (GRUBER, 1996, *apud* GRUBER, 2001). Se – no contexto de “organização de desacordo da fala” – é produzida uma elocução com marcadores de não preferência (ou relutância), então isso indica uma violação das expectativas contextualmente relevantes dos interactantes.

Nas condições interacionais de “organização de desacordo de fala” com sua organização de preferência alterada e sua inclinação em direção da ameaça à face mútua, o uso de perguntas de oposição pode parecer surpreendente, porque o seu potencial de ameaça à face é mais baixo do que outras formas de desacordo. Elas confrontam o oponente somente com um único aspecto topical do turno anterior do próprio oponente e não rejeitam o turno inteiro. Contudo, as perguntas de oposição podem ser exploradas para colocar o oponente em situação desfavorável quando a referência topical que pretendem estabelecer relaciona-se com uma representação distorcida do ponto de vista do oponente, ou quando elas são usadas para convencer o oponente a produzir uma declaração que pode ser facilmente contrariada. Nesses casos, pode ser requerido o uso estratégico de perguntas de oposição.

Além disso, perguntas de segunda posição em discussão estabelecem um diferencial de poder entre os interactantes (HUTCHBY, 1996b, *apud* GRUBER, 2001), pois o falante da segunda posição pode escolher quando e que pergunta colocar depois da declaração de opinião do primeiro falante.

2.2.1 Desacordo e Polidez

Georgakopoulou e Patrona (2000) estudam o ato de discordar na conversa diária em associação, de um lado ao trabalho de Análise da Conversa de Pomerantz (1984), baseado na noção de preferência, e, de outro lado, ao conceito de face no modelo de polidez de Brown e Levinson (1987). As duas abordagens são diferentes, já que o primeiro capta os modos sistemáticos em que os pares adjacentes são organizados na sequência da interação conversacional, enquanto que o segundo procura referir-se aos motivos psicológicos ou intenções individuais, formatados pela necessidade universal de ser polido. Contudo, há notáveis pontos de convergência em sua conceitualização de desacordo. Mais especificamente, ambos veem desacordo como socialmente disruptivo, daí ser considerada como segunda parte despreferida (i.e. menos esperada e desejada segunda parte do par dentro dos pares adjacentes) ou atos-ameaçadores-de-face (i.e.: “atos que por sua

natureza correm contrariamente aos desejos de face do interlocutor e/ou do falante”) (BROWN; LEVINSON, 1987, p.70).

Isso significa que sua ocorrência nas interlocuções põe em risco a orientação dos participantes em direção ao consenso interpessoal. Em termos de desejos de face, eles são vistos como direcionados contra a face positiva do interlocutor, i.e., o desejo de ser apreciado e ratificado pelos outros. Assim, ambas as abordagens enfatizam que os desacordos devem ser mitigados ou adiados entre, dentro e através de turnos. Como Pomerantz explicou, eles tendem a ser temporariamente postergados e estruturalmente complexos. Eles são em geral prefaciados por acordos parciais (LEVINSON, 1983; MULKAY, 1985; SHELDON, 1992 *apud* POMERANTZ, 1984), hesitações, pedidos de esclarecimento, repetição da pergunta, etc.

Outro denominador comum entre a visão de desacordo entre de um lado Pomerantz e de outro Brown e Levinson está em que ambos aceitam mais ou menos explicitamente que as trocas conversacionais esforçam-se para manter e aumentar a cumplicidade entre os participantes envolvidos. Essa meta parece acontecer nos dados na conversa entre íntimos, mas não em outros contextos. Falando mais geralmente, parece que, especialmente após a pesquisa de Brown e Levinson, o grau e o tipo de estratégia usada para mitigar as ameaças-de-face, ou, igualmente, atos despreferidos não podem ser postulados *a priori*, mas precisam ser apoiados em análises de dados empíricos sensíveis ao contexto. Por extensão, mesmo o grau de ameaça-a-face ou despreferência envolvidos em qualquer ato, em vez de serem intrinsecamente definidos, estão de modo inegável ligados às exigências do contexto (i.e.: situacional e cultural) do evento da fala em que o ato ocorre (BLUM-KULKA, 1997; HUTCHBY, 1992; SIFIANOU, 1997).

No caso de desacordos, o que foi dito acima foi testado em certos contextos de argumentação, em que é a ausência de desacordo que é despreferido, já que percebido como falha na defesa de posição (HAYASHI, 1996, p. 230). Da mesma forma, os desacordos constituem respostas preferidas nos pares adjacentes em que a primeira parte é uma auto-reprovação (POMERANTZ, 1984, p. 57-101). Além disso, as entrevistas em mesa-redonda da TV têm encorajado a produção aberta de desacordos entre entrevistados (GREATBATCH, 1992); em outras palavras, os desacordos em si

não são sistematicamente adiados ou mitigados pela ocorrência de traços de preferência associados à conversa comum. Ao invés disso, eles são tipicamente extraídos por e endereçados à terceira parte (o entrevistador). Desse modo, eles são automaticamente mitigados.

Georgakopoulou e Patrona (2000), estudando programas na TV grega, mostram que o estudo de desacordos afasta-se da crença de que a produção (i.e. início, mitigação, término, se e quando aplicável) de desacordos com atividades sequencialmente organizadas não pode ser ligada a metas e funções interacionais específicas (i.e.: minimização da ameaça-de-face ou, igualmente, (re)afirmação de sociabilidade) *a priori* na análise de dados. Ao contrário ela é formatada por e torna visíveis os parâmetros específicos do local bem como de contextos mais amplos de uma interação, no caso, o contexto institucional da televisão e as identidades, papéis e relações dos participantes que prescreve.

2.2.2 O Alinhamento

Chaemsaithong (2012), aceitando o fato de que as categorizações sociais emergem de práticas discursivas realizadas no contexto interacional, examina o processo discursivo com o uso do conceito de alinhamento (*footing*) e do enquadre de avaliação e de compromisso.

Para tratar da negociação linguística das identidades social e conversacional durante a interação, Goffman (1981) propõe o conceito de alinhamento. O alinhamento refere-se a "mudanças no alinhamento que assumimos para nós e para os outros" (p.128), isto é, os processos metapragmáticos por meio dos quais falantes/ouvintes posicionam-se em relação uns aos outros e em relação ao seu enunciado no enquadre da experiência. Uma mudança de alinhamento transforma nosso enquadre interpretativo para a ação encaixada. Para sinalizar quem são eles e o que eles estão fazendo num dado momento interacional, os falantes podem, em dado contexto, recorrer a marcas linguísticas como mudança de estilo, o uso de termos de endereçamento, mudanças no tom e na altura da voz, ou mudanças nos papéis sociais.

Em particular, Goffman afirma que as descrições tradicionais de falante/ouvinte são inadequadas para capturar as complexidades da interação em tempo real. Como resultado, ele desconstrói os papéis interacionais de tal modo a capturar a fluidez da conversa e os encaixamentos de diferentes alinhamentos. Por exemplo, o rótulo de falante é fragmentado em categorias mais refinadas, incluindo o animador (que vozeia o enunciado), o autor (que compõem as palavras), e o principal (que é o responsável pelas palavras). Assim, também, o papel do participante de ouvinte é decomposto.

Contudo, apesar da intravisão valiosa de Goffman sobre a identidade na interação, estudiosos notaram que ela permanece um tanto obscura no que concerne ao modo de aplicar sistematicamente essas percepções ao estudo do discurso (IRVINE, 1996; LEVINSON, 1988; WORTHAM, 1994, 1996; WORTHAM; LOCHER, 1996). Como Levinson (1988) e Wortham (1994, 1996) observaram, Goffman é vago sobre o papel exato que a língua exerce na *performance* de certos alinhamentos pelos falantes. Em particular, Levinson (1988) sugere que a noção de alinhamento e o conjunto proposto de categorias de papel de participante, de Goffman, deveriam ser integrados em uma discussão rigorosa de "quem está em quê e quando" (p. 221). Esse ponto está de acordo com a recomendação de Fairclough (1995) de que os analistas do discurso devem fazer as seguintes perguntas: "Quais são as vozes dos participantes no texto?", "Como são elas construídas?" e "Que relação se estabelece entre os participantes?" (p. 203).

As limitações acima podem ser dirigidas por intravisões de estudos importantes da linguística sobre o autoposicionamento e alinhamento. Falando amplamente, os falantes podem conduzir seu trabalho de identidade e relações interpessoais em dois modos principais: pela avaliação e por estratégias interacionais. Com respeito ao primeiro, o falante pode adicionar atitudes pessoais ou sociais em relação à informação referencial apresentada no discurso. A avaliação é a expressão linguística explícita das atitudes, sentimento, julgamento ou compromisso, referentes à mensagem de um autor ou falante (BIBER; FINEGAN, 1988, p.1).

Esses estudos mostram a consciência pragmática dos falantes sobre o impacto semântico de suas escolhas lexicais e o modo como eles escolhem cuidadosamente aquelas que melhor cabem em seus argumentos. Um ponto

importante refere-se aos itens lexicais escolhidos para apontar não apenas os tópicos referenciais incluídos no discurso, mas também o controle das características do objeto que são ativados. Isto é, quando um determinado item lexical é selecionado, ele coloca o referente em uma certa categoria e ativa todas as associações e entendimentos que esse item e essa categoria têm para os ouvintes (ALDRIDGE; LUCHJENBROERS, 2007, p. 93). Assim, o item lexical é uma ferramenta avaliativa e um reflexo do entendimento ou da representação mental do falante daquilo que está sendo referido (CHILTON, 2004, p. 50). Os recursos lexicais capazes de indicar avaliações incluem modalizadores, intensificadores e marcadores de atitude, entre outros (HYLAND, 2005, 2008).

Com respeito às estratégias interacionais, os falantes bem sucedidos são capazes de relacionar-se com seus interlocutores e reconhecer sua presença, guiando-os para a mensagem pretendida, antecipando e fazendo perguntas, e construindo um relacionamento harmonioso (ou antagônico) com eles. Por exemplo, os pronomes de primeira-pessoa plural têm sido considerados como capazes de construir uma relação entre o falante e o ouvinte porque os pronomes podem alinhá-los em um grupo ou comunidade que pode ou não existir no mundo real (ZUPNIK, 1994). A combinação de falante e ouvinte em uma entidade única cria uma identidade partilhada.

Isso faz potencialmente o falante sentir-se em conexão com o falante, como estar no mesmo lado e compartilhando as mesmas ideias, experiências e necessidades. Pode também trazer o falante no modelo do falante do que estiver sendo discutido tal que eles podem internalizá-lo como sendo seus (ZUPNIK, 1994). Essa estratégia é essencial para o discurso persuasivo e significa que pelo uso de "nós" na discussão de uma versão de um evento, o falante espera que os ouvintes não o questionem sobre seu uso e aceitem a versão do evento como se estivesse falando em seu lugar. Os pronomes de segunda pessoa tornam o discurso orientado para o ouvinte ao engajar ou envolver os ouvintes (KUO, 1999; THURLOW; JAWORSKI, 2006). Esses pronomes podem também direcionar o discurso para os ouvintes para atacar, comandar ou expressar solidariedade (KUO, 1999). De modo semelhante, Wortham (1996) apresenta um modelo para mostrar padrões interacionais na

conversa focando nos pronomes pessoais e mostrando como os dêiticos participantes ajudam a mostrar o alinhamento dos falantes.

Outros recursos linguísticos que podem funcionar interativamente incluem diretivos, diálogos e perguntas construídas, apartes pessoais e marcadores discursivos (HYLAND, 2005, 2008; TANNEN, 2007; WORTHAM, 2000).

2.2.3 A Mediação

Jacobs (2002), tratando da mediação, afirma que os mediadores são ativos e facilitadores neutros da discussão. O trabalho deles é inevitavelmente marcado pela necessidade de gerenciar demandas competitivas múltiplas. Essas demandas competitivas são um caso paradigmático do tipo de situação que a literatura pragmática identificou como a produção de modos de fala complexos e indiretos. Jacobs mostra três táticas que os mediadores usam para gerenciar as múltiplas demandas competitivas: defesa indireta, enquadre de defesa, e defesa equivocada. Desse modo, os mediadores gerenciam disputas enquanto mantém uma aparência de neutralidade.

Numerosos analistas do uso da linguagem notaram que as condições das demandas comunicativas de conflito estão associadas a formas de mensagem implícitas, vagas, indiretas, esquivadas, equivocadas, paradoxais, ou de alguma forma marginais à forma de comunicação padrão clara e direta. Bavelas (1983) e Bavelas et al. (1990) identificaram um tipo de mensagem indireta que chamaram de mensagem “desqualificada”. Essas são mensagens que de um modo ou de outro obscurecem o remetente, o conteúdo, o receptor, ou o contexto da mensagem. Bavelas sugere que essas mensagens são particularmente favorecidas pelos falantes que se encontram “em um beco sem saída” – o que significa que a pessoa está presa a dois ou mais aspectos incompatíveis de uma situação, mas ainda é solicitada a se comunicar (BAVELAS, 1983 p. 132).

Certas implicaturas de Grice (1989) têm uma lógica funcional semelhante. As implicaturas são mensagens implícitas, comunicadas por uso de linguagem não literal, indireta, ou complexa. Conflitos entre máximas

conversacionais podem dar origem a esses tipos de mensagens, mas Grice também sugere que as pessoas podem escolher a comunicação por implicaturas quando as demandas de comunicação cooperativa competem com outros motivos (e.g., a demanda por informação que eles preferem preservar). Brown e Levinson (1987) sugerem que o princípio geral por trás das implicaturas é o “não desviar da eficiência racional sem uma razão” (p. 5). Eles afirmam que todo o sistema de polidez no discurso humano reflete esse princípio. As pessoas usam implicaturas para conciliar objetivos conflitantes: o objetivo de evitar ameaça à face de um parceiro é o motivo para afastar-se do objetivo de comunicação clara e direta.

Finalmente, O’Keefe (O’KEEFE, 1988; O’KEEFE; DELIA, 1982; O’KEEFE et al., 1997) sugere que a “lógica do desenho de mensagens” diferentes são meios sistematicamente diferentes de gerenciamento das múltiplas demandas competitivas. Enquanto essas lógicas incluem as técnicas convencionais de mitigação, qualificação, e associação indireta com atos de fala e análises de Grice, a lógica do desenho retórico envolve técnicas de redefinição de contexto. Estas últimas estratégias re-enquadram a situação para solucionar o objeto de conflito, dissolvendo-o.

Todas essas perspectivas teóricas diversas convergem para um princípio comum do desenho de mensagem: a complexidade na estrutura comunicativa reflete a complexidade na função comunicativa. Modos elaborados e indiretos de expressão refletem a multifuncionalidade do desenho de linguagem.

Especificamente, os mediadores precisam manter uma aparência de neutralidade enquanto gerenciam o curso e resultado de uma disputa. Enquanto há uma literatura volumosa que oferece orientações e descrições gerais de conduta apropriada para o mediador, a caracterização das especificidades da fala do mediador permanece essencialmente como uma questão de aplicar o raciocínio do senso comum e o conhecimento tácito sobre como a linguagem funciona na interação. Mediadores, considerados atores da conversa comum, são grandes leigos do padrão micro de suas interações, e geralmente não são capazes de fornecer qualquer detalhe de como eles falam (FOLGER; JONES, 1994, p. 227).

As funções de neutralidade, como um termo guarda-chuva, abrangem um número de conceitos que não são idênticos e referem-se a uma constelação de qualidades interacionais (COHEN et al., 1999, p. 342; TRACY; SPRADLIN, 1994, p.117). Imparcial, apartidário, justo, equidistante, despreconceituoso, equilibrado, sem preconceitos, objetivo são todos termos oferecidos como sinônimos ou parentes, ou alternativas à neutralidade. Falando de forma mais ampla, a figura normativa que foi dita aos mediadores para seguirem é uma nas quais eles permanecem – e parece que permanecem – imparciais e equilibrados com relação às posições de competição, e desinteressados e não diretos com relação ao conteúdo de qualquer acordo. Conforme o acordo oficial de neutralidade, eles precisam resistir ao impulso de concordar ou discordar de um ou outro partido, refutar ou suportar posições, desafiar ou contradizer, ou reforçar e confirmar.

2.2.4 A Polifonia Linguística

O conceito de Polifonia, segundo Fløttum (2010) é uma abordagem útil no sentido de que ela revela tipos diferentes de interação camuflada e assim expõe mensagens implícitas e obscuras. A autora apresenta uma seleção de traços linguísticos que indicam a presença de vozes diferentes em textos formalmente monológicos. O uso da língua é constitutivo na maneira como modela identidades, coletividades e instituições. A análise ajuda a identificar a natureza da obscuridade no discurso e tornar explícita a complexa relação entre texto e contexto.

Em qualquer texto, haverá traços explícitos ou implícitos de diferentes vozes. O que não é diretamente expresso no texto, embora implicitamente presente por meio de diferentes marcadores linguísticos, é importante para a interpretação do texto como um todo. A identificação desses marcadores pode também tornar o analista sensível a fatores contextuais relevantes, e assim ser um bom ponto inicial para uma análise sócio-política mais ampla de um texto (STENVOLL; SVENSSON, 2007 *apud* FLØTTUM, 2010). A abordagem polifônica pode revelar algumas das interações sutis que acontecem por meio de vozes e argumentos implícitos.

De fato, o conceito de vozes constitui um ponto de convergência metodológica, e é um instrumento analítico útil para captar a natureza dialógica da linguagem. Elementos de diferentes níveis da descrição linguística contribuem para a estrutura polifônica de um enunciado: pronomes, conectivos, orações adverbiais, negação, pressuposição, estrutura informacional, discurso relatado e outros. Quando a estrutura polifônica é identificada no nível micro-linguístico abstrato, este dá instruções referentes a possíveis interpretações do enunciado relacionado ao contexto discursivo, o que permite falar em diferentes configurações polifônicas. A identificação de configurações polifônicas corresponde ao nível analítico no qual a análise abstrata se relaciona com o mundo real e o contexto extralinguístico; este é o nível de análise em que o analista verifica as possibilidades de ligar a voz abstrata atestada linguisticamente à pessoa ou ao grupo de pessoas reais.

O locutor-construtor é uma entidade abstrata que pode criar duas imagens de si mesma: o locutor do enunciado ou falante, i.e., a imagem correspondente ao momento da enunciação; e o locutor ou falante textual, correspondente à imagem geral do locutor, com todas as propriedades de um ser completo exceto pelo fato de ser responsável pelo enunciado.

Na interpretação de um enunciado, é importante identificar os vários pontos de vista que estão manifestados, e tentar identificar suas fontes e os seres discursivos que constituem essas fontes, seja o próprio falante, outra pessoa ou grupo de pessoas mais ou menos definido.

Fløttum apresenta um marcador polifônico *mas* em sua capacidade contrastiva e concessiva. Em termos simples, uma construção com *mas* pode ser formalizada da seguinte forma - $p \text{ mas } q$ - em que p e q constituem duas proposições em contraste e em que p representa a concessão e q o argumento com o qual o falante se identifica.

Para explorar a complexidade do discurso é importante examinar não somente o explícito, mas também as manifestações implícitas das vozes envolvidas. No contexto dos marcadores polifônicos, não somente as vozes podem ser estudadas em relação uma a outra, mas também manifestações explícitas e implícitas podem ser levadas em conta.

Fløttum, em seu estudos, além de *mas*, menciona brevemente diferentes conectivos como *assim*, indicando uma relação argumentativa entre pontos de

vista, *embora* e *mesmo se* indicando uma relação de contra-argumentação, *já que* indicando relação causal, lógico-semânticos marcadores como *talvez*, *pode ser* e verbos modais como *poder* indicando relações epistêmicas de incerteza entre diferentes pontos de vista.

2.3 A Concessão

Couper-Kuhlen e Thompson (2000) estudam a concessão na conversa – como meio de evitar confronto e a ameaça à face (BROWN; LEVINSON, 1987) - e, embora o objetivo deles não seja a relação entre *embora* e *mas*, o esquema da Concessiva Cardinal (doravante CCard), que propõem, é esclarecedor nesse particular para o nosso estudo.

Couper-Kuhlen e Thompson, após mostrarem como a concessão é realizada na linguagem oral; como os falantes revelam seu conhecimento dos padrões de concessão; e como eles os manipulam para suas finalidades interacionais, propõem o esquema da CCard para entender como os falantes realizam essas atividades.

As autoras afirmam que a concessão é, num sentido fundamental, diádica, envolvendo a CCard, uma sequência de três partes em que um primeiro falante coloca algum ponto (X) e um segundo falante reconhece a validade desse ponto (X'), mas prossegue para expor seu ponto potencialmente contrastante (Y'). CCard pode se realizar em uma sequência interacional de três partes, envolvendo dois ou mais falantes. Veja o esquema da CCard a seguir:

- (X) A: Declara algo ou expõe seu ponto de vista
- (X') B: Reconhece a validade dessa declaração ou ponto de vista
(concessão)
- (Y') B: Prossegue argumentando a validade da declaração potencialmente contrastante.

As autoras consideram também muitas implicações funcionais e sociais desse padrão na linguagem oral, em que, talvez, a tese mais interessante seja

Como Pomerantz e outros afirmam, conceder é um modo de que dispõem os falantes para introduzir um desacordo potencialmente destruidor.

2.3.1 Os tipos de MAS

Apresento a seguir a proposta de Iten (2000), que apesar de ter examinado a conjunção inglesa *but*, contribui para o exame da conjunção *mas*. Ela elenca seis tipos de *but*, dos quais dois [casos (a) e (b) abaixo] têm significado concessivo, segundo a autora. Em seu estudo, ela testa nos exemplos a possibilidade da substituição de *but* por *although*, considerando os casos que aceitam essa substituição como de interpretação concessiva (Iten, 2000, p. 4).

Os exemplos ilustrativos para os tipos de (a) a (f) são de Iten, traduzidos para o português. Além desses seis tipos, Ikeda e Saparas (2013) constataram mais três, dos quais dois também possuem significado concessivo³.

(a) *mas* de negação direta

(18) Estava chovendo, *mas* Pedro saiu.

Neste tipo a oração, *mas* é uma negação de uma implicação derivada da primeira oração. Por exemplo, em (18), “Estava chovendo” pode ser interpretada como implicando que “Pedro não saiu” em um determinado contexto e a oração *mas* (“Pedro saiu”) nega esse fato diretamente. Iten observa que esse tipo de *mas*, após feitas as modificações necessárias, aceita a substituição por *embora*, expressando, portanto, concessividade.

(b) *mas* de negação indireta

(19) Está chovendo, *mas* eu preciso de um pouco de ar fresco.

³ Segunda concessão e *mas* de insistência contra

De acordo com Iten, neste tipo de oração, há uma implicação da oração *mas* que nega uma implicação da primeira oração. Por exemplo, aqui a primeira oração (“Está chovendo”) pode implicar que o falante não sairá para caminhar, enquanto a oração *mas* (“Eu preciso de ar fresco”) implica que o falante irá para uma caminhada. Iten observa que nesse tipo de *mas* também a substituição dessa conjunção por *embora* é possível, e, portanto, o *mas* de negação indireta expressa relação concessiva.

(c) *mas* de correção

(20) Ela não é minha irmã, *mas* minha mãe.

A oração *mas* introduz informação que corrige a informação dada na primeira oração e não admite *embora* concessão.

(d) *mas* discursivo

(21) A: Esta casa é realmente uma casa boa.

B: *Mas* eu não tenho certeza se ela tem estrutura boa.

O *mas* introduz um novo parágrafo e sinaliza o retorno para o tópico principal do discurso. Notemos que no exemplo (21), de Iten, precisamos supor que a questão da ‘estrutura’ tenha sido discutida anteriormente, já que o diálogo está descontextualizado.

(e) *mas* de início de enunciado

(22) Pedro: Eu acho que o João é legal.

Maria: *Mas* ele enganou você.

Segundo Iten, este seria um exemplo de *mas* inicial, contrariando, portanto, o uso dessa conjunção descrito pelas gramáticas. Neste caso, não há, por definição, a primeira oração, segundo a autora. Ela não elabora a explicação deste exemplo, mas podemos completar seus dizeres,

acrescentando que há, na realidade, uma primeira oração (no caso, a fala de Pedro), que aqui é negada por Maria. Por outro lado, podemos inferir que este caso seja um misto de *mas* de negação direta mais *mas* de correção, em caso em que a negação e a correção sejam feitas pelo interlocutor e não o próprio falante como aconteceu em (18) e (19).

(f) **mas de oposição semântica**

(23) O João é alto, *mas* o Pedro é baixo.

“Oposição semântica” é a denominação adotada por Lakoff (1971), segundo Iten, para o caso em que a oração *mas* apresenta uma informação que se opõe semanticamente àquela dada na primeira oração.

2.4 A Causalidade

Segundo Dottori Filho (2005), desde os estudos do círculo de Bakhtin, o uso da língua é considerado dialógico por natureza. Dentro dessa perspectiva, Ford (1994) examina a conjunção **porque** em contexto de uso que se estende desde a conversa espontânea até textos editados, mais planejados. Nestes, a conjunção **porque** emerge em geral depois de relações retóricas de contraste e negação, ou mais genericamente, depois de proposições que vão contra as expectativas partilhadas. Sugere-se que, enquanto na conversa há uma negociação imediata e clara entre os interlocutores, que leva a elaborações introduzidas por **porque**, em textos mais monológicos e editados, o uso de **porque** emerge em contextos específicos e de retórica identificável, possivelmente como resultado de um diálogo interno com interlocutores projetados.

Nos casos de textos produzidos na presença de ouvintes, como em conferências, entrevistas, *talk-shows*, é comum a ocorrência interativa de **porque**, e também em situações em que a presença do público fornece o potencial para tal ocorrência. No entanto, quando se observam os modelos monológicos, isto é, aqueles em que não há direta interação, as generalizações

derivadas dos dados conversacionais são dificilmente aplicáveis, como, por exemplo, no discurso editado.

Em alguns casos, o emprego de **porque** não é negociado na interação. É o que acontece em um contexto jornalístico, em que o diálogo se dá entre o jornalista e o leitor, presumindo-se aí que o leitor seja capaz de interpretar o uso da conjunção sem recorrer à sequência conversacional originalmente precedente, o que pode originar uma frase final de **porque** como resultado do diálogo entre falante e ouvinte (ou autor e receptor), na ausência de um receptor presente.

Trabalhos importantes sobre a função discursiva associada a orações adverbiais iniciais ou finais evidenciaram uma dicotomia funcional entre a colocação inicial e final (CHAFE, 1984; THOMPSON; LONGACRE, 1985; FORD; THOMPSON, 1986). Ford estudou a oração causal posposta à oração principal ou outra oração, chamando-a de '**porque** final', 'extensão de **porque**' ou 'elaboração por **porque**'. Em seu estudo, Ford recorre a conceitos importantes para a compreensão da emergência interacional de 'extensões de **porque**'. O termo *emergência* é usado para indicar que a gramática é produto do uso: as funções de certas estruturas e formas *emergem* a serviço do trabalho comunicativo (HOPPER, 1987, 1988). *Estrutura preferencial* (POMERANTZ 1984a, 1984b; Sacks, 1987): a resposta esperada é chamada de *preferida* e é expressa sem demora ou hesitação. 46% (18 dentre 39) de elaborações por **porque** aconteceram em contexto em que a compreensão do ouvinte é relevante, mas ou é hesitante/omissa ou pouco solidária. A proposta de Longacre (1983) inclui a noção de relações "*frustradas*", que é relevante ao ambiente discursivo de **porque**. A frustração numa relação textual envolve uma expectativa, baseada em esquemas culturais, que não foi preenchida. *Estrutura retórica*: trata-se do modo pelo qual as partes de um texto atuam juntas para produzir metas comunicativas.

Num padrão relacionado com contraste e expectativa frustrada, as extensões de **porque** seguem a negação, mesmo quando a contrapartida afirmativa não tenha sido expressa. Fairclough (1989) vê a negação no discurso "como um meio de implicitamente expressar a afirmativa correspondente" (1989, p.154). Através da negação, "o produtor de texto pode contestar ou desafiar elementos [pressupostos] do contexto intertextual" (1989,

p.154). O autor do texto pode usar essas pressuposições de modo “sincero” ou “manipulativo”.

O estudo de Ford (2000) analisa as funções do contraste na interação. A autora considera o contraste em termos amplos, envolvendo contraste neutro, concessão e antítese, reconhecendo que contrastes podem ser manifestados como desacordos entre interlocutores. Quando há algum contraste entre os interlocutores envolvidos em uma interação face-a-face, surge a necessidade de explicações ou soluções, em que o falante esclarece o contraste apresentando uma razão muito importante ou uma consequência para o fato.

A autora analisa tipos de combinação retórica recorrente e esperável, que compõem a maioria dos casos presentes nos seus dados: **contraste** seguido de **explicação**, e **contraste** seguido de **solução**. Os casos são diversos com relação às funções dos contrastes, isto é, a apresentação da incompatibilidade ou da oposição atende a diferentes finalidades da interação. Dentre os modelos estudados, há evidências de que existe um modelo mais geral, através do qual os contrastes são seguidos de uma explicação introduzida por um conectivo, dentro de uma sequência padronizada. A pesquisa verifica uma regularidade relevante associada aos usos de explicações e soluções após contrastes.

Contudo, a pesquisa mostrou também a existência de contrastes sem explicações ou soluções, em que sua existência não parecia não ser relevante. O contraste parece funcionar perfeitamente bem sozinho, isto é, não é tratado como não-resolvido. Em alguns desses casos – ordens de autoridade, correção, falas específicas – certas ações parecem exercer uma força de atuação pelo menos em parte através da ausência de mudanças voltadas para explicação e solução. Nesse caso, os contrastes podem ainda ser associados a explicações e soluções, mas o falante pode indicar a autoridade da qual está falando, por produzir estrategicamente um contraste não-elaborado, ou pode apresentar uma interpretação da existência de um problema como uma reclamação, ao oferecer uma posição de simpatia ao invés de um impulso de remediação.

Gohl (2000) usa os achados de Ford (1994, 2000) sobre os contextos nos quais as explicações e justificativas emergem regularmente, ou marcados por **porque**. Contudo, o achado de Ford de que as explicações são em geral

produzidas em contextos envolvendo algum tipo de contraste é apenas aplicável a parte do material analisado por Gohl. A ocorrência de explicações parece não estar diretamente ligada à estrutura linguística que o enunciado anterior expressa, mas a um **tipo** de ação realizada pelo enunciado anterior.

A autora trata de: (a) explicações após segunda ação não-preferida; (b) explicações depois de avaliações; e (c) explicações para pedidos. Com relação às explicações após segunda ação não-preferida, Gohl (2000) cita que vários estudos da análise da conversa (ATKINSON; DREW, 1979; HERITAGE, 1984; POMERANTZ, 1984) mostram que certas ações, em geral organizadas como primeiras partes de pares adjacentes, tornam relevante uma segunda ação, isto é, essas ações chamam uma segunda ação em virtude de implicações sequenciais.

Essas segundas ações têm realizações alternativas, porém não equivalentes: uma realização é a preferida, a outra, não-preferida. Depois de pedidos, sugestões, oferecimentos e convites, uma aceitação será a segunda ação preferida e não marcada. Depois de avaliações, uma concordância será a resposta preferida, um desacordo será a não-preferida. As segundas não-preferidas exibem vários traços comuns, incluindo atrasos, prefácios e explicações. Com relação às explicações depois de avaliações, a autora comenta que as avaliações em geral contêm marcadores lexicais ou frases que as tornam “fortes avaliadores”, no sentido em que Ford (1994) descreveu esses marcadores. Em alemão esses marcadores lexicais são: *especialmente, realmente, muito, totalmente*, bem como certos adjetivos como *medonho, maravilhoso, brilhante*, ou adjetivos na forma superlativa, e.g., *pior*, e expressões nominais (*tudo virou um inferno*). Explicações depois de “avaliações fortes” são mais frequentes do que explicações depois de “avaliações mais fracas”. Essa observação leva a concluir que não são os itens lexicais os responsáveis pela produção de uma unidade explicativa, mas a ação realizada pela afirmação avaliativa.

Por fim, Ford afirma que os pedidos são atividades que ameaçam a face porque obrigam o receptor a fazer algo: ou na forma de ação verbal (fornecendo informação), ou na forma de ação não-verbal (fazer algo). Esse formato torna os pedidos em ações sensíveis em termos conversacionais – e

por isso é provável que sejam seguidos por explicações. Da mesma forma, queixas e reprimendas requerem, em geral, uma explicação.

2.5 A Linguística Sistêmico-Funcional

Os recursos gramaticais que incorporam os significados interpessoais incluem as categorias de Modo de declarativa, imperativa, interrogativa etc. e uma análise das diferentes categorias escolhidas nos permite diferenciar como os falantes atuam interpessoalmente, como falantes distintos negociam papéis de poder e solidariedade. Um exemplo simplificado poderia ser a escolha da imperativa *give me the key* (me dê a chave) que pode mostrar o falante em uma posição maior de poder do que a interrogativa *may I have the key?* (posso ter a chave?). Além disso, a maneira pela qual as declarações ou perguntas são respondidas terá um impacto sobre a forma como os interactantes estão posicionados. Por exemplo, a resposta *here you are* (aqui estão) pode sugerir informalidade, solidariedade e uma relação de status equivalente. Se compararmos uma resposta diferente à resposta ao pedido de uma chave, digamos *yes sir* (sim senhor), isso poderia sugerir tipicamente uma relação hierárquica definida. Outros fatores relevantes considerados sob o patrocínio da metafunção interpessoal incluem aquele nomeado sujeito de uma oração e termos interacionais.

2.5.1 As Metafunções

A Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) é uma proposta teórico-metodológica de Halliday (1985, 1994) e seus colaboradores. Para a LSF, a língua é um sistema semiótico, o que significa dizer que os falantes têm a possibilidade de escolhas. Essas escolhas feitas em diferentes níveis no sistema linguístico (léxico, morfologia, sintaxe, fonologia) são significativas e determinam a criação de diferentes significados, na medida em que determinam diferentes interpretações da realidade e criam diferentes visões de mundo. Quando se faz uma escolha real no sistema linguístico, o que se escreve ou o que se diz

adquire significado contra um fundo em que se encontram as escolhas que poderiam ter sido feitas. Tal fato possibilita: (a) considerar como apropriadas ou inapropriadas as escolhas linguísticas em relação ao contexto de uso; (b) ver a língua como um recurso para construir significados em diferentes contextos. Para a LSF, a língua está “estruturada” para construir três tipos de significados, ou metafunções, simultâneos: Ideacional, Interpessoal e Textual. A metafunção Ideacional representa os eventos das orações em termos de *fazer*, *sentir* (processamento simbólico) ou *ser*, por meio do sistema da Transitividade; a metafunção Interpessoal envolve as relações sociais com respeito à função da oração no diálogo, e referem-se a dar/pedir informação ou bens e serviços; a metafunção Textual organiza os significados ideacionais e interpessoais de uma oração, trabalhando os significados advindos da ordem das palavras na oração.

Assim, essas metafunções referem-se à incorporação de tipos de experiência, percepção e consciência na língua; à expressão das interações e à estruturação e à apresentação da informação, tornando-o operacionalmente relevante (HALLIDAY, 1973; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), e de acordo com seu propósito e as exigências do meio sócio-histórico-cultural.

A língua pode manipular esses três tipos de significados simultaneamente, porque possui um nível intermediário de codificação: o léxico gramatical. É esse nível que possibilita à língua construir três significados concomitantes, e eles entram no texto através das orações mediante escolhas feitas no sistema linguístico. Daí porque Halliday dizer que a descrição gramatical é essencial à análise textual. Importante para a LSF é a noção de escolhas. Assim, quando se faz uma escolha no sistema linguístico, o que se escreve ou o que se diz adquire significado contra um fundo em que se encontram as escolhas que poderiam ter sido feitas, mas que não o foram, fato importante na análise do discurso. Em resumo, a LSF procura desenvolver uma teoria sobre a língua como um processo social e uma metodologia que permita uma descrição detalhada e sistemática dos padrões linguísticos.

A língua não se dissocia de seu contexto de uso. A LSF considera três tipos de contexto: (a) *Registro*, o contexto situacional; (b) *Gênero*, contexto cultural; e (c) *Ideológico*. O Gênero representa os processos sociais em estágios orientados para uma finalidade de uma dada cultura. O Registro

refere-se ao contexto de situação e é organizado por três variáveis: **Campo** (assunto), **Relações** (status dos interactantes) e **Modo** (organização do texto). Essas três variáveis contextuais são, por sua vez, organizadas pelas Metafunções da linguagem (HALLIDAY, 1978).

Há também um terceiro contexto – o **ideológico**, que mais recentemente tem sido abordado pela LSF. A ideologia ocupa um nível superior de contexto, referindo-se a posições de poder, a vieses políticos e a suposições sobre valores, tendências e perspectivas que os interlocutores trazem para seus textos, e tem chamado a atenção dos systemicistas, na medida em que, em qualquer registro, em qualquer gênero, o uso da língua será sempre influenciado pela nossa posição ideológica. A análise dos aspectos ideológicos tem sido feita, dentre outros, pela Linguística Crítica (FOWLER, 1991).

2.5.1.1 A Metafunção Ideacional

Como um componente analítico chave da função Ideacional da língua, a “Transitividade” é um conceito semântico que vê a representação do significado na oração. De acordo com Halliday, a Transitividade trata da codificação, pelos usuários, por meio da língua de suas experiências com o mundo que os cerca (1994, p. 106). A Transitividade, interessada nas relações semânticas de poder de “quem faz o quê para quem”, tem o potencial de categorizar e avaliar a infinita variedade de ocorrências em um conjunto finito de tipos de processo. A análise da Transitividade pode, examinando as escolhas feitas no texto, referentes aos estados de ser, ações, eventos e situações referentes à dada sociedade, mostrar o viés da representação da realidade aí envolvida.

Halliday (1994) sugere que os processos semânticos representados na oração têm potencialmente três componentes: o próprio **Processo**, que é expresso pelo grupo verbal da oração; os **Participantes** envolvidos no processo, realizados pelos grupos nominais da oração; e as **Circunstâncias** associadas com o processo, expressas por grupos adverbiais ou preposicionais. Halliday (1994) ainda sugere a classificação dos processos,

conforme representem ações, eventos, estados da mente ou estados de ser. **Material**, **Mental** e **Relacional** são os três tipos principais no sistema da Transitividade, referindo-se respectivamente a ações ou eventos do mundo externo, à experiência interna da consciência e aos processos que classificam e identificam, respectivamente. Nos limites entre eles estão os processos: **Comportamental** (que representam manifestações de atividades internas), **Verbal** (relações simbólicas construídas na consciência humana e em estados fisiológicos) e **Existencial** (processos relacionados à existência).

2.5.1.2 A Metafunção Interpessoal

A oração está organizada como um evento interativo, envolvendo falante (ou escritor), e audiência/leitor. Os tipos fundamentais de papel de fala são apenas dois: (i) dar, e (ii) pedir. Portanto, um “ato” de fala é algo que poderia ser mais apropriadamente chamado de uma “interação”: é uma permuta, na qual dar implica receber e pedir implica dar em resposta. Juntamente com essa distinção básica está uma outra distinção, igualmente fundamental, que se relaciona com a natureza do produto que está sendo permutado. Este pode ser (a) *bens e serviços* ou (b) *informação* (HALLIDAY, 1994).

Segundo Halliday (1985), a gramática de qualquer língua inclui um componente interpessoal que serve para realizar essas funções. Neste componente, é acima de tudo os sistemas gramaticais de Modo e Modalidade que sinalizam a interação. O primeiro é definido como o sistema que estabelece relações entre papéis entre falante e ouvinte, enquanto que a Modalidade expressa a avaliação que esse falante ou ouvinte fazem sobre o conteúdo da mensagem (BERRY, 1975, p. 66). Veja Quadro 3.

Contudo, outros autores (i.e., LEMKE, 1992, p. 86) notam que esta abordagem tende a confundir as funções interpessoais e a função do ‘intrametimento’ pessoal. As expressões de Modalidade normalmente expressam a visão do falante sem diretamente estabelecer expectativas interacionais como fazem as escolhas de Modo – assim, uma oração interrogativa espera normalmente uma declarativa (afirmativa ou negativa) como resposta do interlocutor.

Quadro 3: Modalidade: entre 'sim' e 'não'

SIM	Proposição Informação		Proposta Bens & Serviços		NÃO
	MODALIDADE				
	MODALIZAÇÃO		MODULAÇÃO		
	probabilidade ⁴	frequência	obrigação ⁵	inclinação	
	<i>talvez</i>	<i>geralmente</i>	<i>deve</i>	<i>quero</i>	

Fonte: Halliday (1994)

Devido a esse fato, Thompson e Thetela (1995) propõem uma distinção no interior da Metafunção Interpessoal, distinguindo as funções *Pessoal* e a *Interacional*, relacionadas entre si, mas relativamente independentes. O termo "Interacional" foi escolhido para a segunda opção, para reservar o termo "Interativo" para referência aos aspectos de orientação-informacional dentro do texto escrito, termos como: *em resumo, como dissemos antes, a seguir*, que guiam o leitor no desenrolar do texto. Eles examinam os:

- (a) **papéis desempenhados** realizados pelo ato de fala por si. São os papéis de fala, ou seja, o participante não pode deixar de desempenhar esses papéis: de *perguntador*, de *respondedor*, de *ordenador*, de *solicitador*, por exemplo.
- (b) **papéis projetados** em que a questão é a rotulação dos interlocutores: *senhor, participantes do curso, você*. Este é o ponto em que o componente *interpessoal* se sobrepõe ao *ideacional* no modelo de Halliday, já que, se o escritor projeta papéis, a pessoa sobre quem o papel é projetado é simultaneamente um participante no evento linguístico e um Participante na oração. Assim em: *O moleque ganhou uma bicicleta*, "moleque" é assim rotulado (papel projetado), mas também é o Beneficiário (como Participante na oração).

⁴ Ou modalidade epistêmica.

⁵ Ou modalidade deôntica.

2.5.1.3 A Metafunção Textual

A terceira Metafunção, a Textual, trata do domínio da quarta ordem⁶ – o domínio do significado, continua Matthiessen (1995). Especificamente, ela constrói os significados Ideacionais e Interpessoais, para que a informação possa ser compartilhada pelo falante e seu interlocutor, proporcionando os recursos para guiar a permuta dos significados no texto. Podemos falar em guia do ponto de vista do ouvinte (que é ‘projetado’ pelo falante nas suas escolhas textuais).

Vejamos no Quadro 4 como o exemplo: *Certamente, ele estudou inglês no passado*, seria analisado, considerando as três Metafunções.

- Em relação à Metafunção Ideacional, o verbo ‘estudar’ expressa um processo material, ‘ele’ um participante ‘Ator’; ‘inglês’ um participante ‘Meta’; e ‘no passado’ uma Circunstância de tempo. Esses elementos representam a transitividade da oração.

Quadro 4: As três Metafunções

METAFUNÇÕES	Certamente	Ele	Estudou		inglês	no passado
<i>Ideacional</i>	-----	Ator	processo material		Meta	Circunstância
<i>Interpessoal</i>	Certamente	Ele	estud-	-ou	inglês	no passado
	Mood		Resíduo	Mood	Resíduo	
	Finito: Modalidade	Sujeito	Predicador	Finito: Tempo	Complemento	Adj. adverbial
<i>Textual</i>	Certamente ele		estudou inglês no passado			
	Tema		Rema			

Fonte: Halliday (1994)

- Em relação à Metafunção Interpessoal, é uma sentença declarativa, na qual o *mood* é realizado pelo Sujeito ‘ele’, e pelo Finito: (i) pela a terminação ‘-ou’ (flexão do pretérito perfeito); (ii) pela Modalização ‘certamente’. O restante da frase forma o Resíduo.

⁶ Quatro domínios: físico, biológico, social e semiótico.

- Em relação à Metafunção Textual, 'ele' realiza o Tema da frase e o restante, o Rema. Esta Metafunção Textual não será examinada nesta pesquisa.

2.5.2 A relação entre micro e macroestruturas

Li (2010) investiga as relações entre escolhas de certas formas linguísticas e as ideologias e relações de poder que subjazem a essas formas. Guiado por propostas de análise do discurso crítica e com o apoio do contexto analítico oferecido pela Linguística Sistêmico-Funcional, de Halliday (1994), Li, relaciona a microestrutura dessas escolhas com a macroestrutura das orientações ideológicas subjacentes ao texto.

Kitis e Milapides (1996) afirmam que, em vez de focar nossa atenção nessas estruturas argumentativas, a feição da organização principal da estrutura do texto no nível global é a da construção de uma metáfora dominante que é o fator predominante da transformação do estilo textual descritivo ou narrativo explícitos para um argumentativo camuflado, gerando uma avaliação ideológica do assunto relatado. Nesses casos, a análise é multi-nivelada, em que predominam certas suposições de natureza ideológica, que, embora não formem parte da estrutura formal do texto, são aspectos de interpretação sub-repticiamente insinuados no subtexto do texto (a *crypto*-argumentação). A proposta de Martin (2000, 2003) dos *tokens* de atitude ajuda na compreensão de como se fará a persuasão de maneira implícita, sem o uso de termos normalmente considerados avaliativos.

Para tanto, Kitis e Milapides (1997) dizem que a análise linguística não pode restringir-se a uma visão das unidades gramaticais como sentenças isoladas, mas deve examinar a estrutura léxico-gramatical como incorporadas ao texto como um todo. Assim, o foco deve recair primeiramente nas feições da macroestrutura bem como nas estruturas retóricas e nas relações semânticas e pragmáticas, que contribuem para a construção de versões da realidade e das ideologias, para, em seguida, proceder-se à análise na microestrutura.

Com referência a essa preocupação crítica, que se preocupa com o uso da linguagem como forma de prática social, desenvolvendo métodos de análise

que compartilham um foco no relacionamento entre linguagem, ideologia e poder (KRESS E HODGE, 1979; FAIRCLOUGH, 1989), trato a seguir da Linguística Crítica, uma abordagem que foi desenvolvida por um grupo da Universidade de East Anglia na década de 1970 (FOWLER ET AL., 1979; KRESS E HODGE, 1979).

2.5.3 A Linguística Crítica

A abordagem crítica inclui a Linguística Crítica de Fowler et al (1979, 1991), o trabalho de Fairclough sobre linguagem e poder (1989,, 1992^a, 1992b), a abordagem da análise do discurso desenvolvida por Pêcheux (1982), estudos culturais desenvolvidos mais recentemente (SCANELL, 1991) e os trabalhos sobre linguagem e gênero (CAMERON, 1985, 1990; CALDAS-COUTHARD; COUTHARD, 1996, entre outros).

A análise crítica está interessada no questionamento das relações entre signo, significado e o contexto sócio-histórico que governam a estrutura semiótica do discurso, usando um tipo de análise linguística. Ao estudar detalhes da estrutura linguística à luz da situação social e histórica de um texto, a ACD procura trazer, para o nível da consciência, os padrões de crenças e valores codificados na língua – que estão subjacentes à notícia e que são invisíveis para quem aceita o discurso como algo “natural”. Um dos seus princípios mais significativos reside na observação de que o uso da linguagem é, simultaneamente, uma prática social determinada pela estrutura social e contribui para a estabilização e mudança dessa estrutura.

O ponto principal na análise de Fowler é o de que qualquer aspecto da estrutura linguística carrega significação ideológica, seleção lexical, opção sintática, etc. – todos têm sua razão de ser. Há sempre modos diferentes de dizer a mesma coisa, e esses modos não são alternativas acidentais, pois diferenças em expressão trazem distinções ideológicas e, com isso, diferenças de representação.

A importância da Linguística Crítica, se pudesse ser medida, seria vista primordialmente por sua capacidade de equipar leitores para fazer leituras desmistificadas de textos ideologicamente marcados. Os textos particulares

incorporam ideologias ou teorias particulares, e o propósito é a interpretação crítica de textos: “a recuperação dos sentidos sociais expressos no discurso pela análise das estruturas linguísticas à luz de contextos interacionais e sociais mais amplos” (FOWLER ET AL., 1979, p. 195-196). Para esse tipo de investigação, Fairclough (1992) sugere, então, um modelo de análise tridimensional em que qualquer evento discursivo (i.e., qualquer exemplo de discurso) é considerado como simultaneamente um texto (análise linguística), um exemplo de prática discursiva (produção e interpretação textual) e um exemplo de prática social (questões de interesse social).

2.5.4 A Avaliatividade

O termo Avaliatividade é o rótulo para um enquadre localizado na GSF, que mapeia os recursos que usamos para avaliar a experiência social (MARTIN 2000; MARTIN; WHITE 2005; WHITE 2003). Esses recursos podem se realizar através de várias estruturas gramaticais e do léxico. A análise da Avaliatividade é um modo de capturar, de maneira compreensiva e sistemática, os padrões avaliativos globais que ocorrem num texto, num conjunto de textos ou em discursos institucionais, e envolve três subsistemas: Atitude, Compromisso e Graduação.

No Quadro 5, a seguir, encontra-se o resumo dos subsistemas da Avaliatividade, propostos por Martin (2000).

Quadro 5: Os subsistemas da Avaliatividade

ATITUDE	(a) Afeto	(in)Felicidade	[Foi uma festa adorável.]
		(in)Segurança	[Está confortável aqui.]
		(in)Satisfação	[Não gostei da atitude dele.]
	(b) Julgamento	Estima Social	Normalidade (é óbvio? é insólito?)
			Capacidade (não/consegue superar?)
			Tenacidade (não/desiste?)
		Sanção Social	Veracidade (é falso? é crível?)
			Propriedade (moralmente in/aceitável?)
	(c) Apreciação	Reação (impacto): (Isso me cativa?)	
		Reação (qualidade): (Eu gosto disso?)	
		Composição (equilíbrio): (Eles não/combinam?)	
		Composição (complexidade): (fácil/difícil de compreender?)	
		Valorização [não/vale a pena?]	
continua	(c) Avaliação Social	(uma subcategoria de Apreciação refere-se à avaliação positiva ou negativa de produtos, atividades, processos ou fenômenos sociais.)	

continuação		
COMPROMISSO	(a) monoglóssico (sem negociação) [O livro é maravilhoso.]	(b) heteroglóssico (com negociação)[Acho que o livro é maravilhoso.]
GRADUAÇÃO ⁷	(a) Força	Aumenta [completamente devastado] Diminui [um pouco chateado]
	(b) Foco	Aguça [um policial de verdade] Suaviza [cerca de quatro pessoas]

Fonte: Martin (2000)

O subsistema da **Atitude** abrange: Afeto, Julgamento e Apreciação. O Afeto é um conjunto de recursos linguísticos para avaliar a experiência em termos afetivos, para indicar efeito emocional positivo ou negativo de um evento; o Julgamento envolve significados que servem para avaliar o comportamento humano com referência a normas que regem como as pessoas devem ou não agir; a Avaliação Social, uma subcategoria de Apreciação, refere-se à avaliação positiva ou negativa de produtos, atividades, processos ou fenômenos sociais.

O subsistema do **Compromisso** é um conjunto de recursos que capacita o escritor (ou o falante) a tomar uma posição pela qual sua audiência é construída como partilhando a mesma e única visão de mundo ou, por outro lado, a adotar uma posição que explicitamente reconhece a diversidade entre várias vozes. O subsistema da **Gradação** envolve um conjunto de recursos para aumentar ou diminuir a intensidade da avaliação.

A Avaliatividade permite que as expressões de significado avaliativo direto (Avaliatividade inscrita) ou indireto (Avaliatividade evocada) (veja Quadro 6), entrem numa espécie de dança através do texto criando um espaço semântico mais amplo que, por si, se torna avaliativo. Além disso, explica os modos pelos quais padrões de significado avaliativo se acumulam dinamicamente através do texto. Assim, essas configurações de escolhas avaliativas relevantes criam o que tem sido denominado de prosódia (LEMKE, 1998) ou também logogênese (HALLIDAY, 1992, 1993; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 1999) – uma harmonia de significados que é um produto de uma combinação de escolhas não identificáveis com qualquer outra escolha, consideradas isoladamente.

Com relação à prosódia, Macken-Horarik (2003, p. 293) fala em "leitura relacional", e explica que essa leitura não é a mesma coisa que uma leitura

⁷ Também Gradação.

correta. Uma interpretação bem sucedida, então, depende de duas habilidades – uma de processar as palavras do texto dinamicamente e outra de construir a relação semântica de cada fase com outra. Numa perspectiva sinótica (leitura do todo, resumido), de retrovisão, os leitores reconhecerão que algumas fases confirmam, outras se opõem e ainda outras transformam o significado avaliativo de fases anteriores.

Quadro 6 – Tipos de Avaliatividade

Avaliatividade <u>inscrita</u>	a avaliação está explícita no texto (<i>menino brilhante, menino malvado</i>)
Avaliatividade <u>evocada</u>	a avaliação é projetada por referência a eventos ou estados que são ou não convencionalmente elogiados (<i>um menino que lê muito</i>) ou rejeitados (<i>um menino que arranca as asas da borboleta</i>)

Fonte: Martin (2000)

A seguir, no Quadro 7, apresento o resumo das teorias até aqui apresentadas com relação à estrutura da conversa e ao desacordo na fala-em-interação, encerrando, assim, a Fundamentação Teórica que será utilizada na elaboração das análises.

No capítulo seguinte, apresento a metodologia selecionada para esta pesquisa e os procedimentos adotados nas análises.

Quadro 7 - Resumo da teoria

A ESTRUTURA DA CONVERSA	O DESACORDO NA CONVERSA
Contingência: Dependência do contexto	
Tomada de turno (Unidade de Construção de Turno) Construção (projeção/lugar de transição) Distribuição (falante indica outro/auto-seleção)	Análise de cunho crítico com o apoio da GSF Avaliatividade/Modalidade
Sequencialidade Pares adjacentes (Preferido/Despreferido)	
Estratégias (Relação c/fala anterior ou mais adiante - desvio de orientação - uso não-oficial)	Polidez - Alinhamento – Vozes - Mediação - Concessão – Causalidade

3. METODOLOGIA

Neste capítulo, descrevo os procedimentos metodológicos selecionados para a análise de dados. Primeiramente, anuncio a escolha metodológica; em seguida apresento a origem do corpus selecionado justificando a escolha feita, os participantes, a transcrição e a segmentação dos trechos selecionados onde ocorre o desacordo. Finalmente, explico os procedimentos de análise, descrevendo as etapas e sua organização.

3.1 A escolha da metodologia da pesquisa

Este estudo segue a metodologia de pesquisa Quali-Quantitativa, embora o enfoque maior desta pesquisa seja qualitativo. Como sugerem Denzin e Lincoln (1998, p. 6), a abordagem qualitativa é um campo interdisciplinar e se preocupa com a compreensão do comportamento humano a partir do quadro de referência do próprio sujeito da pesquisa, com base em dados reais e orientada para uma descoberta exploratória, expansionista, descritiva, indutiva, e não generalizável. A pesquisa Qualitativa concentra-se na realidade socialmente construída; está comprometida com uma perspectiva naturalista e com a interpretação da experiência humana.

A análise interpretativa, com grande repercussão no campo da Linguística Aplicada (MOITA LOPES, 2001), preocupa-se com os aspectos inerentes aos processos do mundo social, na construção social do homem que, por meio da linguagem, interpreta e reinterpreta o mundo ao seu redor e, assim, proporciona várias realidades. Portanto, ela é uma abordagem metodológica que permite interpretar a multiplicidade de significados constituintes dessas realidades.

Ao pensar na construção social do homem que utiliza a linguagem como meio de interagir com o mundo ao seu redor, acredito que a Linguística Sistêmico-Funcional se distingue como teoria sobre a língua como um processo social e uma metodologia que permite uma descrição detalhada e sistemática dos padrões linguísticos, facilitando, assim, a compreensão das

relações entre a microestrutura das escolhas lexicais e a macroestrutura dos desacordos conversacionais, no caso desta pesquisa.

3.2 Dados

O corpus utilizado neste trabalho faz parte da coletânea do Projeto de Estudos da Norma Linguística Urbana Culta do Brasil (NURC). O texto analisado, um diálogo entre dois informantes, consta do vol. II de *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo* (CASTILHO; PRETI, 1987).

O Projeto NURC, iniciado em 1970, é um estudo da norma linguística urbana culta de âmbito nacional e consiste na gravação, em cinco capitais brasileiras (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), de falantes de formação universitária completa (chamados “cultos”), para a formação de um *corpus* de trabalho para o estudo da modalidade oral da língua.

Tomando a língua falada como objeto de estudos, os pesquisadores do Projeto NURC têm aprofundado e aberto novos campos de pesquisa, que relacionados ao estudo da norma culta, o fenômeno da expressividade e a questão da interação, para citar apenas alguns temas.

O corpus desta pesquisa é composto de três extratos de um diálogo de 80 minutos de duração, com 785 turnos de fala, entre dois informantes (D2) e um Documentarista, com proposta prévia de tema para a discussão – A cidade e o comércio - localizado no Inquérito de número 343, Bobina número 130 – INFS. Número 441 e 442 e registrado em 15 de março de 1976. Os três extratos com desacordo selecionados para esta pesquisa receberam títulos relativos ao tema da discussão, conforme segue:

- 1º. Extrato - A Analogia
- 2º. Extrato - Transporte ou Comunicação?
- 3º. Extrato - Desenvolvimento é bom ou ruim?

A conversa ocorre entre um homem (L1) de 26 anos, solteiro, engenheiro, paulistano, pais paulistanos, 1ª faixa etária (de 25 a 35 anos de

idade)⁸, e uma mulher (L2), 25 anos, solteira, psicóloga, paulistana, pais paulistanos, também 1ª faixa etária.

A minha opção pela escolha desse corpus, primeiramente, foi feita pela dificuldade de gerar o meu próprio corpus, pois tal ação implicaria em várias questões práticas e legais. O Projeto NURC está disponível aos pesquisadores e estudiosos da linguagem, além de constituir um material rico em opções de pesquisa, e conhecido no meio acadêmico pela seriedade e pelo comprometimento em sua elaboração. Tanto as situações de conversa como também as transcrições realizadas são, inquestionavelmente, fontes confiáveis para diversos estudos da linguagem. Esse projeto, com um corpus nacional de mais de 1500 horas de registros, representa o desempenho linguístico de falantes de ambos os sexos, nascidos nas cidades escolhidas para a coleta de dados, com escolaridade universitária, distribuídos em três faixas etárias (vide nota 6). As gravações foram feitas em três situações distintas: a) aulas e conferências; b) diálogos informais (entre dois locutores); c) entrevistas (diálogos entre locutor e documentador).

Finalmente, o NURC gerou um grande número de trabalhos apresentados em congressos nacionais e internacionais, além de publicações em anais de congresso, em livros e revistas científicas. O seu corpus tem sido utilizado em aulas de cursos de Graduação e Pós-Graduação, e os registros fazem parte, atualmente, do acervo de algumas bibliotecas brasileiras e estrangeiras, além de servirem de corpus a dissertações de Mestrado e teses de Doutorado.⁹

3.3 A relevância na escolha do corpus

Diante da diversidade de opções de corpus que o Projeto NURC oferece, e após pesquisar vários diálogos informais disponíveis, selecionei o

⁸ Os informantes foram distribuídos em três faixas etárias: 1ª faixa etária: de 25 a 35 anos de idade (30%); 2ª faixa etária: de 36 a 55 anos de idade (45%); 3ª faixa etária: mais de 56 anos de idade (25%). A partir da década de 90, o projeto incluiu a 4ª faixa etária: acima de 74 anos.

⁹ A partir de 1985, o Prof. Dino Preti, um dos coordenadores do projeto em São Paulo, constituiu um grupo permanente de pesquisadores que passou a estudar livros e artigos referentes à Análise da Conversação e sua aplicação ao material do projeto NURC/SP, subdenominando-se, esse grupo, Projeto NURC/SP - Núcleo USP. Esse grupo encarregou-se de transcrever o material do Projeto NURC/SP para publicação e posterior análise.

diálogo que considero mais relevante para esta pesquisa a partir dos seguintes elementos: a cidade de São Paulo, dois participantes de mesma faixa etária, de ambos os sexos, com formação profissional e conhecimento de mundo distintos. Infelizmente, o Projeto NURC não oferece maiores detalhes sobre os participantes, mas, de acordo com as suas interlocuções, pode-se dizer que não pertencem a uma mesma instituição, o que poderia acrescentar um grau de hierarquia, e não possuem vínculos familiares.

Contudo, ao investigar mais a fundo a conversa entre a psicóloga e o engenheiro, deparei-me com a riqueza de linguagem que compõe o corpus, principalmente, as situações de desacordo, objeto deste estudo.

3.4 Transcrição dos dados

A seguir, informo, no Quadro 8, os critérios de transcrição adotados pelo Projeto NURC, publicados no referido vol. II de *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo* (CASTILHO; PRETI, 1987).

Quadro 8 – Critérios de transcrição adotados pelo Projeto NURC/SP

OCORRÊNCIAS	SINAIS
Incompreensão de palavras ou segmentos	()
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)
Truncamento	/
Entonação enfática	Maiúsculas
Alongamento de vogal ou consoante s, r	:: ou :::
Silabação	-
Interrogação	?
Qualquer pausa	...
Comentários descritivos, ex.: ((tossiu))	((minúsculas))
Comentários do locutor que quebram a sequência temática; desvio temático.	- -
Superposições, simultaneidade de vozes	[ligando linhas
Citações literais, reprodução de discurso direto.	“ “

Fonte: Castilho-Preti (Orgs.1987 p. 9-10)

3.5 Procedimentos de Análise

A análise deve responder às seguintes perguntas:

- (a) Como se caracteriza linguisticamente o desacordo ou a sua mitigação?
- (b) Que papéis exercem, nesse processo, a causalidade, a concessividade e a adversatividade?
- (c) Qual é a função da Avaliatividade e da Modalidade em relação a essas questões? .

Para tanto, procedo da seguinte maneira:

- (a) Os extratos são precedidos da descrição do contexto de ocorrência, já que unidades de construção de turno, embora projetáveis (portanto, recorrentes e previsíveis) são, ao mesmo tempo, profundamente contingentes e dependentes das exigências de atividades colaborativas entre pessoas reais, em momentos específicos de interação.

Exemplo:

Contexto: Documentarista, L1 (engenheiro) e L2 (psicóloga) estão falando da poluição nas grandes cidades. L1 compara o tratamento de uma cidade "doente", poluída, com o tratamento de um ser humano, que só procura ajuda médica quando atinge um estado grave.

- (b) Na primeira linha da análise, indico as questões referentes a Acordo/Desacordo - Alinhamento - Polidez - Vozes, conforme o exemplo a seguir. Essas categorias aparecem no mesmo campo logo abaixo das palavras que as indicam, em grifo.

Exemplo:

211	<u>é que</u> os mecanismos são <u>diferentes</u> , <u>né?</u>
L2	Desacordo Alinhamento

(c) As ocorrências de Concessão, Adversatividade e Causalidade são indicadas em uma segunda linha - abaixo da linha em (c) - abaixo das palavras que as determinam, com seta indicativa (↓) para facilitar a leitura.

Exemplo

211 L2	<u>é que</u> os mecanismos são <u>diferentes</u> , <u>né?</u>
	↓ Desacordo Alinhamento
	Causalidade

(d) Na terceira linha, cada um dos extratos selecionados é examinado à luz das seguintes categorias de análise: Modalidade e Avaliatividade. A legenda abaixo indica o sistema de código que será utilizado para a Avaliatividade.

Avaliatividade: positiva (+); negativa (-)
Graduação para mais (↑) e para menos (↓)

Exemplo

211 L2	<u>é que</u> os mecanismos são <u>diferentes</u> , <u>né?</u>
	↓ Desacordo Alinhamento
	Causalidade
	↓ Apreciação (-)

(e) Feito isso, segue-se a **Interpretação** da análise feita. A coluna da direita refere-se ao número de ocorrências das categorias de análise verificadas no decorrer as análises, conforme (b), (c) e (d).

Exemplo

Interpretação:	Categorias de análise
Conclusão:	

(f) No final da interpretação da análise, no mesmo campo, em **Conclusão**, específico os recursos utilizados por L1 e L2 nas ocorrências de desacordo, conforme exemplo no item (e), acima.

<p>Interpretação: O extrato revela uma organização sequencial dos turnos com esquema de primeira-parte-do-par (PPP), segunda-parte-do-par despreferida (SPP despreferida), uma sobreposição de turno, e encaixamentos de Alinhamento, que ajudam a delinear a posição dos participantes na interação. A declaração de L1 em (209), única PPP, provoca um desencadeamento de turnos de SPP despreferidas.</p> <p>O esquema, a seguir, sumariza essas ocorrências. Os números à esquerda correspondem ao início do turno de cada interlocutor, no caso de o turno ser mais extenso. O mesmo procedimento vale para os esquemas das análises seguintes.</p> <p>(209) L1 declara PPP</p> <p>(211) L2 — responde (discorda) e explica SPP despreferida</p> <p>(215) L1 — interrompe (sobrepõe) e discorda SPP despreferida</p> <p>(216) L2 — encerra turno anterior interrompido (SPP despreferida)</p> <p>(217) L1 — responde (discorda) e argumenta SPP despreferida</p> <p>(219) L2 alinha-se com L1 em uhn uhn SPP (preferência aparente)</p> <p>L1 expõe seu ponto de vista (209) propondo Alinhamento com o marcador verbal “né?” no final do turno. L2 discorda da declaração de L1 tentando justificar-se por meio de turno prolongado. Busca cumplicidade pelos Alinhamentos estruturados com os marcadores verbais “né?” e “sabe”, no primeiro movimento do turno e final (216) e em meio às explicações respectivamente, que parecem revelar uma tentativa de mitigação, uma posição heteroglóssica, face ao desacordo provocado e evitar um AAF (ato de ameaça à face). Diante da contingência do desacordo, L1 interrompe a fala de L2 aproveitando o prolongamento da vogal e pausa de L2 (“é:::...”), e provoca um novo desacordo (215) usando o extremo polar de negação “não” (4 vezes), rejeitando enfaticamente a explicação de L2. Tal fato indica mudança de estratégia de L1 com uma ação despreferida, construindo um relacionamento antagônico e de afastamento, pautado na monoglossia</p>	<p>Desacordo (3)</p> <p>AAF (2)</p> <p>Alinhamento (5)</p> <p>Causalidade (4)</p> <p>Concessão (1)</p> <p>Modalização (2)</p> <p>Avaliatividade (10)</p>
---	--

com declaração absoluta sobre o que pensa ser a função da terapia, provocando AAF. Em 219, acredito que o Alinhamento com o uso do sinalizador “*uhn uhn*”, confirma a posição de L2 de atenção ao ouvinte e garantia de turno, mas não é entendido como concordância e sim um turno que talvez possa ser chamado de concordância aparente, conforme comentário na sequência dos turnos mais adiante.

A Causalidade está presente em algumas unidades de construção de turno (UCT) de L2, que é estruturada a partir do uso da partícula expletiva “*é que*” (211), um Adjunto Conjuntivo (Metafunção Textual), que tem a função conversacional de antecipar o que será dito, de explicar ou justificar o que vem a seguir; a função da conjunção *porque*. Esta, utilizada nos turnos 212, 213, 214, parece ter a função de interação (FORD, 2000) quando, diante de um contraste em uma interação face-a-face, há necessidade de uma explicação e de uma ação em virtude de implicações sequenciais (GOHL, 2000). L2 recorre à Causalidade na tentativa de justificar a sua posição contrária, uma estratégia de aproximação com o seu interlocutor e de persuasão.

Com relação à Concessão, L1 recorre à conjunção “*mas*” e negação (217), que parece ter função dupla: um misto de negação direta e *mas* de correção, quando discorda de L2 e corrige a sua proposição sobre a especificidade da terapia e sua aplicabilidade (“*caso certo*”).

A Modalização de Probabilidade, ou Modalidade Epistêmica, está presente no pronunciamento inicial de L1 em “*eu acho*” (209) e quando L2 tenta explicar seu ponto de vista “*eu não sei se*” (212), dando um caráter de mitigação na interação. O emprego do pronome “*eu*”, projeta os falantes, determinando a sua responsabilidade dos pontos de vista que cada um deles defende. No caso de L2, o uso da negação “*não*”, ratificando um não saber, evita um tom de posição radical e deixa a dúvida se os mecanismos de funcionalidade da terapia são os mesmos para o indivíduo e para a cidade. L2 ainda utiliza o verbo dizer

(*digamos*) em 213, na 1ª pessoa do plural - nós, (Processo Verbal na Metafunção Ideacional), na tentativa de maior interação com o seu interlocutor, uma estratégia de persuasão.

L1 estrutura o seu ponto de vista (209) com relação às condições da cidade com Apreciação negativa, estruturada pelos Adjuntos Adnominais “*equivalentes*”, e “*ruinzinha*” (Tokens de Atitude) - este último potencializado com o acréscimo do Adjunto Adverbial “*bem*”, entendido, neste contexto, como ‘muito’, e pela forma diminutiva do Adjunto Adverbial ‘*ruim*’, que reforça a comparação com uma marcação de força negativa - uma Graduação. Em 217, descarta a proposta de L2, com um Julgamento negativo sobre a terapia da cidade, institucionalizando a terapia com aplicabilidade ético-social específica, usando o Token de Atitude “*certo*”, uma Graduação de foco.

L2 também recorre à Avaliatividade e, por meio de Apreciação negativa evocada, estruturada pelos adjetivos “*diferente*”, relativo a “*mecanismos*”, e “*mesmo*”, que caracteriza “*nível*”, Tokens de Atitude nesse contexto, expressa sua opinião sobre o sistema da terapia. Ao tentar orientar o ouvinte sobre a questão da cidade e da terapia, L2 conclui seu turno (216) com Julgamento negativo, referindo-se à cidade, como uma coletividade “*tribal*”, intensificada pelo Adjunto Adverbial “*bem*”, uma Graduação de Força.

Conclusão: O desacordo se realiza pelos seguintes recursos:

L1 → Despreferência; lugar de transição após pausa não conclusiva e prolongamento de vogal (“*é::...*”) com sobreposição de turno; desvio de orientação pela monoglossia; Polidez com ato de ameaça à face em “*não*”; Concessão com “*mas*” de negação e correção; Avaliatividade por Julgamento negativo sobre a aplicabilidade da terapia.

L2 → Despreferência; lugar de transição após pausa conclusiva e Alinhamento em “*né?*”; Polidez com elementos atenuadores de ameaça

	à face como Alinhamentos (“né?”, “sabe”), explicação pela Causalidade em “porque” e Probabilidade com nomeação de “eu”; Avaliatividade por Apreciações negativas com Tokens de atitude.	
220 L1	<u>problema emocional para a cidade seria... saneamento... despoluição</u> ↓ ↓	
	Token Avaliação Social (-)	
221	<u>seria analogia de terapia com o indivíduo... você entendeu?</u> ↓ AAF	
	Avaliação Social (-) (cont.)	
222	<u>acho que eu</u> estou comparando um:: um:: um <u>um macro com um micro...</u> ↓ ↓	
	Probabilidade Token (cidade) Token (indivíduo)	
223 L2	<u>mas</u> você vê que esse saneamento ↓ Desacordo	
	Marcador Discursivo	
224 L1	[(o problema) (sobreposição de turno) Alinhamento	
225 L2	<u>se</u> você continuar com a analogia... inclusive e <u>se</u> ↓ Desacordo + AAF ↓	
	Condição Condição	
226 L1	[sobreposição de turno esse saneamento Alinhamento	
227 L2	você pensar::...	

<p>Interpretação: A organização sequencial dos turnos é estruturada por PPP e SPP despreferida, e por duas seqüências de inserção ou esclarecimento (“<i>o problema</i>” e “<i>esse saneamento</i>”), que resgatam a declaração inicial de L1 (220), uma estratégia para manter a coesão dos temas em pauta. Estas modificam a seqüência de formação de par P-R (pergunta-resposta) fazendo com que a realização do par não seja adjacente, mas se adie por alguns turnos (SCHEGLOFF, 1972). Diante das interrupções provocadas por essas inserções L2 tenta, em vão, completar o pensamento iniciado no turno 223 (SPP despreferida), que é recuperado nos turnos subsequentes 225 e 227. Por isso, a seqüência de formação de par acaba seguindo a expectativa do momento da interação, onde as inserções P¹ acabam sem R¹. O esquema abaixo sumariza essas ocorrências:</p> <p>(220) L1 declaração (amplia) PPP</p> <p>(223) L2 responde (discorda) SPP despreferida</p> <p>(224) L1 interrompe (seqüência de inserção ou esclarecimento) P¹</p> <p>(225) L2 continua turno anterior (SPP despreferida)</p> <p>(226) L1 interrompe (seqüência de inserção ou esclarecimento) P¹</p> <p>(227) L2 continua turno anterior (SPP despreferida)</p> <p>L1 parece usar a sobreposição como estratégia para garantir a coesão do tema em pauta e um possível Alinhamento com L2, estruturado pelos tópicos referenciais apontados pelos itens lexicais “<i>o problema</i>” e “<i>esse saneamento</i>”; uma forma de L1 se projetar no papel de ordenador e manter o seu ponto de vista. A interrogativa “<i>você entendeu?</i>”, após a explicação de L1 sobre a sua analogia (220), parece mostrar uma tentativa de Alinhamento, mas pode ser interpretado como um AAF, pois questiona a compreensão de L2 sobre o assunto. Esta pergunta aponta para uma configuração das relações formada pelos papéis de questionador, desempenhado por L1, e a rotulação de L2 em “<i>você</i>” – o interlocutor; o outro (FLØTTUM, 2010; THOMPSON E THETELA, 1995), o que potencializa o</p>	<p>Desacordo (2)</p> <p>AAF (2)</p> <p>Sobreposição de turno (2)</p> <p>Seqüência de inserção (2)</p> <p>Alinhamento (3)</p> <p>Avaliatividade (4)</p> <p>Modalidade (1)</p> <p>Concessão (1)</p> <p>Condição (2)</p> <p>AAF</p>
---	--

componente interpessoal e delimita o poder na interação a favor de L1. A discordância de L2 é anunciada pela Concessão, presente na UCT 223, representada pelo marcador discursivo “*mas*”, que prefacia o assunto da discórdia e é mantida pela Condição estruturada com a partícula “*se*”, (duas vezes em 225), referente ao “*saneamento*” e à “*analogia*”. O emprego do dêitico “*esse*” (223) relacionado ao saneamento e do Adjunto Adverbial “*inclusive*”, relacionado ao elemento chave da discussão, a analogia, explicita sobre o que L2 está discordando, na tentativa de manter a coesão de sua opinião. A fala de L2 também é revestida de maior interpessoalidade ao projetar o seu interlocutor em “*você*” (223, 225 e 227). Embora L2 não tenha completado o seu pensamento devido às interrupções de L1, o que dificulta uma análise mais apurada, a Condição é retomada nos turnos subsequentes (237, 238 e 239) de L2, como será interpretada adiante.

A Modalidade Epistêmica (ou Modalização), representada pela fala de L1 em “*acho que eu*” (222), configura a mudança de orientação, de uma postura monoglóssica com que tratou a interação com L2 nos turnos anteriores (215 e 217) para a heteroglossia, amenizando o confronto. Com a sua projeção em “*eu*”, mantém a identidade como autor da analogia que relaciona os problemas da cidade (um macro) e do indivíduo (um micro).

A Avaliação Social (-) é usada por L1 na tentativa de estabelecer parâmetros mais concretos para a compreensão de sua analogia, elevada ao nível institucional. Por meio de Tokens de Atitude (“*emocional*”, “*macro*”, “*micro*”) relativos a “*problema*”, “*cidade*” e “*indivíduo*”, e nominalizações de questões de âmbito social (“*saneamento*” e “*despoluição*”), L1 constrói a sua argumentação entre os dois polos da analogia: a cidade e o indivíduo. Mesmo com o uso de Nominalização, que favorece o afastamento do falante de seu interlocutor, a presença dos Tokens de Atitude oferece o contraponto na interpessoalidade, ao qualificar, por exemplo, de *emocional* o

234	o superego dele está levando o corpo dele... para a terapia...
235 L2	<u>sim tudo bem</u> Alinhamento Acordo
236 L1	o governo levaria a cidade... () <u>medidas restritivas</u> ↕
	Julgamento (-) Token
237 L2	[sobreposição de turno <u>mas... isso aí é:: é:: a:: o</u> ↕ Desacordo
	Concessão (CCard)
238	saneamento para mim ((tosse)) <u>se</u> continuar com essa analogia seria ((rúidos provenientes de defeito técnico de gravação)) ↕ AAF
	Condição
239	e você:: <u>elimina os sintomas</u> <u>o que acontece?...</u> <u>aparecem outros</u> ↕ AAF ↕
	Julgamento (-) Julgamento (-)
<p>Interpretação: A organização sequencial da conversa é estruturada por primeira-parte-do-par (PPP), segundas-partes-do-par despreferidas (SPP despreferida) e de aparente concordância. Há ocorrência de três sobreposições de turno que contribuem para a assimetria da sequencialidade dos turnos e anuncia estratégias de interação que servem a vários propósitos como: a tomada de turno para antecipar explicação (228); Alinhamento com aparente concordância (232 e 235);</p>	

e tomada de turno para discordar (237).	Acordo
O esquema abaixo é uma tentativa de sumarizar essas ocorrências.	Aparente (2)
(228) L1 { sobrepõe e explica PPP	Desacordo (1)
(230) L2 { alinha em uhn uhn SPP	AAF (3)
(231) L1 { continua explicação do turno anterior (PPP)	Alinhamento (3)
(232) L2 { sobrepõe em tá? e alinha (aparente concordância) SPP (preferida)	Sobreposição de turno (3)
(233) L1 { continua explicação do turno anterior (PPP)	Condição (1)
(235) L2 { alinha (aparente concordância) SPP (preferida)	Concessão (Ccard) (1)
(236) L1 { continua turno anterior e encerra (PPP)	Avaliatividade (9)
(237) L2 { sobrepõe, responde (discorda) e explica SPP despreferida	
(238)(239)	
<p>Na sequência da interação, L2 desempenha o papel de interlocutor ouvinte que procura Alinhamento com sinais convergentes ao falante em “<i>uhn uhn</i>” (230), em “<i>tá</i>” (232), e uma possível concordância (235) explicitada por “<i>sim</i>”, um extremo polar positivo, e reforçada em “<i>tudo bem</i>”. Esses itens lexicais que compõem os encaixamentos de Alinhamento parecem oferecer à L1 sinais de anuência para continuar a sua argumentação no papel de principal, dono da declaração (GOFFMAN, 1981), que toma mais três turnos (231, 233, 236). Entretanto, a sequência dos turnos revela que essa concordância é aparente, quando L2 discorda da explicação de L1 (237, 238, 239), cometendo AAF.</p>	
<p>L1 procura reafirmar a sua posição com extensa explicação sobre a sua analogia no seu turno 228, que é iniciado por um recurso metadiscursivo interacional “<i>é o seguinte</i>”, prefaciando essa explicação, que recebe ajuda de recursos retóricos, de entoação enfática das palavras “<i>PARte</i>”, “<i>imPÕE</i>” e “<i>ciDAde</i>” seguidas de pausas, dando maior eloquência à sua fala, uma estratégia de persuasão (FLØTTUM, 2010). A expressão “<i>ou seja</i>” (233), entendida como um Adjunto Conjuntivo, um articulador de discurso, prefacia essa unidade explicativa, composta por várias UCTs</p>	

(228, 229, 231). L1 investe no seu trabalho de persuasão ao estabelecer a relação entre cidade e indivíduo na analogia em questão, oferecendo outras fontes em sua explicação, como “*governo*” e “*superego*”, modificando o enquadre semântico, na tentativa de firmar o nível contextual sócio-político que tenta estabelecer em sua analogia.

A Condição, anunciada em turno anterior de L2 (225) e interrompida (“se você continuar com essa analogia”), é resgatada e completada no turno 239 – “*você elimina os sintomas []*”. A pergunta retórica fechada - “*o que acontece?*”, seguida de pausa, sugere nova estratégia de L2 para valorizar a sua argumentação, disfarçando a monoglossia de sua declaração, mas fica mantido o AAF.

A Concessão é sinalizada por “*mas*” e ocorre em duas etapas (Esquema de Concessiva Cardinal - CCard), sendo a primeira no turno 235, quando L2 concede (“*sim tudo bem*”), parecendo validar a declaração de L1, e a segunda no turno 237, quando volta à carga para expressar sua opinião contrária (COUPER-KUHLEN e THOMPSON, 2000). A pausa e os alongamentos de vogais (“*mas...; é:: é:: a::*”) parecem indicar organização e planejamento interno do turno para o resgate dos elementos temáticos da interação - “*o saneamento*” e “*analogia*”, reintroduzidos na pauta de L2, até chegar à premissa de que não adianta eliminar os sintomas, pois outros aparecerão. O caminho percorrido por L2 até a sua declaração é caracterizado, também, pelo uso do pronome demonstrativo “*isso*” com função anafórica (HALLIDAY E HASAN, 1973), que faz referência à explicação de L1 com relação à “*analogia*”; do Adjunto Adverbial “*aí*” que aponta na direção do interlocutor, L1, como responsável por ela, e do pronome de forma oblíqua, que precedido de preposição, assume o pronome da 1ª pessoa do singular – “*para mim*”, afirmando a posição do falante (L2) em relação às declarações de L1.

Por meio do Julgamento negativo de sanção social, L1 sugere (228) a necessidade da existência de um órgão para resolver os problemas da cidade. Apesar do caráter indeterminado do léxico, marcado por “*um*” e

“alguma” que, inicialmente, oferecem um estado hipotético à declaração, L1 acaba por inserir elementos novos, mais assertivos, na sua argumentação sobre a analogia, como “restritivas”, um Token de Atitude, determinando o tipo de *medidas* que ele acredita que devam ser adotadas, compreendidas, nesse contexto, como regras morais que o “subordinado” deveria seguir para que os problemas da cidade sejam combatidos. L1 parece ampliar suas estratégias de persuasão ao inserir novas fontes – vozes na concepção polifônica, para fazer prevalecer o seu ponto de vista, como “o indivíduo”, “superego” e o “governo”, finalmente apresentados com o determinante “o” (236). Além disso, a revelação dessas fontes ajuda a interpretar o nível contextual sócio-político que L1 tenta estabelecer enquanto investe na definição da sua analogia.

Conclusão: O desacordo se realiza pelos seguintes recursos:

L2 → Despreferência; lugar de transição por sobreposição de turno; Polidez – ato de ameaça à face por pergunta retórica e Condição em “se continuar”; Concessão (Ccard) por “mas”, iniciada por acordos aparentes em “tá” e “sim tudo bem”; Papel interacional com nomeação de “você”; Avaliatividade pelo Julgamento negativo sobre a ineficácia da eliminação de sintomas.

240 L1	<u>não</u> <u>eu acho</u> que você já já_saiu do () você já está Desacordo ↓
	Probabilidade
241 L2	[sobreposição de turno <u>não</u> eu... Desacordo
242 L1	()...

243 L2	[sobreposição de turno <u>eu vejo assim...</u> ↑	
	Probabilidade	
244 L1	() <u>a eliminação de sintomas?</u> Alinhamento	
245 L2	<u>não</u> <u>mas...</u> o saneamento... <u>sabe</u> Desacordo Alinhamento ↑	Marcador Discursivo
246	você <u>não vai eliminar causa que provocou a a poluição</u> por exemplo... Desacordo ↑	Julgamento (-)
247	() pensar em termos de:: <u>culpa coletiva</u> por exemplo ↑	Julgamento (-) Token
<p>Interpretação: A organização sequencial do trecho é composta por ocorrências de PPP despreferida, SPP despreferidas e uma sequência de inserção no esquema $P^1 > R^1 > SPP$ despreferida. Os turnos de fala estão pautados no desacordo anunciado pela polaridade máxima de negação e muitos deles fazem referência a ocorrências verificadas em turnos anteriores, insistindo no mesmo assunto em pauta, embora com algum acréscimo de informação. O esquema, a seguir, sumariza essa estrutura.</p> <p>(240) L1 declara (discorda) PPP despreferida</p> <p>(241) L2 { sobrepõe e responde (discorda) SPP despreferida</p> <p>(242) L1 { ()... interrompe (incompreensão de palavras)</p> <p>(243) L2 { continua turno anterior (241) com sobreposição</p>		<p>Desacordo (4)</p> <p>Alinhamento (2)</p> <p>Sobreposição de turno (2)</p> <p>Concessão (1)</p> <p>Modalização (2)</p> <p>Avaliatividade (3)</p>

(244) L1 interrompe e alinha (sequência de inserção) **P¹**

(245) L2 responde (discorda) **R¹**, alinha e explica **SPP despreferida**

Com as sobreposições de turno em 241 e 243, L2 tenta recuperar sua posição de falante e evitar uma contingência maior no desacordo iniciado por L1 (240); uma estratégia de autoposicionamento. Consegue manter o turno em 245 e expor a sua opinião (243), prefaciada por um articulador de discurso - “*eu vejo assim*”, marcador argumentativo – “*por exemplo*”, e um marcador verbal “*sabe*” (245), que, em tom de mitigação, expressam um desejo de Alinhamento com seu interlocutor. Com a interrogativa (244), L1 procura resgatar o enunciado de L2 (239), ao repetir “*eliminação de problemas*”, na tentativa de garantir a coesão do assunto em pauta, um possível Alinhamento.

Com relação à Concessão, o tipo de *mas* empregado por L2 (245), à princípio, como marcador discursivo, parece resgatar a questão do “saneamento” – “*não mas... o saneamento... sabe*”, quando nega a pergunta de L1 (“a eliminação de sintomas?”). Entretanto, na continuidade de seu turno (246), ao retomar a verbo “*eliminar*”, L2 abre margem para uma nova interpretação de seu enunciado, onde a concessiva “*embora*” talvez possa ser aplicável: “*não mas [embora]... você não vai eliminar causa que provocou aa poluição por exemplo...*”. As pausas e o Alinhamento em “*sabe*” parecem ajudar uma leitura que permite esse tipo de interpretação.

A Modalidade Epistêmica em “*eu acho*” parece amenizar o AAF na fala de L1, embora o extremo polar de negação (240) esteja presente, fazendo transparecer um comportamento heteroglóssico. A sua fala é revestida de interpessoalidade pela utilização do Adjunto Adverbial “*já*”, que intensifica os verbos sair e estar (Processos Comportamental e Relacional na Metafunção Ideacional), e pela projeção de papel ao rotular L2 de “*você*” (THOMPSON E THETELA, 1995). Parece ser

esta uma tentativa de atribuir a responsabilidade ao interlocutor de desvirtuar a sua analogia, caracterizando um AAF, fato esse não concretizado nesse momento, devido à interrupção de L2, mas que se realizará mais adiante, em 278 e 279 (“*you already involved the psyche of playing the psyche on top of the city*”).

A Avaliatividade está representada pelo subsistema de Julgamento negativo de estima social, quando L2 declara, monoglóssicamente, com posicionamento retrospectivo, que *não se elimina a causa que provocou a poluição*, na tentativa de oferecer, por meio de um exemplo, o contraponto à declaração anterior de L1, que sugeriu a necessidade de um governo que imponha medidas restritas à questão do saneamento. L2 parece tentar mostrar que a poluição e o problema psicológico não são a mesma coisa.

Conclusão: O desacordo se realiza pelos seguintes recursos:

L1 → Despreferência, lugar de transição sem marcação de final de turno; Polidez – com ato de ameaça à face em “*não*”, amenizado pela Probabilidade em “*eu acho*”; Alinhamento com pergunta de confirmação; Papéis interacionais pela nomeação de “eu” e “você”.

L2 → Despreferência; lugar de transição por sobreposição de turno; Polidez com ato de ameaça à face pela negação; Papéis interacionais com nomeação de “eu” e “você”; Probabilidade em “*eu vejo assim*”; Avaliatividade por Julgamento negativo relacionado à eliminação da causa e “culpa coletiva”.

248 L1	[sobreposição de turno <u>é só isso que não tem importa/...</u> ↓ Desacordo + AAF
	Concessão (Ccard)
	Julgamento (-) (↓)

249	<u>certo mas só que não tem nada que ver uma coisa com a outra</u> ↑ Desacordo + AAF
	Concessão (Ccard) ↓
	Julgamento (-) (↓)
250	<u>porque... na psicologia...</u> ↑
	Causalidade
251	<u>se você...só elimina o:: efeito não elimina a causa...</u> ↑ Condição
252	<u>you chega dizer que você pode...muDAR...o problema de um lugar para outro é? ...</u> AAF ↓ Julgamento (-)
253	agora uma
254 L2	[Sobreposição de turno <u>mas o problema continua o mesmo</u> ↑ Desacordo Marcador discursivo ↓ Apreciação (-) Token
<p>Interpretação: A organização sequencial dos turnos é estruturada por duas SPP (segunda-parte-do-par) despreferidas sobrepostas. As sobreposições de turno são significativas para indicar a reafirmação do posicionamento dos interlocutores com relação aos seus pontos de vista sobre o tema em discussão. Esses dois turnos parecem anunciar uma nova configuração na interação, que se realizará na próxima rodada com UCTs também despreferidas.</p>	

<p>(248) L1 sobrepõe, declara (discorda) e explica SPP despreferida</p>	<p>Desacordo (3)</p>
<p>(254) L2 sobrepõe, responde (discorda) SPP despreferida</p>	<p>AAF (3)</p>
<p>O ato de ameaça à face positiva de L2 está configurado no turno de L1, quando, nas duas primeiras UCTs, além de discordar, rejeita as observações de L2, de forma monoglóssica, pela desvalorização (“<i>não tem importância</i>”) e pela descrença (“<i>não tem nada que ver uma coisa com a outra</i>”). O AAF é reincidente na extensão do turno quando L1 entra na seara de expertise de L2, que é nomeada “<i>você</i>”, questionando a precisão da declaração desta interlocutora.</p>	<p>Alinhamento (2)</p> <p>Sobreposição de turno (2)</p> <p>Concessão (3)</p>
<p>A Concessão é expressa por “<i>é</i>” no turno 248, quando L1 parece conceder para logo em seguida discordar - “<i>só isso que não tem importância/...</i>”, interpretado como “[mas] só isso que não tem importância”. Se aplicarmos a possível substituição, podemos considerar a ocorrência de CCard. O mesmo ocorre na UCT 249, quando L1 reafirma (“<i>certo</i>”), para em seguida apresentar uma discordância sem minimização, estruturada na adversidade (“<i>mas só que não</i>”). Na UCT 254, L2 usa o “<i>mas</i>” para resgatar a sua opinião sobre o tema iniciado em turnos anteriores e corrigir a declaração de L1, interpretado como: o problema não muda de lugar, ele continua o mesmo.</p>	<p>Adversidade (1)</p> <p>Causalidade (1)</p> <p>Avaliatividade (7)</p>
<p>A Causalidade é representada no turno de L1 (250) que explica a sua opinião contrária, estruturando a UCT com a conjunção causal “<i>porque</i>”, seguida da conjunção condicional, em “<i>se</i>”. Isso reforça a sua opinião de que, na psicologia, a eliminação do efeito não garante a eliminação da causa. Esse turno está estruturado com base na concessão + adversidade + causalidade + condição, talvez uma estratégia de compor um cenário menos ameaçador e manter seu posicionamento.</p>	
<p>Em termos de Avaliatividade, o turno de L1 está estruturado no Julgamento negativo, agravado pelo extremo polar de negação. Na UCT 248, a Graduação de força também está presente em “<i>só</i>”, um</p>	

Adjunto Modal de Intensidade que, no contexto, potencializa o Token “*isso*” com função anafórica. Essa atitude de Julgamento refere-se à discordância da eficácia da declaração de L2, expressa no turno anterior (246 e 247). O Adjunto Modal de Intensidade “*só*” recorrente, aliado ao Adjunto Adverbial “*nada*”, caracteriza Graduação de Força negativa extrema. Isso mostra o grau de comprometimento de L1 e esforço em manter seu ponto de vista que considera o correto. Quando questiona sua interlocutora, projetada em “*você*”, com uma interrogativa (252), L1 parece reforçar o seu Julgamento negativo, oscilando entre a monoglossia e a heteroglossia, uma estratégia de lidar com as contingências dessa interação. A entoação da palavra “*muDAR*” (concepção polifônica) completa essa multiplicidade de estratégias de persuasão utilizadas por L1 na construção de suas UCTs.

Com relação à Avaliatividade, L2 ratifica seu ponto de vista sobre o problema da cidade (254) pela Apreciação negativa, onde “*o mesmo*” constitui um Token de Atitude. Porém, não mantém o turno que é recuperado por L1, como veremos a seguir.

Conclusão: O desacordo se realiza pelos seguintes recursos:

L1 → Despreferência; lugar de transição por sobreposição de turno; Polidez com ato de ameaça à face em “*não*” e pela desvalorização e descrença, implícitas; Papéis interacionais pela nomeação de “*você*”; Concessão com CCard; Causalidade em “*porque*” e Condição em “*se você*”; Avaliatividade pelo Julgamento negativo questionando a validade de mudar o problema de lugar.

L2 → Despreferência; lugar de transição por sobreposição de turno; Concessão em “*mas*”, que resgata declaração anterior; Avaliatividade pela Apreciação negativa com relação à continuidade do problema.

255
L1

cidade não é isso você eliminou a poluição acabou...

Desacordo



264	estou estou comparando... o psiquê do individuo com a terapia para a poluição da cidade () <u>certo?</u> Alinhamento
265 L2	[sobreposição de turno <u>uhn uhn</u> Alinhamento
<p>Interpretação: A organização sequencial do trecho está configurada por SPP despreferidas, com pronunciamento de desacordos sem índice de relutância, o que resgata a “organização de desacordo da fala” de Gruber (2001), onde o aumento significativo de discrepância de pontos de vista parece prevalecer em detrimento de uma estrutura de primeiras e segundas partes-do-par (PPP e SPP), bloqueando o conflito de opiniões sem perspectiva de solução, e envolvendo os interlocutores em um jogo de ‘sim X não’, ou vice-versa. O esquema a seguir tenta sumarizar essas ocorrências.</p> <p>(255) L1 responde (discorda) e amplia SPP despreferida</p> <p>(258) L2 responde (discorda) SPP despreferida</p> <p>(259) L1 responde (discorda) SPP despreferida</p> <p>(260) L2 insiste (discorda) SPP despreferida</p> <p>(261) L1 responde (discorda) amplia e alinha SPP despreferida</p> <p>(265) L2 sobrepõe e alinha</p> <p>As UCTs (255, 256, 257), que compõem o turno de L1, estão estruturadas por asserções monoglóssicas, com grande ocorrência do extremo polar negativo “<i>não</i>” no início, meio e final delas. A presença de pausas, alongamento da vogal em “<i>não::</i>” e truncamentos iniciais de “<i>não</i>” (três vezes), dão o tom enfático na declaração de L1, no esforço de fazer prevalecer o seu ponto de vista, sem preocupações de preservação de face. No turno 261, L1 parece tentar um Alinhamento em “<i>né?</i>” e “<i>certo?</i>”, embora antecedido por</p>	

Desacordo (7)
AAF (4)
Alinhamento (3)
Sobreposição de turno (2)
Modalização (2)
Avaliatividade (5)

explicações monoglóssicas. L2 se posiciona como ouvinte com o uso do sinalizador “*uhn uhn*”, embora isso não implique em uma concordância, como será comentado na sequência da análise dos próximos turnos. Os interlocutores assumem a primeira pessoa “*eu*”, mostrando-se defensores de suas opiniões imbatíveis, portanto, sem negociação.

A Modalização de Probabilidade é usada por L2 estruturada por “*eu acho que*” (258 e 260), reforçada pelo emprego do extremo polar “*sim*” que, nesse caso, tem sentido de negação, uma estratégia para atenuar o desacordo.

A Avaliatividade é marcada pela Avaliação Social negativa, quando L1 refere-se à cidade que não pode ser definida conforme L2 propôs em sua argumentação anteriormente. O pronome demonstrativo “*isso*”, com função anafórica nesse caso, que estabelece uma relação coesiva de referência, recupera o ponto de vista anterior de L2, que é negado por L1 ao afirmar que não há uma psique para a cidade. O Julgamento negativo ajuda a compor esse cenário ideológico que L1 quer estabelecer, ao determinar que os “*habitantes*” da cidade não a poluiriam intencionalmente.

Conclusão: O desacordo se realiza pelos seguintes recursos:

L1 → Despreferência; lugar de transição sem marcação de término de turno e sobreposição de turno com Alinhamentos; Polidez com atos de ameaça à face pelo extremo polar de negação “*não*” e asserções monoglóssicas; Papel interacional com nomeação de “*eu*”; Avaliatividade pela Avaliação Social negativa ao referir-se à cidade com seus problemas, e Julgamento negativo sobre o comportamento social de seus habitantes.

L2 → Despreferência; lugar de transição por pausa e após negação

	explícita; Alinhamento em “ <i>uhn uhn</i> ”, com sobreposição de turno; Papel interacional com nomeação de “ <i>eu</i> ”; Polidez com elementos atenuadores de ameaça à face pela Probabilidade em “ <i>eu acho</i> ”.	
266 L1	<u>esquecendo... particularidades</u> AAF ↕	
	Afeto (-)	
267 L2	[sobreposição de turno <i>uhn</i> Alinhamento	
268 L1	da psiquê	
269 L2	então <u>acontece por aCAso assim por... falta de::... ah:: de planejamento</u> Desacordo + AAF ↕	
	Julgamento (-)	
270 L1	[Sobreposição de turno poluição? Alinhamento	
271 L2	tal é? Alinhamento	
272 L1	<u>é::</u> Acordo	
273 L2	e:: <u>eu já acho que não</u> ↕ Desacordo	
	Probabilidade	
274 L1	por exemplo <u>se você construísse seu carro você pensaria em poluição?...</u> ↕	
	Condição	

275	não... por quê?... <u>porque se</u> teu carro polui ↓
	Causalidade
276	se se você sai detrás do escapamento fala <u>tudo bem...</u> ↓
	Afeto (+) (↑)
277	agora <u>mil carros</u> andando <u>causa um problema...</u> ↓
	(↑) Julgamento (-)
278	<u>é diferente</u> da... do do do () <u>talvez</u> você não tenha... ↓ ↓
	Apreciação (-) Probabilidade
279	<u>joguei uma analogia errada...</u> <u>você já envolveu a psique</u> ↓ Desacordo + AAF
	Julgamento (-) Token Julgamento (-)
280	<u>quer jogar a psique em cima</u> AAF ↓
	Julgamento (-)
281 L2	[sobreposição de turno (risos) ↓
	Afeto (+)
282 L1	da cidade
283 L2	<u>eu não sei</u> que para <u>falar do problema</u> <u>assim concreto material</u> ↓ ↓ ↓ ↓

	Probabilidade	Afeto (-)	Token	Token
284	<u>realmente</u>	<u>não interessa muito</u>	<u>sabe?</u>	
	Desacordo	+ AAF	↕	Alinhamento
	Afeto (-) (↑)			
285 L1	uhn	Alinhamento		
286 L2	não::	<u>não tem muita ressonância para mim...</u>	<u>inclusive:::</u>	
	Desacordo	+ AAF	↕	
	Afeto (-) (↑)			
<p>Interpretação: A organização sequencial deste último trecho do extrato é estruturada por primeira-parte-do-par (PPP) despreferida, segunda-parte-do-par (SPP) despreferida, e por três sobreposições de turno, sendo uma delas composta por um sinalizador do ouvinte, outra por sequência de inserção ou confirmação do tema da discussão, e a terceira por marcação de turno não-verbal ((risos)). A sequencialidade dos turnos mostra alterações na formação de pares, quando L2 pede confirmação - com “<i>tal é?</i>” - sobre a compreensão da questão que L1 emite na sequência de inserção “<i>poluição?</i>”, que passa a atender as necessidades específicas deste momento da interação, configurando um esquema assimétrico de formação de pares. O esquema abaixo ressalta, em itálico, essa assimetria verificada na sequencialidade.</p>				<p>Acordo (1) Desacordo (5) AAF (5) Alinhamento (5) Sobreposição de turno (3) Causalidade (1) Condição (1) Modalidade (3) Avaliatividade (16)</p>
(266) L1	declaração PPP despreferida			
(267) L2	sobrepõe e alinha com uhn SPP (despreferida)			
(268) L1	finaliza turno anterior (PPP despreferida)			
(269) L2	volta ao tema (discorda) SPP despreferida			
(270) L1	sobrepõe (sequência de inserção) P' (pergunta)			
(271) L2	pede confirmação e alinha			
(272) L1	responde R'			

(273) L2 responde (desacordo) **R'**, **SPP despreferida**

(274) L1 amplia com exemplo **PPP despreferida**

(281) L2 sobrepõe ((risos))

(282) L1 termina turno anterior

(283) L2 responde (desacordo/ desinteresse) **SPP despreferida**

(285) L1 alinha com uhn

(286) L2 conclui turno 281 **SPP despreferida**

A sequência de UCTs revela desacordo incontornável entre os interlocutores, deixando a discussão em estado hipotético. Atos de ameaça à face ocorrem quando L1 propõe ao seu interlocutor esquecer as particularidades da psique e ao emitir a UCT “*jogar a psique em cima da cidade*”, apontando como inadequação de L2 o uso da psicologia, sua especialidade profissional, na discussão do tema. Por sua vez, L2 também comete AAF ao retomar o assunto da discussão (268) demonstrando ironia, e nas últimas UCTs do seu turno (285 e 286), ao explicitar a sua falta de interesse no assunto, encerrando a discussão.

A Causalidade está presente na fala de L1 ao usar a conjunção causal *porque* como estratégia de persuasão. Seu turno explicativo, introduzido também por Condição em “se”, é emitido logo após a reincidência de desacordo por seu interlocutor. Entretanto, o longo turno de L1, com sete UCTs (de 274 a 280), que é estruturado por perguntas e respostas retóricas e exemplificação, a princípio entendido como uma tentativa de persuasão, no final (279 e 280) segue um caminho inesperado, quando conclui que a sua analogia estava “*errada*”.

A Modalização de Probabilidade evidencia não só um comportamento heteroglóssico, mas também uma preocupação com a face dos interlocutores, que procuram mitigar os desacordos em “*eu já acho que não*” (272); “*talvez você*” (277) e “*eu não sei que*” (281).

A Avaliatividade está representada pelos subsistemas de Julgamento negativo, de Apreciação negativa, de Apreciação positiva e de Afeto positivo e negativo, além de Graduações de força e intensidade.

Os Julgamentos negativos, de estima social, referem-se às searas do comportamento humano, abrangendo a coletividade e o individual. Alguns evocam a capacidade: *“mil carros andando causa um problema”*, (considerando que os sujeitos dirigem os carros, pois estes não andam por vontade própria), e *“falta de planejamento”* (considerando que um grupo de pessoas ou alguém é detentor dessa tarefa). Outros Julgamentos explicitam uma questão ética como: *“joguei uma analogia errada”*, quando L1 avalia a própria analogia como pouco confiável; *“você já envolveu a psique”* e *“quer jogar a psique em cima da cidade”*, quando avalia a inadequação profissional de L2, que é psicóloga, ao pontuar sua opinião sobre a analogia.

As Apreciações negativas de L1 (276 e 278) fazem parte de sua argumentação sobre a poluição, quando compara o pensamento do sujeito que sai detrás de seu carro para não respirar poluição e acha que está *“tudo bem”*, com o de uma coletividade de motoristas poluindo a cidade.

O Afeto positivo é representado por *“tudo bem”* (276), revelando um sentimento de tranquilidade, quando L1 trata o caso da poluição individualmente, e por *“((risos))”* quando L2 aceita o AAF por parte de seu interlocutor.

O Afeto negativo inicia o turno de L1 ao propor que as particularidades da psique fossem esquecidas. O Processo Mental *“esquecer”* (Metafunção Ideacional) causa um efeito emocional negativo que L1 projeta em L2, pois parece querer excluir a própria crença da interlocutora na discussão.

O Afeto negativo é observado na fala de L2 quando declara o seu desinteresse sobre o tipo de problema em discussão. Suas UCTs (284 e 286) estão estruturadas por Tokens de Atitude – *“concreto”* e *“material”*, relacionados a *“problema”*, e Graduação de força mostrada por *“realmente”*, *“muito”* e *“inclusive”*, que potencializam essa

atitude.

Conclusão: O desacordo se realiza pelos seguintes recursos:

L1 → Despreferência; lugar de transição após Alinhamento (uhn uhn); desvio de orientação com sobreposição de turno e pergunta de confirmação do tema, exemplificação e pergunta retórica; Polidez com ato de ameaça à face pela desvalorização de crença e valores; Condição em “se” e Causalidade em “porque” na argumentação; Papel interacional com nomeação de “você”, “teu” e “seu”; Avaliatividade pelo Julgamento (-) da atitude dos motoristas de poluem a cidade, ao julgar a própria analogia (“*errada*”), como também da insistência do interlocutor em manter a “psique”, e Apreciação (-) ao tentar avaliar a diferença entre uma e várias pessoas poluindo.

L2 → Despreferência; lugar de transição por sobreposição de turno com Alinhamentos em “*uhn*”, “*né?*”, “*sabe*” e risos, com pergunta de confirmação e alongamento de vogal (“*é::*”), e sem indício de marcação de final de turno; Polidez com ato de ameaça à face pela ironia e desinteresse explicitado; Papel interacional com nomeação de “eu”; Modalização de Probabilidade em “*eu já acho*” e “*eu não sei que*”; Avaliatividade pelo Julgamento negativo ao criticar a não intencionalidade de um planejamento, e Afeto (-) ao mostrar o seu desinteresse pela continuidade do assunto em pauta.

4.2 Análise do 2º. Extrato – Transporte ou comunicação?

Contexto	
<p>Documentarista, L1 (engenheiro) e L2 (psicóloga) estão falando de transporte, em especial o metrô e suas implicações nas grandes cidades. L2 tenta estabelecer uma comparação entre transporte e comunicação ao falar que o metrô é uma forma de comunicação, mas L1 não vê desta forma.</p>	
421	[...]
L2	<p><u>tudo isso é reflexo...</u> uhn::... <u>de uma situação mais ampla</u> <u>né?</u></p> <p style="text-align: center;"> ↕ Alinhamento ↕ Alinhamento </p>
	<p>Apreciação (-) (↑) Apreciação (-) cont. (↑)</p>
422	<p>assim comunicação em cidad/em cidade <u>grande</u></p>
423	<p><u>o metrô é uma forma... de comunicação</u> <u>né?</u> de levar e trazer...</p> <p style="text-align: center;"> ↕ Alinhamento </p>
	<p>Apreciação (+)</p>
424	<p>transporte <u>né?</u></p> <p>Desacordo Alinhamento</p>
	<p>[simultaneidade de vozes</p>
425	<p>425 L2 pessoas e...</p>
426	<p>426 L1 <u>não é bem comunicação</u> é transporte</p> <p>Desacordo AAF ↕</p>
	<p>Apreciação (-) ↓</p>
427	<p>427 L2 <u>pra mim é::</u> <u>ainda...</u></p> <p>Desacordo + AAF ↕</p>

Frequência	
428 L1	transporte <u>não (acho)</u> comunicação... Desacordo ↓
Probabilidade	
<p>Interpretação: A organização sequencial dos turnos está estruturada em PPP, SPP despreferidas e uma sequência de inserção, que interrompe o turno do interlocutor e propicia a continuidade da interação com base na despreferência. O esquema a seguir sumariza as ocorrências.</p> <p>421 L2 — declara PPP</p> <p>424 L1 — sequência de inserção e alinha P'</p> <p>425 L2 — continua turno 421 PPP</p> <p>426 L1 — responde (discorda) SPP despreferida</p> <p>427 L2 — responde (discorda) SPP despreferida</p> <p>428 L1 — responde (discorda) SPP despreferida</p> <p>O desacordo entre os participantes é inevitável, apesar das propostas de Alinhamento em “né?” e forma mitigada das afirmações, uma tentativa de evitar ameaça à face. L2 declara a sua opinião com relação ao transporte, que desencadeia um esquema sequencial de turnos configurado na segunda-parte-do-par despreferida. Este esquema é intervalado por um pedido de esclarecimento de L1 sobre a declaração de L2, um prenúncio de desacordo, e turnos de reafirmação de poder, sem acordo.</p> <p>A presença da Modalização de Probabilidade e Frequência ajuda a compor um cenário heteroglóssico (“<i>não é bem comunicação</i>”; “<i>não (acho) comunicação</i>”; “<i>ainda</i>”), embora a negação esteja representada pelo polar máximo “<i>não</i>”, nas declarações de L1. Por outro lado, L2 mantém seu ponto de vista se posicionando pelo pronome de forma</p>	
<p>Desacordo (4)</p> <p>AAF (2)</p> <p>Sobreposição de turno (1)</p> <p>Alinhamento (3)</p> <p>Modalização (2)</p> <p>Avaliatividade (6)</p>	

oblíqua, que precedido de preposição assume o pronome de 1ª pessoa – “*para mim*”. A Frequência expressa pelo Adjunto Adverbial “*ainda*”, no final da UCT (427) reforça sua posição, após o desacordo de L1.

A Avaliatividade é representada por Apreciação negativa, que L2 usa para resgatar os comentários anteriores de L1 sobre as implicações que as construções do metrô acarretam (desapropriações, desvios de trânsito, etc.). O dêitico “*isso*”, com função anafórica, potencializado pelo determinante indefinido “*tudo*”, refere-se aos comentários anteriores de L1, que L2 define como “*reflexos de uma situação mais ampla*” (421). O Token de atitude *ampla* e o Adjunto Adverbial *mais* – uma Graduação de Força - determinam o grau de amplitude que L2 considera desse cenário. Com a Apreciação positiva emitida na continuidade de seu turno, L2 ainda expressa a sua opinião sobre o metrô, revestindo-o de um sentido social mais complexo, realizado pelo predicador – “*uma forma... de comunicação [...] de levar e trazer... pessoas*”. L2 não utiliza o léxico “transporte” em seus turnos no debate do assunto.

L1 expressa a sua discordância com relação às asserções de L2, por meio de Apreciação negativa, quando oferece uma opinião mais pautada na composição e finalidade imediata do metrô, que para ele é transporte e não comunicação.

Conclusão: O desacordo se realiza pelos seguintes recursos:

L1 → Despreferência; lugar de transição por pausa interna, não conclusiva, simultaneidade de vozes, e pergunta de confirmação do tema com desvio de orientação; Alinhamento em “*né?*”; Polidez com ato de ameaça à face pela negação, embora modalizado; Papel interacional em “eu” implícito (“*acho*”); Probabilidade em “*acho*”; Avaliatividade pela Apreciação negativa ao considerar o metrô um meio de transporte e não de comunicação.

	L2 → Despreferência; lugar de transição sem indício de marcação de final de turno; Polidez com elemento atenuador de ameaça à face; Frequência em “ <i>ainda</i> ”; Papel interacional com nomeação de <i>eu</i> expresso por “ <i>pra mim</i> ”.	
429 L2	você comunica <u>diferentes pontos da cidade</u> quando você::... sabe? ↓	Alinhamento
		Apreciação (+)
430	<u>faz com que pessoas que:: antes teriam acesso</u> ↓	
		Apreciação (-)
431	<u>ou mais difícil ou não teriam... de um ponto para outro</u> ↓	
		Apreciação (-) cont. (↓)
432 L1		[sobreposição de turno <u>não</u> (<u>mas vem daí</u>) Desacordo ↓
		Concessão (Ccard)
433	conotação de comunicação <u>hein?</u> Alinhamento	
434 L2	ahn ahn Alinhamento	
435 L1	isso aí seria um	
436 L2	<u>é mercúrio</u> ((ri)) ↓ ↓	

	Apreciação (-) Afeto (+)
437 L1	<u>é::...diferente...</u> <u>certo?</u> Desacordo ↑ Alinhamento
	Apreciação (-) Token
438 L2	<u>mas</u> em suma <u>acho que...sabe</u> <u>está ligado a todo um contexto de::... que...</u> ↓ ↑ Alinhamento ↓
	Marcador Discursivo
	Probabilidade Afeto (+) (↑)
439	contexto de::... que...
<p>Interpretação: A organização sequencial dos turnos caracteriza-se por PPP e SPP despreferidas, duas SPP de aparente concordância e uma sobreposição de turno. Os declarantes mantêm seus posicionamentos divergentes retomando falas anteriores, repetindo léxico para garantir a coesão do tema e ampliando suas explicações. O esquema a seguir sumariza as ocorrências deste trecho.</p> <p>429 L2 declara (explica) (insiste em 421) PPP</p> <p>432 L1 responde (discorda) mas releva SPP despreferida</p> <p>434 L2 alinha em ahn ahn (aparente concordância) SPP (preferida)</p> <p>435 L1 tenta explicar (discorda) PPP</p> <p>436 L2 interrompe e alinha ((ri)) (aparente concordância) SPP (preferida)</p> <p>437 L1 responde (discorda) alinha SPP despreferida</p> <p>438 L2 declara e amplia (insiste em 421) PPP</p> <p>A configuração dos enunciados mostra estratégia de persuasão reforçada pelas tentativas de Alinhamento em “sabe?” no meio e final de turno, “hein?” e “certo”, proporcionando um tom cortês à interação.</p>	
	Desacordo (2) Sobreposição de turno (1) Alinhamento (4) Concessão (1) Modalização (1) Avaliatividade (7)

A Concessão está presente na UCT de L1 (432), estruturada em *mas* no Esquema de CCard, quando, após usar o extremo polar de negação, reconhece uma possibilidade de validação da proposta de L2, embora prossiga expondo o seu ponto de vista discordante. Esse tipo de Concessão refere-se a um desacordo com um acordo parcial ou fraco no contexto de uma atividade de avaliação (POMERANTZ, 1984).

A Modalização de Probabilidade em “*acho que*”, reforça o tom heteroglóssico à insistência de L2 em manter o seu ponto de vista ao relacionar a questão da comunicação a um contexto, aparentemente maior.

Com relação à Avaliatividade, no turno 429, L2 argumenta sobre a maior facilidade de “*comunicação*” das pessoas com o advento do metrô, formulando uma Apreciação positiva, potencializada pelo epíteto atitudinal “*diferentes*”; uma tentativa de ampliar a sua declaração inicial sobre o assunto. A Apreciação negativa, também presente no turno, avalia o que não acontecia quando não havia metrô, oferecendo o contraponto de sua argumentação, estruturada pelo Adjunto Adverbial de intensidade - “*mais difícil*”, uma Graduação de Força. No turno 436, L2 usa a Apreciação negativa, “*é mercúrio*”, com um Token de Atitude, para complementar a fala de L1 (435), talvez como uma tentativa de aproximação com seu interlocutor, e Afeto positivo ao rir, talvez uma tentativa de Alinhamento. L1 mantém o desacordo formulado por Apreciação negativa (437) com o Token de atitude “*diferente*”, reforçando a distinção entre transporte e comunicação.

No turno 438, L2 tenta potencializar a sua argumentação, estruturada por Apreciação positiva, ao relacionar a comunicação a um “*contexto*” que não conseguiu definir por ter sido interrompida por L1.

<p>“<i>contexto</i>”, empregado por L2 em seu turno 438 interrompido, definindo-o pelos qualificadores “<i>de humano</i>” e “<i>de linguagem</i>”, rejeitados por ele.</p> <p>Por meio de Apreciação negativa, formulada pelo pronome demonstrativo “<i>essa</i>”, com função anafórica, e pelos Tokens de Atitude - “<i>tipo humana</i>” e “<i>tipo linguagem</i>”, L1 define o conceito de comunicação do qual discorda. Por meio de exemplo, tenta defender a sua posição, julgando positivamente a ação de eliminar vias de transporte em situação de guerra, como a destruição de ponte. Nessas circunstâncias, justifica a falta de comunicação, referida como isolamento, imprescindível para a sobrevivência.</p> <p>Conclusão: O desacordo se realiza pelos seguintes recursos:</p> <p>L1 → Despreferência; lugar de transição por sobreposição de turno; desvio de orientação com introdução de novo conceito de comunicação; Polidez com ato de ameaça à face com asserções monoglóssicas; Papel interacional com nomeação de “você”; Avaliatividade pela Apreciação negativa ao defender o próprio conceito de comunicação, que não é o declarado por L2.</p>	
--	--

4.3 Análise do 3º. Extrato – Desenvolvimento é bom ou ruim?

Contexto
<p>Documentarista, L1 (engenheiro) e L2 (psicóloga) estão falando sobre o que é bom para a cidade, quando L1 pergunta para L2: ‘você acha que desenvolvimento é BOM ou é ruim?’ Os participantes, L1 e L2 começam a discutir sobre o assunto, quando, então, L1 questiona o que L2 considera melhor ou pior para o indivíduo.</p>

526 L1	[sobreposição de turno <u>não se preocupe::...</u> Desacordo + AAF	
		↑ Afeto (-) (↑)
527	<u>exageradamente com o emocional não</u> ↑	
		Afeto (-) (↑) (continuação)
528 L2	<u>ah</u> é o meu campo <u>pô</u> ↑ Desacordo	
	marcador discursivo (= mas)	↑
		Afeto (-)
529 L1	[sobreposição de turno <u>((rindo))</u> (eu estou falando de) cidade...	
		↑
		Afeto (+)
530 L2	<u>((rindo)) e daí? A cidade não é também?... a origem das coisas é a emoção...</u> AAAF	
		↑
		↑
	Afeto (+)	Apreciação (+)
<p>Interpretação: A organização sequencial dos turnos é composta por PPP, PPP despreferida, SPP despreferida, sobreposições de turno e Alinhamento. Segue esquema sumarizando essas ocorrências.</p> <p>520 L1 interroga SPP despreferida</p> <p>523 L2 responde, alinha e explica (discorda) SPP despreferida</p> <p>526 L1 sobrepõe e declara (discorda) PPP despreferida</p> <p>528 L2 responde (discorda) SPP despreferida</p>		<p>Desacordo (3)</p> <p>AAAF (5)</p> <p>Sobreposição de turno (2)</p> <p>Alinhamento (1)</p> <p>Concessão (1)</p> <p>Avaliatividade (10)</p>

529 L1 esclarece **PPP**

530 L2 responde (discorda) **SPP despreferida**

O desacordo, predominante na conversa, contribui com a ocorrência de cinco atos de ameaça à face. Observa-se uma tentativa de Alinhamento por parte de L2 em “*se:: se sabe?*”, que prefacia uma explicação maior sobre o seu ponto de vista mal compreendido pelo interlocutor, e talvez para amenizar o tom de antagonismo da conversa. O uso das perguntas de oposição (520) de L1, em SPP despreferida, coloca o seu interlocutor em posição desfavorável, pois representam uma visão distorcida ou não compreendida sobre o que L2 tentou pontuar em seu turno anterior. Essas perguntas são precursoras de uma reação que provoca AAF em quase todos os turnos deste trecho.

A Concessão pode ser representada na fala de L2 em “*ah é o meu campo pô*” (528), onde “*ah*” pode ser substituído por *mas* de negação e correção, uma reação de L2 face à declaração de L1 (526 e 527) ao sugerir que sua interlocutora se preocupa em demasia com o emocional, sendo ela psicóloga.

A ênfase deste trecho está pautada na Atitude. L1 apoia a sua contestação em Julgamento negativo “*vai cair naquele básico que... dinheiro não traz felicidade?*”, potencializado pela Graduação de Força, que avalia, monoglóssicamente, a resposta de L2 pelo uso da expressão “*naquele básico*”, onde *naquele*, um pronome demonstrativo adjetivo, indica algo distante e, nesse caso, entendido como referência a um dito popular, portanto, sem criatividade. O Julgamento negativo também está presente na conclusão de L1 resultante das palavras de L2, estruturado pelo Adjunto Adnominal *ruim*, que caracteriza *desenvolvimento*. O uso de *então*, um marcador inicial discursivo de valor coesivo, mantém a progressão temática desta contestação, ao agregar o que foi dito anteriormente (520 e

521), e ajuda a criar o silogismo: dinheiro não traz felicidade, então o desenvolvimento é ruim (considerando que dinheiro é desenvolvimento).

L2 sente a pressão da contestação e reage por meio da Avaliação de Afeto negativo, questionando a falta de cooperação de L1. Volta ao assunto tentando retificar a fala anterior pelo polar extremo de negação “*não*”, discordando da contestação de L1. A entoação enfática das palavras “*NÃO* e “*SEI*” e o prolongamento da vogal em “*SEI::*” projetam L2 (concepção polifônica), na tentativa de reaver alguma credibilidade. Na sequência de seu turno, L2 oferece o argumento de que o dinheiro “*melhora a condição emocional das pessoas*”, ao expressar uma Avaliação de Afeto positivo, onde “*emocional*”, um Token de Atitude, especifica o campo de atuação que L2 defende.

Entretanto, L1 volta a discordar da questão emocional valendo-se do Processo Mental de Afeto negativo (“*não se preocupe::...*”) potencializado pela Graduação de Força expressa pelo advérbio “*exageradamente*”. Diante de novo AAF, L2 retoma uma postura monoglósica declarando que o emocional faz parte de sua profissão, marcando o desacordo por Avaliação de Afeto negativo – “*pô*”, uma gíria que traduz um sentimento de desagrado, contrariedade e possível reprovação. L2 marca a sua presença com o uso do pronome possessivo “*meu*” que define de que lugar (como psicóloga) está falando.

Apesar dos risos nos turnos seguintes, o que pode ser considerado uma avaliação de Afeto positiva, os pontos de vista permanecem divergentes. L1 procura esclarecer melhor o campo do qual está partindo para defender o seu ponto de vista – “*estou falando de cidade...*”, mas é interrompido por L2 que, apesar do riso, um Afeto positivo, continua defendendo sua posição valorizando o emocional com Apreciação positiva e Graduação de Força – “*das coisas*”,

partindo do pressuposto de que a emoção é a origem de tudo, e portanto, a cidade estaria incluída nisso.

Conclusão: O desacordo se realiza pelos seguintes recursos:

L1 → Despreferência, lugar de transição após pausa simples e sobreposições de turno; Polidez – atos de ameaça à face com perguntas de oposição, desconsideração à profissão e crença de L2, e conclusões prematuras (“então”); desvio de orientação ao propor não envolver o emocional na conversa; Alinhamento com risos; Papéis interacionais com nomeação de “eu” e “você”; Avaliatividade com Julgamento negativo ao criticar a falta de criatividade de L2, e Afeto negativo ao apontar a preocupação exagerada de L2 com o emocional.

L2 → Despreferência; lugar de transição após pausa simples; Alinhamento em “*sabe?*”; Polidez com ato de ameaça à face pela crítica à falta de consideração de L1 pela sua profissão e rejeição sobre o que L1 está tentando explicar (“*e daí?*”); Papéis interacionais com a nomeação de “eu”, “meu” e “você” em “*se sabe?*”; Concessão com *mas* de negação e correção representada por “*ah*”; Avaliatividade com Afeto negativo ao explicitar seus sentimentos com relação à falta de compreensão e consideração de L1 por seus valores e profissão.

A seguir, apresento os resultados gerais obtidos das análises e interpretações com foco analítico nos desacordos.

4.4 Resultados gerais

Com o foco na investigação do desacordo na fala-em-interação, foram examinados 785 turnos de fala da conversa entre um homem (L1) de 26 anos, solteiro, engenheiro, e uma mulher (L2) de 25 anos, solteira, psicóloga, dos quais foram selecionados três extratos com indícios de desacordo para análise, que seguiu os pressupostos teóricos constantes desta tese.

Início com o registro breve do número de turnos e sobreposições de turnos produzidos pelos interlocutores L1 e L2 nos três trechos.

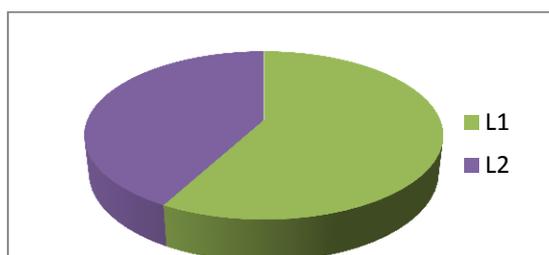
Os dados numéricos mostram que do total dos 70 turnos produzidos e analisados, 35 (50%) foram elaborados e emitidos por L1 e, igualmente, 35 turnos (50%) por L2. Com relação ao total de 19 sobreposições de turno verificadas (27.1% do total dos turnos produzidos), 11 pertencem à L1 (57.9%) e 8 são de autoria de L2 (42.1%). O falante L1, portanto, tem uma vantagem numérica de 15,8% sobre o falante L2, no que se refere à produção de turnos sobrepostos. A Tabela 1, a seguir, sumariza esses resultados.

Tabela 1 - Turnos e sobreposição de turnos

Participantes	Turnos		Sobreposições	
	Número	%	Número	%
L1(engenheiro)	35	50.0%	11	57.9%
L2 (psicóloga)	35	50.0%	08	42.1%
Totais	70	100%	19	100%
	70		19	27.1%

Com o intuito de oferecer melhor visualização da produção dos turnos sobrepostos pelos interactantes, também incluo o Gráficos 1 com sistema de cores, a seguir.

Gráfico 1 – Sobreposição de turnos por falante



Algumas das sobreposições foram emitidas com Alinhamento (ex.: “*uhn uhn*”; “*tá*”); outras prefaciaram uma explicação (“*eu vejo assim...*”) ou ainda introduziram sequências de inserção. As sobreposições de turno contribuíram com sete (07) ocorrências de desacordos explícitos.

Os atos de fala (UCTs) analisados parecem refletir um elevado índice de contingência, colocando os falantes em situações de práticas interacionais conflitantes, nem sempre com respostas planejadas (FORD, 2004) ou argumentos suficientes, o que propiciou uma certa assimetria em algumas sequências de fala, resultante de diferentes ações por parte dos falantes (L1 e L2) como: a elaboração de turnos mais longos para argumentar e persuadir, com exemplos ou dados novos; o resgate de partes de turnos anteriores, ou repetição de léxico para manter a coesão da fala; as interrupções que retardaram o término de um turno; ou o uso de negação extrema (*não*) para sustentar o desacordo, ainda que, às vezes, atenuado. O desencadeamento dessas ações, por vezes, provocou o bloqueio do desenvolvimento da interação, como pode ser observado nas sequências dos turnos 258 a 260; 269 a 273; 423 a 428. Observou-se, ainda, que os desacordos atenuados, por vezes, desencadearam sequências de discordância extrema, ou vice-versa; quando o desacordo tornava-se desconfortável, o interactante mais vulnerável no momento mudava de estratégia, buscando ações mitigadoras. As ocorrências de acordo foram insignificantes. Algumas delas mostraram um acordo aparente, que foi contestado em seguida (turnos 232, 235, 272, 271).

Foram registrados 39 episódios de desacordo explícitos nas conversas dos extratos analisados, que mostraram distintas propriedades estruturais e posicionamento dos interactantes.

O Quadro 9, a seguir, sintetiza esses episódios com colunas que indicam:

- a) O falante responsável pela emissão do desacordo;
- b) O número da UCT ou das UCTs onde o desacordo ocorreu, pois, às vezes, o turno é prolongado devido às explicações adicionais, justificativas ou argumentações dos falantes com relação à sua discordância;

- c) As propriedades estruturais e interacionais que compõem os desacordos;
- d) A posição dos falantes com relação à adjacência; e
- e) Ato de ameaça a face (AAF).

As linhas acinzentadas do Quadro 9 separam as ocorrências conforme a sua ordem de aparição nos três extratos analisados.

Quadro 9 – Episódios de desacordo

Falante	UCT	Propriedades estruturais e interacionais do desacordo	Posição do falante (PAdj)	AAF
L1	215	Com negação (“ <i>não</i> ”, 4 vezes seguidas)	SPP despreferida	sim
	217	Com sobreposição, Concessão, Julgamento (-)	SPP despreferida	sim
	240	Com negação, Probabilidade	PPP despreferida	sim
	248	Com sobreposição, Concessão (Ccard), Julgamento (-)(↓)	SPP despreferida	sim
	249 250	Com Concessão (Ccard), Julgamento (-) (↓), Causalidade, Condição (inclui 250, 251, 252)	SPP despreferida	sim
	255	Com negação, Avaliação Social (-)	SPP despreferida	sim
	256 257	Com negação, Avaliação Social (-) (↑), Julgamento (-)	SPP despreferida	sim
	259	Com negação	SPP despreferida	sim
	262	Com negação, Avaliação Social (-), Alinhamento (né?)	SPP despreferida	não
	263	Com negação	SPP despreferida	não
	279	Com Julgamento (-)	PPP despreferida	sim
	424	Com Alinhamento (né?)	P ¹ (inserida)	não
	426	Com negação, Apreciação (-) (↓)	SPP despreferida	sim

continua

continuação	428	Com negação, Probabilidade	SPP despreferida	sim
	432	Com sobreposição, negação, Concessão, Alinhamento (<i>hein?</i>)	SPP despreferida	não
	437	Com Apreciação (-), Alinhamento (<i>certo?</i>)	SPP despreferida	não
	440 441	Com sobreposição, Apreciação (-), Alinhamento (<i>né?</i>)	SPP despreferida	sim
	445	Com sobreposição, Apreciação (-), Alinhamento (<i>né?</i>)	SPP despreferida	não
	521	Com Julgamento (-)	SPP despreferida	sim
	526 527	Com sobreposição, Afeto (-) (↑)	PPP despreferida	sim
Falante	UCT	Propriedades estruturais do desacordo	Posição do falante (PAdj)	AAF
L2 Desacordos (19)	211	Com Causalidade, Apreciação (-), Alinhamento (<i>né?</i>)	SPP despreferida	não
	223	Com Concessão	SPP despreferida	não
	225	Com Condição	SPP despreferida	sim
	237 238	Com Concessão (Ccard), Condição, Julgamento (-)	SPP despreferida	sim
	241 243	Com negação, sobreposição, Probabilidade	SPP despreferida	não
	245	Com negação, Concessão, Alinhamento (<i>sabe</i>),	SPP despreferida	não
	246	Com negação, Julgamento (-)	SPP despreferida	não
	254	Com sobreposição, Concessão, Apreciação (-)	SPP despreferida	não
	258	Com Probabilidade	SPP despreferida	sim
	260	Com Probabilidade, negação (sim = não)	SPP despreferida	sim
continua				

continuação	269	Com Julgamento (-)	SPP despreferida	sim
	273	Com Probabilidade	SPP despreferida	não
	283	Com Probabilidade, Afeto (-) (↑), Alinhamento (<i>sabe?</i>)	SPP despreferida	sim
	284	Com Afeto (-) (↑), Alinhamento	SSP despreferida	sim
	286	Com negação, Afeto (-) (↑)	SPP despreferida	sim
	427	Com Frequência	SPP despreferida	sim
	523	Com Concessão, Afeto (-)	SPP despreferida	sim
	528	Com Concessão, Afeto (-)	SPP despreferida	não
	530	Com Apreciação (+), Afeto (+)	SPP despreferida	sim

Na estrutura de adjacência prevalece a segunda posição do par, com apenas três ocorrências em primeira posição, embora todas representem a despreferência.

São 24 os atos de ameaça à face positiva registrados nos episódios de desacordo examinados, sendo 13 produzidos por L1 e 11 emitidos por L2.

A emissão da maioria dos desacordos, sem indício de relutância, salvo alguns poucos prefácios e pausas, com declarações monoglóssicas em sua maioria, com pouca mitigação e quase ausência de aliança, compuseram um cenário propício aos AAF. Esses fatores parecem seguir uma “organização de desacordo da fala” (GRUBER, 2001), onde o aumento significativo de discrepâncias de pontos de vista prevalece em detrimento de uma estrutura de primeiras e segundas partes-do-par, bloqueando o conflito de opiniões entre L1 e L2, sem perspectiva de solução. Os AAF acompanham a maioria dos desacordos com relação ao ponto de vista da questão em pauta, mas também aparecem em outras situações de interação onde atingem maior amplitude,

como a formação sociocultural e crença de valores dos interactantes, como nos turnos 221, 280, 446, 523.

A organização local da conversa é composta por UCTs que revelam estratégias com tendência a reforçar o desacordo, como a insistência na continuidade de turnos anteriores interrompidos; as respostas breves sem argumentação, que envolvem os falantes em um jogo de 'sim X não'; e a elaboração de explicações, alongando o turno. L1 é responsável pelo maior número de turnos longos, o que parece reforçar a sua posição de poder de maior argumentação.

Além da organização sequencial das tomadas de turno e das estratégias usadas pelos interactantes na afirmação de seus pontos de vista divergentes, o léxico avaliativo, a causalidade e a concessividade também cumpriu um papel de relevância na configuração da complexidade do desacordo e posicionamento dos falantes nessa interação sublevada.

A Concessão é representada por um total de 10 episódios de desacordo na interação, sendo 4 deles produzidos por L1 e 6 deles produzidos por L2. O Quadro 10, a seguir, reúne esses episódios mostrando a Unidade de Construção de Turno (UCT) principal onde o evento ocorreu, o falante responsável e sua fala, bem como a classificação do tipo de *mas*, possível em cada ocorrência de fala (ITEN, 2000).

Quadro 10 – Concessividade no desacordo

UCT / Falante	Unidade de construção de turno (UCT) (texto)	Tipo de <i>Mas</i>
217 L1	mas não em termos de terapia em termos...	negação direta e correção
248 L1	é só isso que não tem importa/...	CCard
249 L1	certo mas só que não tem nada que ver uma coisa com a outra	CCard
432 L1	não (mas vem daí)	CCard
223 L2	mas você vê que esse saneamento	marcador discursivo
237 L2	mas... isso aí é:: é:: a:: o	CCard
245 L2	não mas... o saneamento... sabe	marcador discursivo
254 L2	mas o problema continua o mesmo	correção
523 L2	mas que ajuda...	marcador discursivo
528 L2	ah é o meu campo pô (=mas)	negação direta e correção

Além da presença de alguns marcadores discursivos (3), com o objetivo de resgatar a fala anterior, podemos constatar a ocorrência da Concessão com três tipos de *mas*: Esquema CCard, que aparece 4 vezes, a negação direta e correção (2 vezes) e a correção (1 vez). Devo ressaltar que a análise desses tipos de ocorrências é passível de interpretações distintas de uma única ocorrência, considerando a complexidade da fala-em-interação, com alto índice de truncamentos, pausas e inversões de estruturas gramaticais e seleção lexical.

A Causalidade também está presente nas situações de desacordo entre L1 e L2, porém em menor escala, conforme as ocorrências com a conjunção *porque*, reproduzidas a seguir, no Quadro 11. Ressalto que na linha 211, a expressão “*é que*” foi interpretada como uma possibilidade de substituição pela referida conjunção.

Os números à esquerda representam os turnos produzidos pelos participantes.

Quadro 11 – Causalidade no desacordo

249 L1 certo mas só que não tem nada que ver uma coisa com a outra	
250 L1 <u>porque</u> ... na psicologia...	
<hr/>	
211 L2 <u>é que</u> os mecanismos são diferentes, né?	
212 L2 <u>porque</u> eu não sei se funciona o:: ao mesmo nível, sabe...	
213 L2 o cara procura terapia ou digamos a cida::de... procura um terapia <u>porque</u> chegou um ponto assim porque aí é:::...	

A preferência pelo foco na análise no significado interpessoal na fala-em-interação, evocando os pressupostos teóricos da Avaliatividade e seus subsistemas, justifica-se pelo fato de esse tipo de interação ter como tarefa principal a negociação da identidade social e das relações e comportamentos sociais (EGGINS E SLADE, 1997, p. 50), mediados pelas escolhas lexicais. A Tabela 2 sumariza as ocorrências avaliativas encontradas nas situações de desacordo nas análises dos extratos, em termos numéricos e por subsistema.

Tabela 2 – Avaliatividade e seus subsistemas nas ocorrências de desacordo

Falantes	Afeto	Julgamento	Apreciação	Avaliação Social	Graduação
L1	01 (-)	06 (-)	04(-)	03 (-)	03(↓); 02(↑)
L2	05(-)	03 (-)	02(-); 01(+)	-----	02(↑)
Total	06(-)	09 (-)	06(-); 01(+)	03(-)	03(↓); 04(↑)

A expressão de Atitude mostra que o falante L1, em 20 ocorrências de desacordo de sua autoria, elaborou avaliações com predominância do subsistema de Julgamento negativo, com enfoque no comportamento humano, com críticas às expectativas, crenças e pretensões individuais de seu interlocutor, como a crítica sobre L2 envolver a psique nos assuntos coletivos (cidade, transporte e desenvolvimento). A Apreciação negativa recobre as avaliações relacionadas a certos padrões culturais, a forma e impacto das questões levantadas.

O interactante L2, com relação ao desacordo, mostra o uso de avaliações com predominância na atitude de Afeto negativo, que privilegia a emoção e os estados das coisas. O Julgamento negativo aparece em segundo lugar na escala dos subsistemas de Avaliatividade usados por este falante. Não foram observadas ocorrência de Avaliação Social, nas situações de desacordo elaboradas por L2.

Os Gráficos 2 e 3, a seguir, oferecem melhor visualização, por legenda de cores, dos subsistemas de Avaliatividade negativa usados pelos falantes nas situações de desacordo.

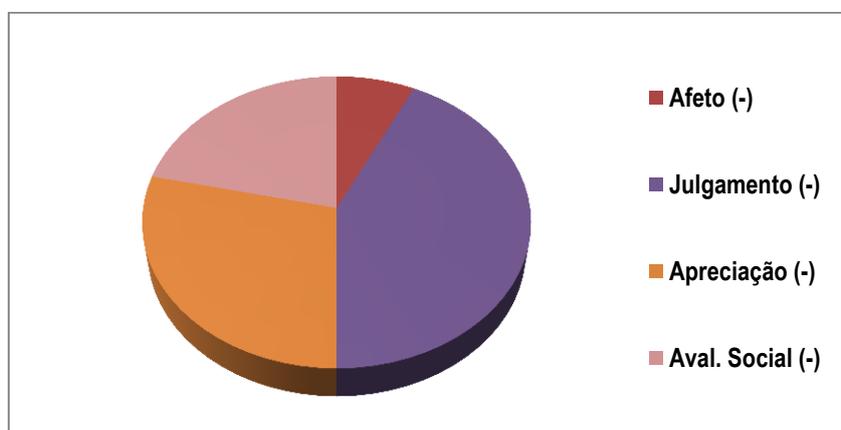
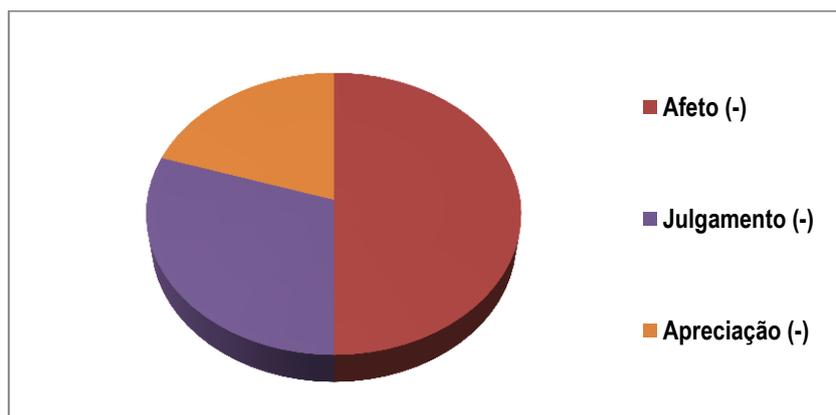
Gráfico 2 – L1: Avaliatividade no desacordo

Gráfico 3 – L2: Avaliatividade no desacordo



Verificou-se, ainda, a emissão do polar extremo de negação “*não*” nos atos de desacordo por ambos interactantes (L1 possui 10 emissões e L2 possui 4 emissões de negação), que, por vezes, marcavam um compromisso monoglóssico por parte do emissor, sem a presença de elementos atenuadores.

Finalmente, a Modalidade é representada pela Modalização de Probabilidade, ou Modalidade Epistêmica, em situações de desacordo, duas vezes em turnos do interlocutor L1 e cinco vezes em turnos de L2, incluindo registro de uma Frequência. O Quadro 12, a seguir, sumariza a Modalidade encontrada nas análises e sinaliza, com asterisco (*), aquelas verificadas em episódios de desacordo.

Quadro 12 – Modalidade no desacordo

209	L1 <u>eu acho que</u> é equivalente com a cidade...
222	L1 <u>acho que</u> eu estou comparando um:: um:: um um macro com um micro...
*240	L1 não eu <u>acho que</u> você já já saiu do () você já está
278	L1 [] <u>talvez</u> você não tenha...
*428	L1 transporte não (<u>acho</u>) comunicação...
212	L2 porque <u>eu não sei</u> se funciona o:: ao mesmo nível, sabe...
243	L2 <u>eu vejo assim</u> ...
*258	L2 <u>eu acho que</u> tem

continua

continuação

*260 L2 eu acho que tem sentido sim por trás

273 L2 e:: eu já acho que não

*283 L2 eu não sei que para falar do problema assim concreto material realmente não interessa muito sabe?

*427 L2 pra mim é:: ainda...

As ocorrências de Probabilidade parecem amenizar os atos de desacordo mantendo um tom heteroglóssico na interação, embora algumas delas incluam a negação, tanto no pronunciamento de L1 (nas duas ocorrências) quanto em L2 (em duas ocorrências). Entretanto, parece que L2 não conseguiu mitigar o AAF em quatro ocorrências (258, 260, 283 e 427).

Nos turnos de L2 foram observadas variáveis de expressão da Modalização de Probabilidade como: “*eu acho que; eu vejo assim; eu já acho que*”, todas parecendo estratégias de mitigação nos atos de desacordo para preservação da face e projeção do “eu”. O mesmo recurso é usado por L1 com uma variável de expressão: “*eu acho que você*”. Esta parece alterar o grau de comprometimento da fala, criando maior expectativa por parte do ouvinte, projetado em “você”, além de promover o estreitamento da interação, oportunizando maior interpessoalidade.

A seguir, concluo esta tese respondendo as perguntas de pesquisa e sugerindo temas possíveis para investigações futuras.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Movida por especial interesse no estudo da fala-em-interação casual e os significados que subjazem a sua aparente natureza trivial, examinei as estruturas linguísticas em ocorrências de desacordo de um homem e uma mulher em diálogo informal, para analisar as condições de interessoalidade nessa interação. Para este estudo procurei reunir um aparato teórico eclético que ajudasse na relação da microestrutura das escolhas lexicais no texto com a macroestrutura do desacordo e suas implicações no discurso.

A partir de uma abordagem crítica (FAIRCLOUGH, 1992) de análise das realizações linguísticas dos participantes nesse tipo de interação, a seguir, procuro demonstrar como os participantes negociaram as suas diferenças de ideológicas e poder, nas situações de desacordo. Volto, então, às perguntas que fazem parte desta pesquisa:

- (a) Como se caracteriza linguisticamente o desacordo ou a sua mitigação?
- (b) Que papéis exercem, nesse processo, a causalidade, a concessividade e a adversatividade?
- (c) Qual é a função da Avaliatividade e da Modalidade em relação a essas questões?

Nos três extratos analisados, as situações de desacordos estão estruturadas, na sua maioria, pelo extremo polar de negação (“*não*”) que, às vezes, representou o próprio turno, caracterizando comportamentos monoglóssicos; por sobreposições de fala acompanhadas por sequências de inserção, que interferiram no rumo dos turnos; por interrupções de fala dos participantes; perguntas retóricas; e tentativas frustradas de alinhamentos com o objetivo de obter a cooperação do interlocutor. Verificou-se um cenário disruptivo, altamente contingente, com atos-de-ameaça-a-face, marcado pelas diferenças ideológicas e socioculturais dos participantes, L1, engenheiro de 26 anos, e L2, psicóloga de 25 anos.

As diferenças de pontos de vista, presentes nas situações de interação e denunciadas pelas escolhas lexicais dos participantes, foram subsidiadas pela dicotomia dos temas de discussão: terapia da cidade versus terapia do

indivíduo; transporte coletivo versus comunicação humana; e desenvolvimento do ser humano versus desenvolvimento da cidade, revelando crenças, valores e perspectivas distintas (FOWLER, 1991), que dificultaram o percurso dessa interação sublevada. Com suas mentes voltadas às suas próprias opiniões, parece que o objetivo principal dos participantes foi a preservação do *self*, como no caso de L1, que se empenhou em não aceitar as questões sob o prisma emocional, do ser humano, defendidas por L2, e em persuadi-la a aceitar as dele, do plano material. Essa posição de negação de L1 é explicitada no texto quando diz: *“esquecendo particularidades da psique”* (266); *“você já envolveu a psique quer jogar a psique encima da cidade”* (278 e 279); *“tira, tira, tira o contexto de humano essa comunicação...”* (440); *“sai do contexto da linguagem...”* (446); *“não se preocupe exageradamente com o emocional não”* (526 e 527). Sua posição de descrença da ideologia do interlocutor também é denunciada, com certo desprezo, quando a banaliza em *“(vai) cair naquele básico que...dinheiro não traz felicidade?”* (521). L1 também resgata outros âmbitos sociais para auxiliar na sua persuasão como as alusões ao “governo”; “medidas restritivas”; “saneamento” e “poluição”, revelando um discurso politizado. A posição de L2 também é explicitada ao sinalizar o seu desinteresse pelas questões trazidas por L1, quando diz: *“[] para falar do problema assim concreto material realmente não interessa muito... sabe?”* (283 e 284); *“não:: não tem muita ressonância para mim...inclusive::”* (286); e *“ a origem das coisas é a emoção...”*, sendo esta última a explicitação da própria crença. Além disso, L2 expressa o seu sentimento ao ver a profissão que exerce ser desconsiderada pelo interlocutor, como demonstra em: *“ah é o meu campo pô”* (528), afirmando de que lugar está falando.

Há uma certa equivalência entre os dois participantes no que se refere à produção de ações de desacordos e de atos-de-ameaças-à-face nos extratos analisados. Entretanto, a relação de poder, que parece ser uma questão central, é distinta entre os falantes, e pode ser observada por suas escolhas linguísticas e pelas estratégias que utilizam. O falante L1, engenheiro, desempenha papéis de indagador, argumentador, mais assertivo e enfático em suas colocações, com enunciados declarativos e com menos ações mitigadoras; mais reflexivo nas estratégias de argumentação e de persuasão que utiliza; e mais preocupado em manter a coesão e coerência da discussão

dos temas em pauta a seu favor, usando, às vezes, elementos da expertise de L2 em seus argumentos. L2, psicóloga, embora também defenda a sua posição, parece assumir uma postura mais defensiva, com reações mais enfraquecidas de argumentação, pouco convincentes e prejudicadas pelas constantes interrupções que sofre, abrindo um espaço de atuação maior para L1. Por isso, nota-se uma assimetria no desempenho de papéis interacionais, revelada pela diferença de *status*, talvez mediada por uma história sociocultural distinta dos participantes, subjacente em suas discussões sobre a relevância do material e do emocional nos temas em pauta. Assim, a conversa dos falantes resume-se em reafirmações da própria crença, contribuindo para o desenho de uma interação inconclusiva.

As construções concessivas e adversativas detectadas nas análises corroboram o significado de “contrariedade à expectativa” (HALLIDAY E HASAN, 1976), e a teoria de Couper-Kuhlen e Thompson (2000), sobre o esquema da Concessiva Cardinal (CCard). As ocorrências CCard verificadas nas interações entre L1 e L2 mostram implicações sociais no que se refere ao desejo dos participantes, a princípio, de expressar alinhamento (GOFFMAN, 1981), talvez por necessidade inicial de preservação da exposição pública do *eu*, com uma concordância aparente, que acaba desencadeando situações de desacordo, na sua maioria com AAF. Segundo Pomerantz (1984), conceder é um modo de que os falantes dispõem para introduzir um desacordo potencialmente destruidor. Isso mostra como os participantes manipulam as suas realizações interpessoais linguisticamente. A projeção do *eu* de um participante na sua relação com o outro, consigo mesmo e com o discurso em construção é sinalizada pela maneira como gerencia a produção ou a recepção de um enunciado. No caso de L2, por exemplo, vale citar a aparente validação da proposta de L1 quando parece concordar em “*sim tudo bem*” (235), para, em seguida, discordar em “*mas...; é:: é:: a:: o saneamento para mim []*” (237 e 238), um turno que inclui a construção CCard, pausa e prolongamento de vogais, que, também, pode sugerir a necessidade de uma organização interna do turno para o resgate dos elementos temáticos da interação. Segundo Ikeda e Saperas (2013), este tipo de ocorrência fornece espaço de manobra para o falante atender às necessidades de polidez do ouvinte e são consideradas favoráveis para simplificar a alta velocidade da produção na linguagem falada,

onde há muito a dizer em um espaço de tempo curto. O falante L1 também elabora construções CCard, sendo que, em uma delas, a negação ocorre em primeiro lugar, para depois amenizar a discordância e mitigar a ameaça à face: “*não (mas vem daí) conotação de comunicação hein?*” (432). As demais ocorrências estruturadas pela construção *mas* revelam a preocupação dos falantes em recuperar o tema em discussão – *marcador discursivo*, e corrigir a proposta do interlocutor, na maioria das vezes, iniciada por negação – *mas de correção*.

A causalidade é empregada pelos participantes nas suas interações de desacordo, embora em menor escala. O papel principal desse tipo de construção linguística é sugerido por Ford (1994) como extensões de *porque*, que segue a negativa ou uma ação despreferida. Os falantes L1 e L2 empregam a causalidade como estratégia de argumentação e persuasão logo após um ato de desacordo, o que lhes confere um certo *status* de poder como conhecedores do assunto que está sendo tratado e sobre o qual estão discordando. Para assegurar a sua posição, L1 chega a referir-se ao campo da psicologia, profissão de seu interlocutor, tentando mostrar conhecimento sobre o assunto em sua argumentação para justificar o seu desacordo (“*porque... na psicologia se você... só elimina o:: efeito não elimina a causa...*”). L2, apesar de utilizar o recurso da causalidade mais do que L1, enfraquece a sua argumentação ao usá-la como justificativa, demonstrando insegurança e não conhecimento, como no turno “*porque eu não sei se funciona o::ao mesmo nível, sabe...*”.

A Modalidade Epistêmica, apesar da baixa frequência nos episódios de desacordo, está estruturada por proposições baseadas em argumentos e razões talvez aceitáveis, mais do que sobre conhecimento fatorial, provocando um contexto de dúvida, aberto a debates. Os falantes L1 e L2 tentam afirmar suas identidades de forma distinta, em asserções modalizadas das quais destaco: a) as de autoria de L2, que reafirma sua opinião: “*eu acho que tem*”; “*eu acho que tem sentido sim por trás*”. Essas asserções modalizadas, construídas na primeira pessoa do singular (eu), na sua subjacência, mais do que uma tentativa de modalizar o desacordo, afirmam um sujeito comprometido, em busca de sua reafirmação ideológica, com uma inferência pessoal, ainda que enfraquecida de argumentação; b) a maioria das

proposições de autoria de L1 rotula o seu interlocutor em “você”, como em “*eu acho que você*”; “*não eu acho que você já já saiu do () você já está*” e “*é diferente da... do do do () talvez você não tenha...*”, deslocando a proposição para uma avaliação sobre o grau de comprometimento do interlocutor com relação às crenças em questão, tomando como base as suas próprias. Portanto, na subjacência dessa interação, ao colocarem-se no lugar de *eu*, os falantes evidenciam suas identidades, e ao projetarem o interlocutor em *você*, julgam as ações dele, revelando questões de poder, marcadas por oposições binárias: eu versus você e o racional versus o emocional, ou ainda, no caso desta interação, eu racional versus você emocional.

O uso dos subsistemas da Avaliatividade, verificados na construção dos turnos de fala com desacordo pelos participantes, mostram que o de Julgamento, voltado à estima social, foi o recurso avaliativo mais recorrente nos turnos de L1, ao referir-se às searas do comportamento humano (habitantes da cidade) em relação ao bem estar social da comunidade, e ao valor ético, quando avalia a inadequação profissional de L2 ao querer aplicar a “*psique*” em âmbitos que, para ele, são incompatíveis com o seu tipo de enfoque. A Apreciação, recurso avaliativo também significativo verificado nos turnos de L1, mostra como esse falante valoriza o racional ao declarar, por exemplo, que comunicação humana não é o mesmo que transporte. A Avaliação Social também presente nas asserções de L1, embora em menos quantidade nos momentos de desacordo, está voltada para as questões sociopolíticas enfrentadas pela cidade, como o saneamento e a poluição, onde a *psique* também não caberia (“*não teria psique da cidade*”). A expressão de Afeto é estruturada uma única vez quando L1 demonstra um sentimento negativo com relação à maneira exagerada como L2 se refere ao emocional, confirmando, uma vez mais, a sua posição. Portanto, diante das escolhas do léxico avaliativo feitas por L1, verifica-se ser este falante detentor de uma ideologia que perpassa o âmbito emocional pela valorização do material. Por meio de uma fala pautada em questões políticas e socioculturais, indaga a necessidade de encarar alguns fenômenos da vida de forma racional e prática, em prol do benefício coletivo.

Com relação ao léxico avaliativo verificado nas construções dos turnos de fala de L2, podemos constatar maior recorrência dos subsistemas de Afeto

e de Julgamento, que ajudam a compor a sua identidade ideológica, contrária à de L1. O subsistema de Afeto indica como o falante valoriza emocionalmente as pessoas, ou estado das coisas. Esse tipo de atitude, fortemente associado à subjetividade e pessoalidade, é observado nas marcas afetivas presentes nos turnos de fala de L2, quando ela declara e reitera seu desinteresse sobre os assuntos materiais/concretos, e quando se sente intimidada diante das declarações incisivas de L1. Seus Julgamentos estão pautados em causas, sintomas, culpa coletiva, sempre com alusão ao estado emocional e, também, no posicionamento ético que L1 assume na interação, contrário às suas crenças. A atitude de Apreciação negativa retrata o modo como L2 interage com L1 sobre os mecanismos de funcionamento e a solução de problemas da cidade por ele apontados. A única Apreciação positiva de L2 explicita a sua posição ideológica: *“a origem das coisas é a emoção”*.

Apesar do recorte imposto pelos objetivos deste estudo, foi possível, com o subsídio da LSF, detectar elementos importantes que esboçam o contexto ideológico, ou seja, a posição de poder, os vieses políticos e valores dos participantes, mesmo em situação de conversa casual. A análise cumulativa revelou uma linguagem como prática social e ideológica, reflexo do contexto histórico (sociocultural, político e econômico) da época em que os dados desta pesquisa foram coletados (anos 70). Ao mesmo tempo em que a psicologia buscava a autonomia que a caracterizaria um campo de atuação novo, decorrente de sua dissociação da filosofia, essa época foi marcada por avanços científicos e tecnológicos, com o advento do metro, a ampliação dos meios de comunicação, uma economia marcada pelo “milagre econômico” (como o desenvolvimento foi chamado na época) e pela ditadura militar. Ao discutirem os temas transporte, comunicação e desenvolvimento, os participantes mostram a sua posição nesse contexto histórico, cada qual na medida em que as suas realidades do mundo físico e emocional, identidades sociais (eu) e relações sociais permitiram (FAIRCLOUGH, 1989), ou seja, um engenheiro e uma psicóloga, jovens (25 e 26 anos) e com pouco tempo de atuação profissional.

Como possível sugestão de futuras pesquisas, acredito que, a nível teórico, a Metafunção Ideacional (HALLIDAY, 1994) deva ser considerada para o tipo de análise proposto por este estudo. Por meio do exame da

Transitividade, acredito ser possível complementar o posicionamento dos interactantes em seus estados do ser, conhecer as ações que eles privilegiam como também os eventos do mundo externo, que refletem a sociedade na qual estão inseridos (HALLIDAY, 1994).

Além da influência da experiência social e profissional de cada um, aliada à própria maneira de ser e de estar no mundo, talvez, outro caminho pudesse ser explorado em futuras pesquisas, como a diferença que separa uma identidade da outra, como o masculino e o feminino. As pesquisas de Tannen (2007), ainda que criticadas pela generalização de alguns aspectos sobre a conversa entre homens e mulheres, geram alguns pressupostos importantes no meio acadêmico, que talvez possam ser úteis em análises futuras, em especial sobre o desacordo, como as diferenças entre status e cooperação, e sobre como a informação e o sentimento são tratados, considerando-se as diferenças de gênero. Segundo essa autora argumenta, a conversa dos homens é orientada pela mensagem, com base na comunicação da informação e, para as mulheres, a conversa é muito mais importante para a construção de relacionamentos e fortalecimento dos vínculos sociais. A maioria das mulheres, para a autora, evita o conflito na linguagem, e tenta resolver desacordos sem confronto direto para manter um relacionamento interpessoal positivo. Os homens, entretanto, são mais propensos a usar o confronto como uma forma de resolver as diferenças e, assim, negociar status.

Finalmente, o estudo da fala-em-interação casual é um campo de pesquisa amplo e promissor e deve ser tratado com o rigor de investigação que merece, pois são as relações face a face que determinam o processo de construção identitária; os indivíduos necessitam uns dos outros para formarem a sua própria identidade.

REFERÊNCIAS

ALDRIDGE-WADDON, Michelle e LUCHJENBROERS, June. **Linguistic manipulations in legal discourse: Framing questions and ‘smuggling’ information.** *International Journal of Speech, Language and the Law* 14 (1), p. 85-107, 2007.

ATKINSON J. M.; DREW, P. **Order in court: The organisation of verbal interaction in judicial settings.** London: Macmillan, 1979.

ATKINSON, J. M.; HERITAGE, J. (eds.) **Structures of Social Action: Studies in Conversation Analysis,** Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

AUTHIER-RÉVUZ, J. **Heterogeneidade(s) Enunciativa(s).** Trad. C. M. Cruz e J. W. Geraldi. *Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas*, n^o 19: 25-41, 1990.

BAKHTIN, M.; DUVAKIN, V. **Mikhail Bakhtin em diálogo: Conversas em 1973 com Viktor Duvakin.** Trad. Daniela Miotello Mondardo, a partir da edição italiana. São Carlos: Pedro & João Editores, 2008.

BAKHTIN. M (1973-1977). **Língua, fala e enunciação.** In: BAKHTIN. M. *Marxismo e filosofia da linguagem.* (tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira) São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. (1973-1977). **A interação verbal.** In: BAKHTIN. M. *Marxismo e filosofia da linguagem.* (tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira) São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. **Discourse in the novel.** In C. Emerson & M. Holquist (Eds.), *Tire dialogic imagination: Four essays by M. M. Bakhtin* (pp. 259-422). Austin, TX: University of Texas Press, 1981.

_____. **Speech Genres and Other Late Essays.** Trans. by Vern W. McGee. Austin, Tx: University of Texas Press, 1986.

BAVELAS, Janet Beavin. **Situations that lead to disqualification.** *Human Communication Research* 9, p. 130-145, 1983.

BAVELAS, Janet Beavin et al. **Equivocal Communication.** Sage, Newbury Park, CA, 1990.

BERRY, M. **Introduction to systemic linguistics: 1, structures and systems.** Batsford. (Review by R.D. Huddleston, *Language* 53, p.190-92). (203-5-37), London, 1975.

BIBER, Douglas e FINEGAN, Edward. **Adverbial stance types in English.** *Discourse Processes*, 11, p. 1–34, 1988. Disponível em: http://www.stanford.edu/~tylers/notes/emotion/Biber_Finegan_1988_reading_notes_Schnoebelen.pdf. Acesso em: 21.11.2013 às 19h13min.

BILMES, J. **The concept of preference in conversation analysis.** In *Language in society*, vol 17 (2), p. 161-181, University Press, 1988.

BLUM-KULKA, Shoshana. **Dinner Talk: Cultural Patterns of Sociability and Socialization in Family Discourse.** Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., 1997.

BRENNEIS, D. **Language and Disputing Annual Review of Anthropology Vol. 17: 221-237.** In lieu of an abstract, the publisher reproduces the first page of the article, 1988. Disponível em:
<http://www.anthropologytimes.com/tag/d-brenneis/#sthash.2JRvagnH.dpuf>.
 Acesso em: 21.11.2013 às 18h50min.

BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen C. **Politeness: Universals in Language Usage.** Cambridge University Press, Cambridge, UK, 1987.

CASTILHO, A.T., PRETTI, D (orgs.). **Projeto NURC/SP, Inquérito 343, bobina no. 130 – Informantes números 441 e 442.** In *A Linguagem da Fala Culta na Cidade de São Paulo, Vol II – Diálogos entre Dois Informantes*, São Paulo, T.A. Queiroz, 1987. Tipo de inquérito: Diálogo entre dois informantes (D2) – Duração de 80 minutos – Data de registro 15.03.1976.

CHAEMSAITHONG, Krisda. **Performing self on the witness stand: Stance and relational work in expert witness testimony.** *Discourse & Society* 23(5), p. 465-486, 2012.

CHAFE, W. (1984). **How people use adverbial clauses.** *Berkeley Linguistics Society* 10: 437-449, 1984.

CHILTON, P. **Analysing Political Discourse: Theory and Practice**, London, Routledge, 2004.

COHEN, Orna; DATNER, Naomi; LUXEMBURG, Ahron. **The limits of the mediator's neutrality.** *Mediation Quarterly* 16, p. 341–348, 1999.

COUPER-KUHLEN, E.; THOMPSON, S.A. Concessive patterns in conversation. In: E. COUPER-KUHLEN; B. KORTMANN (Ed.) **Cause, Condition, Concession, and Contrast: Cognitive and discourse perspectives.** Berlin: Mouton de Gruyter, 2000.

DENZIN, N.K. E LINCOLN, Y.S. **The Landscape of Qualitative Research.** Sage Publications, London, 1998.

DOTTORI FILHO, A. **A causalidade em Português: sua expressão, seus tipos e sua função.** Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Linguística Aplicada aos Estudos da Linguagem, 2005.

DREW, Paul. **Interaction sequences and anticipatory interactive planning.** In: E. Goody (ed.) *Social intelligence and interaction.* Cambridge: Cambridge University Press, p. 111-139, 1995.

- EGGINS, S; SLADE, D. **Analysing casual conversation**. Londres, 1977.
- EGGINS, S. **Researching Everyday Talk**. In *Researching Language in Schools and Communities: Functional Linguistic Perspectives*. L. Unsworth (ed.), Cassell, Open Linguistics Series, p. 130-51, London, 2000.
- EGGINS, S. **An Introduction to Systemic Functional Linguistics**. MPG Book Ltd., Londres, 2004.
- FAIRCLOUGH, N. **Language and Power**. Longman. London, 1989.
- _____. **Discourse and Social Change**. Polity Press. Cambridge, 1992.
- _____. **Critical Discourse Analysis**. Longman, London, 1995.
- FOPPA, Klaus. **Topic progression and intention**. In: I. Markovfi and K. Foppa, eds., *Dynamics of dialogue*, 178-201. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1990.
- FLØTTUM , Kjersti. **EU discourse: Polyphony and unclearness**. In: *Journal of Pragmatics* 42, p. 990-999, London, 2010.
- FOLGER, Joseph P.; JONES, Tricia S. **Epilogue: toward furthering dialogue between researchers and practitioners**. In: *New Directions in Mediation: Communication Research and Perspectives*. Folger, J.P., Jones, T.S. (Eds.), Sage, Thousand Oaks, CS, p. 222–227, 1994.
- FORD, Cecilia E.; THOMPSON, Sandra. A. **Interactional units in conversation: syntactic, intonational, and pragmatic resources for the projection of turn completion**. In Elinor Ochs, Emanuel A. Schegloff, and Sandra A. Thompson, eds., *Interaction and grammar*, 135-184. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- FORD, Cecilia E. **Dialogic aspects of talk and writing: because on the interactive-edited continuum**. *Text*, n. 14, p. 531-554, 1994.
- _____. **The treatment of contrasts in interaction**. In: COUPER-KUHLEN, Elizabeth; KORTMANN, Bernd (Eds.). *Cause condition concession contrast*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2000.
- _____. **Contingency and units in interaction**. *Discourses Studies*, 6, p. 27-52, 2004.
- FOWLER, R. ET AL. **Language and Control**. London: Routledge and Keegan Paul, 1979.
- FOWLER, R. **Language in the news**. Routledge, Londres, 1991.
- GEORGAKOPOULOU, Alexandra e PATRONA, Marianna. **Disagreements in television discussions: How small can small screen arguments be?** *Pragmatics* 10.3, p. 323-338, 2000.

GOFFMAN, Erving. **Footing**. In: Forms of Talk. Goffman, E. (Ed.), Blackwell, Oxford, UK, p. 124-159, 1981.

GOHL, Christine. **Causal relations in spoken discourse: asyndetic constructions as a means for giving reasons**. In: COUPER-KUHLEN, Elizabeth; KORTMANN, Bernd (Eds.). **Cause condition concession contrast**. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2000.

GREATBATCH, David; DINGWALL, Robert. **Selective facilitation: some preliminary observations on a strategy used by divorce mediators**. Law and Society Review 23, p. 613–641, 1989.

GREATBATCH, D. **On the management of disagreement between news interviewees**. In Talk at Work: Interaction in Institutional Settings. Drew, P. & Heritage, J.C. Cambridge: Cambridge University Press, p. 268-301, 1992.

GREENE, John. **Tactical social action: Towards some strategies for theory**. In: M. Cody and M. McLaughlin, eds., The Psychology of Tactical Communication. Clevedon: Multilingual Matters, p. 31-48, 1990.

GRICE, Paul. **Studies in the Way of Words**. Harvard University, Cambridge, MA, 1989.

GRUBER, H. **Disagreeing: Sequential placements and internal structure of disagreements in conflict episodes**. Text 18, 467-503, 1998.

_____. **Questions and strategic orientation in verbal conflict sequences**. Journal of Pragmatics, 33, p. 1815-1857, 2001.

GULLIVER, Phillip H. **Disputes and Negotiations: A Cross-Cultural Perspective**. P. H. PUBLISHER: Academic Press, New York, 1979.

GÜNTNER, Susanne. **Polyphonic and the 'layering of voices' in reported dialogues: An analysis of the use of prosodic devices in everyday reported speech**. In: Journal of Pragmatics 31 p. 685-708, London, 1999.

HALLIDAY, M.A.K. **Explorations in the Functions of Language**. Edward Arnold, London, 1973.

_____. **Language as Social Semiotic**. Edward Arnold, London, 1978.

_____. **The Ontogenesis of Dialogue**. Wolfgang U. Dressler (ed.) Proceedings of the Twelfth International Congress of Linguistics. (Innsbrucker Beiträge zur Sprachwissenschaft Special Volume), p. 534-544, 1979.

_____. **Language as code and language as behavior: a systemic functional interpretation of the nature and ontogenesis of dialogue**. In R.Fawcett, M.A.K. Halliday, S.M. Lamb, and A.Makkai (eds.), The Semiotics of Language and Culture: Vol 1: Language as Social Semiotic. Pinter, London, 1984.

_____. **An Introduction to Functional Grammar.** Edward Arnold, London, 1985.

_____. **The Act of Meaning.** James E. Alatis (ed.) Language, Communication and Social Meaning. Georgetown University Round Table on Language and Linguistics. Washington D.C.: Georgetown University. p. 7-21, [1992] 1993.

_____. **An Introduction to Functional Grammar.** Edward Arnold, London, 1994.

HALLIDAY, M.A.K.; HASAN, R. **Cohesion in English.** London: Longman, 1973.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **Construing Experience through meaning: A language approach to cognition.** London / New York: Continuum, 1999.

HALLIDAY, M.A.K.; MATTHIESSEN, C.M.I.M. **Construing experience through meaning: a language-based approach to cognition,** London, New York: Cassell. Reviewed by John F. Sowa in Computational Linguistics Vol. 27, Issue 1, p. 140-42, 2001.

_____. **An Introduction to Functional Grammar.** Arnold, London, 2004.

HAYASHI, M. et al. **Resources and repair: A cross-linguistic study of syntax and repair.** In Interaction and Grammar. E. Ochs, E. Schegloff, and S. Thompson (eds.), p. 185-237. Cambridge University Press, Cambridge, 1996.

HERITAGE, J.; ATKINSON, M. **Introduction.** In Structures of Social Action. J. Maxwell Atkinson and John Heritage (eds.), Cambridge University Press, Cambridge, 1984.

HERITAGE, J. **A Change of State Token and Aspects of Its Sequential Placement.** In Structures of Social Action. J. Maxwell Atkinson and John Heritage (eds.), Cambridge University Press, Cambridge, 1984.

HERITAGE, J.; GREATBATCH, D. **On the institutional character of institutional talk: the case of news interviews.** In: Talk and Social Structure. Boden, D., Zimmerman, D.H. (Eds.), University of California, Berkeley and Los Angeles, p. 93–137, 1991.

HOPPER, P. J. **Emergent Grammar.** Berkeley Linguistic Society. 13: 139-157, 1987.

_____. **Emergent Grammar and the Apriori Grammar Postulate.** In: D. Tannen (ed.). **Linguistic in Context: Connecting Observation and Understanding.** Norwood: Ablex, 117-134, 1988.

_____. **Emergent Grammar**. In: Michael Tomaselo (ed.). **The New Psychology of Language. Cognitive and Functional Approaches to Language Structure**. Mahwah: Erlbaum Associates, p.155-175, 1988.

HOUTKOOP, H.; MAZELAND, H. **Turns and discourse units in everyday conversation**. *Journal of Pragmatics* 9, p. 595-619, 1985.

HUTCHBY, I. **Confrontation Talk: Aspects of "Interruption" in Argument Sequences on Talk Radio**, *Text*, 12(3), p. 343-371, 1992.

_____. **Confrontation Talk: arguments, asymmetrics, and power on talk radio**. Mahwah, Lawrence Erlbaum, NJ, 1996.

HUTCHBY, I.; WOOFFITT, R. **Conversation analysis: principles, practices and applications**. Polity Press, Oxford, 1998.

HYLAND, K. **Stance and engagement: a model of interaction in academic discourse**. *Discourse Studies*, p. 171-192, SAGE Publications. London, Thousand Oaks, CA and New Delhi, 2005.

_____. **As can be seen: Lexical bundles and disciplinary variation Original Research Article**. *English for Specific Purposes*, Volume 27 (1), p. 4-21, Elsevier Ltd, 2008. Disponível em: http://www2.caes.hku.hk/kenhyland/files/2012/08/As-can-be-seen_lexical-bundles-and-disciplinary-variation.pdf. Acesso em 15.11.2013.

IKEDA, S.N.; ODA, I.H; SAPARAS, M. **Concessão e a Adversatividade: Expressão, Relação e Funções na Interação Falada**. In: *Revista Panorâmica On-Line*, Barra das Garças - MT, vol 14, p. 96–120, julho, 2013.

IRVINE, J.T. **Language and Community**. *Journal of linguistics anthropology*, 6, 1996

ITEN, C. **'Non-Truth-Conditional' Meaning, Relevance and Concessives**. Supervisor: Robyn Carston. ... Kang, Hye-Kyung (2000). *Aspects of the acquisition of quantification: Experimental studies of English and Korean children*, 2000. Disponível em: www.langsci.ucl.ac.uk/linguistics/phd.php. Acesso em: 26.10.2013.

JACOBS, Scott. **Maintaining Neutrality in Dispute Mediation: Managing Disagreement while Managing not to Disagree**. *Journal of Pragmatics* 34, p. 1403-1426, 2002.

JEFFERSON, G. **Side sequences**. In *Studies in social interaction*. D. Sudnow, ed. Free Press, New York, p. 294-338, 1972.

KITIS, E.; MILAPIDES, M. **Read it and Believe it: How metaphor constructs ideology in news discourse. A case study**. *Journal Pragmatics* 28, p. 557-590, [1996] 1997.

- KRESS, G.; HODGE, B. **Language as Ideology**. London: Routledge, 1979.
- KRISTEVA, J. **Pour une sémiologie des paragrammes**. *Tel Quel* 29, p. 53-75, 1967.
- _____. L'engendrement de la formule. *Tel Quel* 37-38, p. 34-81, 1969.
- _____. **Desire in language: a semiotic approach to Literature and Art**. New York: Columbia University Press, 1980.
- KUO, Chih-Hua. **The use of personal pronouns: Role relationships in scientific journal articles**. *English for Specific Purposes* 18/2, p. 121–38, 1999.
- LADEIRA, W. T.; OLIVEIRA, Maria do Carmo L. **O Papel do Mediador no Gerenciamento e Negociações de Conflitos em Audiência de Conciliação**. Tese de Doutorado – Departamento de Letras, PUCRJ, 2005.
- LAKOFF, G. **The role of deduction in grammar**. In C. J. Fillmore and D. T. (eds.) *Studies in Linguistic Semantics*. Holt, Rinehart and Winston, New York. 1971.
- LEMKE, J.L. **Interpersonal Meaning in Discourse: Value Orientations**. In *Advances in Systemic Linguistics, recent theory and practices*. M. Davies & L. Ravelli (eds.), Pinter, London, 1992.
- _____. **Resources for attitudinal meaning – Evaluative orientations in text semantics**. *Functions of Language*, 5.1, p. 33-56, 1998.
- LEVINSON, S. **Pragmatics**. Cambridge Press, Cambridge, 1983.
- LEVINSON, S. **Putting linguistics in a proper footing; explorations in Goffman's concept of participation**. In *Erwing Goffman: Exploring the Interaction Order*, Drew, P. and Woolten, A. (eds), Polity Press, Cambridge, p.161-227, 1988.
- LI, Juan. **Transitivity and lexical cohesion: Press representations of a political disaster and its actors**. In: *Journal of Pragmatics*, 42.12, p. 3444-3458, 2010.
- LOCKER, M.A.; WORTHAM, S. **Voicing on the News: An Analytic Technique for Studying Media Bias**. GSE Publications, 1996. Disponível em: http://works.bepress.com/stanton_wortham/9
- LONGACRE, Robert E. **The grammar of discourse**. New York, Plenum, 1983.
- MCANDREW, P.; MCANDREW, J. **Systemic Functional Linguistics: an Introduction**. *Journal of the Faculty of Global Communication*. Siebola: University of Nagasaki, number 3, p.115-127, 2002.

- MACKEN-HORARIK, M. **Appraisal and the special instructiveness of narrative.** In: Text 23.2, p. 285-312, 2003.
- MARCUSCHI, L. A. **Análise da Conversação,** Geográfica Editora, São Paulo, 2003.
- MARTIN, J.R. **English Text: System and Structure.** John Benjamins, Philadelphi/Amsterdam, 1992.
- _____. **Beyond Exchange: APPRAISAL Systems in English.** In Evaluation in Text, Hunston, S.: Thompson, G. (eds.), Oxford University Press, Oxford, 2000.
- MARTIN, J.R.; ROSE, D. **Working with Discourse: Meaning Beyond the Clause.** Bloomsburry Academic, New Century Series Open Linguistics, 2003
- MARTIN, J.R.; WHITE, P.R.R. **The Language of Evaluation - Appraisal in English.** Palgrave Macmillan, N.Y. , 2005.
- MATTHIESSEN, C.M.I.M. **Lexicogrammatical cartography: English systems.** International Language Sciences Publishers, Tokyo, 1995.
- McANDREW, P.; MACKINNON, L.; RIST, R. **A framework for work-based networked learning.** Journal of Interactive Learning Research, vol.13 (1), p. 149-166, 2002.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo. **Oficina de Linguística Aplicada.** Mercado de Letras, Campinas, São Paulo, 2001.
- MOSSMANN, C. M. H.; OSTERMANN, A. C. **As Discordâncias agravadas na fala-em-interação em consultas ginecológicas e obstétricas.** XII Salão de Iniciação Científica, PUCRS, Rio Grande do Sul, 2011.
- MUNTIGL. P; TURNBULL, W. **Conversational Structure and facework in arguing.** Journal of Pragmatics, 29, p. 225-256, 1998.
- O'KEEFE, Barbara J. **The logic of message design: individual differences in reasoning about communication.** Communication Monographs 55, p. 80–103, 1988.
- O'KEEFE, Barbara J.; DELIA, Jesse G. **Impression formation and message production.** In: Roloff, M.E., Berger, C.R. (Eds.), Social Cognition and Communication. Roloff, M.E., Berger, C.R. (Eds.), Sage, Beverly Hills, CA, p. 33–72, 1982.
- O'KEEFE, Barbara J.; LAMBERT, Bruce L.; LAMBERT, Carol A. **Conflict and communication in a research and development unit.** In: Case Studies in Organizational Communication, Vol. 2, Sypher, B.D. (Ed.), Guilford, New York, p. 31–52, 1997.

PEREIRA, Maria das Graças Dias. **Discordância na interação entre atendentes e clientes em uma Central de Atendimento de Seguro Saúde: o cumprimento do mandato institucional com estratégias de convencimento.** ReVEL, v.11, n. 21, 2013. [www.revel.inf.br].

POMERANTZ, A. **Agreeing and disagreeing with assessments: some features of preferred/dispreferred turn shapes.** In: ATKINSON, J. M.; HERITAGE, J. (Org.). Structures of social action. Cambridge University Press, p.57-101, Cambridge, 1984.

_____. **Agreeing and disagreeing with assessments: some features of preferred/dispreferred turn shapes.** J.M. Atkinson and J.C. Heritage (eds), Structures of Social Action: Studies in Conversation Analysis. Cambridge: Cambridge University Press, 1984a.

_____. **Giving a source a basis: the practice in conversation of telling “how I know”.** Journal of Pragmatics, 8, p. 607-25, 1984b.

PORTA, M.A.G. **A filosofia a partir de seus problemas.** São Paulo: Editora Loyola, 2002.

Projeto Norma Linguística Urbana Culta – RJ. Disponível em: <http://www.lettras.ufrj.br/nurc-rj/> . Acesso em: 21.12.2013 às 18h15min.

SACKS, H., SCHEGLOFF, E.; JEFFERSON, G. **A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation.** Language 50 (4), p. 696-735, 1974.

SACKS, Harvey. **On the preferences for agreement and contiguity in sequences in conversation.** In: BUTTON, Graham; LEE, John R. E. (Eds.). **Talk and social organization.** Philadelphia: Multilingual Matters, 1987.

SCHEGLOFF, E. ET AL. **The preference for self-correction in the organization of repair in conversation.** Language 53, p. 361-382, 1977.

SCHEGLOFF, E.; SACKS, H. **Openings and closings.** In Ethnomethodology. R. Turner (ed.), Penguin, Harmondsworth, p. 233-264, 1974.

SCHEGLOFF, E. **Notes on a conversational practice; formulating place.** D. Sudnow (ed.), p. 75-117, 1972.

_____. **Preliminaries to preliminaries: ‘Can I ask you a question?’** In Sociological Inquiry 50, p. 104-152, 1980.

SCHIFFRIN, D. **The management of a cooperative self in argument: the role of opinions and stories.** In Conflict talk. A. Grimshaw (ed.), Cambridge University Press, Cambridge, 1990.

SIFIANOU, M. **Silence and Politeness.** In Silence. Interdisciplinary Perspectives. Ed. A. Jaworski. Berlin: Mouton de Gruyter, p. 63-84, 1997.

TANNEN, D. **You just don't understand: Women and men in conversation.** Harper, New York, 2007.

THOMPSON, G.; THETELA, P. **The sound of one hand clapping: The management of interaction in written discourse**, Text 15/, p. 103–27, 1995.

THOMPSON, G.; LONGACRE, Robert E. Adverbial clauses. In: SHOPEN, T. (Ed.). **Language, typology and syntact description II**, 1985.

THOMPSON, G. **Resonance in text**. In: SANCHEZ-MACARRO & CARTER, R. (eds.) *Linguistic choice across genres: variation in spoken and written English*. London: John Benjamins, 1998.

THURLOW, C.; JAWORSKI, A. **The alchemy of the upwardly mobile: Symbolic capital and the stylization of elites in frequent-flyer programmes**. *Discourse & Society*, 17(1), p. 131-167, 2006.

TRACEY, Karen; SPRADLIN, Anna, 1994. **Talking like a mediator: conversational moves of experienced divorce mediators**. In: *New Directions in Mediation*. Folger, J.P., Jones, T.S. (Eds.), Sage, Thousand Oaks, CA, p. 110-132, 1994.

WHITE, P.R.R. **Dialogue and Inter-Subjectivity: Reinterpreting the Semantics of Modality and**. In *Working with Dialog*, Coulthard, M.; Cotterill, J.; Rock, F. (eds), Neimeyer, 2000.

_____. **Appraisal: the language of evaluation and stance**. In *The Handbook of Pragmatics*, John Benjamins, p. 1-23, Amsterdam and Philadelphia, 2002.

_____. **Beyond modality and hedging: A dialogic view of the language of intersubjective stance**. Text 23.2, p. 259-284, 2003.
<http://www.grammatics.com/appraisal/textSpecial/beyondmodality%28white%29.pdf> Acesso em: 22.12.2013 às 22h34min.

_____. **Telling Media Tales: The News Story as Rhetoric**. Sydney: University of Sydney, 1998.

WHORF, B. L. **Language, Thought, and Reality: Selected Writings of Benjamin Lee Whorf by Benjamin Lee Whorf**, John B. Carroll (ed.), Cambridge, MA, 1956.

WORTHAM, S. **Are Constructs Personal?** In *Theory & Psychology*, Volume 6 (1), p. 79-84. GSE Publications, 1996. Disponível em:
http://works.bepress.com/stanton_wortham/23

_____. **Mapping participant deictics: A technique for discovering speakers' footing**. *Journal Pragmatics*, 25, p. 331-348, 1996.

_____. **Interactional Positioning and Narrative Self-Construction.** GSE Publications. 2000. Disponível em:
http://works.bepress.com/stanton_wortham/19

ZAGOTO, L.F. **O desacordo em uma reunião de trabalho: funções discursivas.** Tese de Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

ZUPNIK, Y. **A pragmatic analysis of the use of person deixis in political discourse.** Journal of Pragmatics, 21, p. 339-83, 1994.

ANEXO

PROJETO NURC/SP

INQUÉRITO NO. 343 – BOBINA NO. 130 – INFS. NO. 441 e 442

Tipo de inquérito: diálogo entre dois participantes (D2)

Duração: 80 minutos

Data do registro: 15/03/1976

Tema: A cidade, o comércio.

Locutor 1: Homem, 26 anos, solteiro, engenheiro, paulistano, pais paulistanos, 1ª. Faixa etária. (Inf. no. 442)

Locutor 2: Mulher, 25 anos, solteira, psicóloga, paulistana, pais paulistanos, 1a. faixa etária. (Inf. No. 441)

Trechos

	[...]
209	L1 eu acho que é equivalente com a cidade... a hora que a
210	cidade fica bem ruinzinha né?
	L2 é que os mecanismos são diferentes né? porque eu não sei
	se funciona o:: ao mesmo nível sabe... o cara procura
	terapia ou digamos a cida::de... procura uma terapia
	porque chegou um ponto assim porque aí é:::...
215	L1 <u>não não não não</u>
	L2 é bem tribal né?
	L1 <u>mas não</u> em termos de terapia em termos... a terapia é um
	veículo de solução do problema no caso certo
	L2 uhn uhn
220	L1 problema emocional para a cidade seria... saneamento...
	despoluição... seria analogia de terapia com o individuo...
	you entendeu?... acho que eu estou comparando um::
	um:: um um macro com um micro...
	[...]
235	L1 ou seja ... na hora que o individuo vai procurar... um:::...
	uma terapia o superego dele está levando o corpo dele...
	para a terapia...
	L2 sim tudo bem
	L1 o governo levaria a cidade... () medidas restritivas
	[
240	L2 mas... isso aí é:: é:: a:: o
	saneamento para mim ((tosse)) se continuar com essa
	analogia seria ((ruídos provenientes de defeito técnico
	de gravação)) e você:: elimina os sintomas o que
	acontece?... aparecem outros
	L1 não eu acho que você já já saiu do () você já está
	[
245	L2 não eu...
	L1 ()

	<p>[L2 eu vejo assim...</p>
250	<p>L1 () a eliminação de sintomas? L2 não mas... o saneamento... sabe você não vai eliminar causa que provocou a a poluição por exemplo... () pensar em termos de:: culpa coletiva por exemplo</p>
255	<p>L1 é só isso que não tem importa/... certo mas só que não tem nada que ver uma coisa com a outra porque... na psicologia... se você... só elimina o:: efeito não elimina a causa... você chega dizer que você pode ... muDAR ... o problema de um lugar para outro né?... agora uma</p>
260	<p>[L2 mas o problema continua o mesmo L1 cidade não é isso você eliminou a poluição acabou... nã nã/ nã/ não:: tem um análogo assim da cidade grande tipo... vontade dos ... habitantes de poluir... não... L2 eu acho que tem L1 não L2 eu acho que tem sentido sim por trás</p>
265	<p>[L1 a cidade nesse sentido não teria uma psique da cidade né?... eu não estou comparando a psique do indivíduo com a da cidade ()... estou comparando... o psique do indivíduo com a terapia para poluição da cidade () certo?</p>
270	<p>[L2 uhn uhn L1 esquecendo... particularidades [L2 uhn L1 da psique L2 então acontece por aCAso assim por... falta de:... ah:: de planejamento</p>
275	<p>[L1 poluição? L2 tal é? L1 é:: L2 e:: eu já acho que não</p>
280	<p>L1 por exemplo se você construísse seu carro você pensaria em poluição ... não...por que?... porque se teu carro poluir se se você sai detrás do escapamento fala tudo bem... agora mil carros andando causa um problema... é diferente da ... do do do () talvez você não tenha... joguei uma analogia errada... você já envolveu a psique quer jogar a psique em cima</p>
285	<p>[L2 ((risos)) L1 da cidade</p>

	L2 eu não sei que para falar do problema assim concreto material realmente não interessa muito sabe?
	L1 uhn
	[...]
322	L1 sugestão
	L2 e <i>Doc</i> ((risos))
	L1 para continuidade
	[
325	<i>Doc.</i> Sugestões e a opinião de vocês a respeito do metrô?
	L2 um elevador que anda:: ((risos))... comentário de ::de::... é:: (comentário) de nordestino chegando “elevador
	[
	<i>Doc</i> (autocrata)
330	L2 que anda ao contrário que anda de cá para lá aperta um botão e:: começa a andar” ... éh:: sei lá... metrô?...
	L1 está meio atrasado né?... já devia ter muito tempo... de metrô aqui sabe?
	<i>Doc</i> ah:: vale a pena...
335	L2 é me disseram que va::le
	L1 porque ele ainda não está... trabalhando bem né? ou seja ele está funcionando mas... acho que a:: causa básica dele é transporte em massa... (correto?) é um meio de transporte que... não causa trânsito... não causa
340	congestionamento o metrô... funciona diferente de vários ônibus né? (não é) um ônibus atrás de outro... mas é um transporte RApido... é uma... das opções de transporte... (agora) para você... transportar massa... BEM você não pode ter uma linha só... você tem que ter várias
345	linhas para cobrir toda a área de São Paulo e distribuir né?
	L2 uhn uhn
	L1 então você pega a massa da... periferia joga para o Centro... e devolve essa massa de novo para a periferia... () de manhã... para a tarde né?
350	L2 uhn uhn...
	L1 numa linha só não cobre isso... porque você veja... metrô é um transporte em linha reta né?... então:: você tem que ter coisas (conexando) o início e fim da linha...
355	porque você não consegue concentrar uma massa num ponto que seria no início da linha e:: depois soltar essa massa noutro ponto e tudo bem... você tem que ter uma malha uma rede... de tal maneira que isso fique... mais (discretizado) né?
360	L2 uhn uhn...
	L1 e nós temos uma linha só...
	L2 é:: e já começamos atrasados e tudo mais
	[
	L1 eh

365	L2	você vai::...
	L1	muita política em cima
	L2	você vê em Londres... você::
		[
	L1	()
370	L2	você olha um mapinha qualquer bairro qualquer lugar que você quei/ que você queira ir tem assim no máximo com três quarteirões de distância uma linha de metrô que chega até lá e::
	L1	mais ou menos não é bem assim não... dá impressão que é isso... nós estamos com muita política em cima do metro né?...
375	L2	uhn uhn
	L1	então quando foram fazer a Paulista... já tinham gastado três bi sei lá... cacetada de dinheiro
		[
	L2	com aquela rebá/aquele rebaixamento né?
380	L1	é
	L2	uhn
	L1	aí resolveu-se..., que a ideia não era boa né?... bom... tinha sido planejado estava em execução e:: ... de repente não ficou bom... então isso dá para sentir que tinha muita política... com muita força por trás disso né? porque estava sendo interrompido uma solução em execução
385	L2	uhn
	L1	acho que isso é uma grande bobagem... ou por um lado ter feito uma solução errada ou segundo uma solução certa interromper... mas eu senti que era... tinha mudança de governo no meio...
390	L2	sempre tem mudança de governo ((ri)) recomeça tudo
		[
	L1	()
395	L2	de no::vo... é... malha malha o governo anterior e né?
		[
	L1	nós estamos com o metrô muito::... sei lá,, a gente está acostumado já de ouvir falar de metrô porque está muito mas... não não temos metrô ainda metrô tem que ser uma malha... certo? nós temos uma linha... coitadinha não sei se dá para chamar ela de metrô...
400	L2	((riu)) é ((tosse))
	L1	eu gostaria de saber quando e que nós vamos ter metrô né?... porque cada vez (não sei se) você percebe... fica mais caro fazer metrô né?... porque digamos que você começasse fazer... metrô em mil novecentos e trinta ... então ia aproveitar a linha da... do bom::de ... éh::... você vai fazer... metrô... tipo túnel né? tem prédio em cima... você só... faz o... casamata em::baixo... proíbe de construir prédio em cima... mas não você vai
405		

410		fazer metrô subterrâneo... você tem que ter máquina Schield para cavar... e proteger as paredes... porque se você cava sem Schield desaba tudo que está cheio de prédio em cima né?... você vai fazer... metrô... na TErra... você corta toda São Paulo:: acaba com o trânsito tal não pode tem que fazer... metrô elevado né?
415		metrô elevado sai mais caro... conforme o caminho que ele faz ele... passaria em cima do PRedio... tanto que houve aquela... blá blá blá aí de::... desapropria ali o colégio::... ah:: não (Caetano)
	L2	[o:: Caetano né?
420	L1	não desapropria::a... mu::da não mu::da
	L2	tudo isso é reflexo... uhn::... de uma situação mais ampla né? Assim comunicação em cida/em cidade grande o metrô é uma forma... de comunicação né? de levar e trazer...
425	L1	transporte né?
	L2	[pessoas e...
	L1	não é bem comunicação é transporte
	L2	pra mim é:: ainda...
430	L1	transporte não (acho) comunicação...
	L2	você comunica diferentes pontos da cidade quando você:: ... sabe? Faz com que pessoas que:: antes teriam acesso ou mais difícil ou não teriam... de um ponto para outro
435	L1	[não (mas vem daí) conotação de comunicação hein?
	L2	ahn ahn
	L1	isso aí seria um
	L2	é mercúrio ((ri))
	L1	é::... diferente... certo?
440	L2	mas em suma acho que... save está ligado a todo um contexto de ::... que...
	L1	[tira tira tira o contexto de humano essa comunicação... comunicação de transporte é comunicação não humana né?... (por exemplo) você está em guerra o importante é você acabar com as comunicações... né? então você... destrói uma ponte e:: fica isolado assim da::
445	L2	uhn uhn
	L1	[é diferente da comunicação... tipo humana né? Tipo linguagem... sai do contexto de linguagem...
450	L2	mas você vê que::... (quer dizer) uma visão que o::... que o papai tem né? que ele diz que vai chegar uma hora que para/que a cidade vai ficar paralisada... então acho que é assim né? ... (fantasiando você pode dizer...

455		sabe chega imigrante chega imigrante chega imigran::te e... cresce e cresce e cresce e... e:: ao mesmo tempo (houve) o crescimento das ... digamos das vias... ou::... né? de:: circulação... dentro da cidade não acompanha esse crescimento... de população né?
460	L1	uhn uhn... eu não sei... o que se o que... gostaria de ver:: o:: que já aconteceu de análogo... mas me parece que não não deve paralisar porque não tem... caso análogo (na história)... você tem por exemplo (Tóquio) para fazer você conforme... o azar teu você fica quatro
465	L2	horas paralisado num trânsito... (lá:: qualquer) mas nem por isso deixa de ir ()
	L1	[mas isso é relativo né? você pode não ter:: não é global isso né? então sei lá digamos uma regiãozinha ali::... os que não estão acostumados
470		com a cidade pum se meter no trânsito e se se se (ficam)... talvez até:: em São Paulo... eu nunca pego o trânsito... correto?
	L2	eu já pego ((ri))
	L1	[segundo... a pessoa ali passa um tempo ali... [
	Doc.	()
475	L2	[você sacar... sacar os:: os desvios...
	L1	segundo... o que PAssa (em) muito lugar de trânsito ele já sabe o caminhozinho saidazinhas especiais ou::
480		... não vai de carro até lá... vai de metrô e... anda três quarteirões... quer dizer eu não vou na cidade de carro...
	L2	uhn... vai de motor
	L1	então... a maioria... sei lá... não é afetada... mas não é bom... agora... por trás disso você sempre (você)
485		percebe... parece que a cidade não tem superego para para para ... funcionar:: ela es´ta... cres::ce desces::ce [
	L2	tem... não que ele
	L1	tem político e... () [
	L2	funcione bem mas tem::... (pesso/) autoridade é superego não é M.? a::...
490	L1	ah é
	L2	a polícia e tal que ela funcione num num:: ((ri)) aí já não concordo mas que existe existe né?
	L1	uhn uhn... ela não não coordENA as partes em um bom funcionamento [
495	L2	quer dizer que o ego da cidade não funciona bem porque::... né? as partes não são integradas... ((ruídos))

	L1	você acha que... desenvolvimento é BOM ou é ruim?
	L2	desenvolvimento em que sentido?
500	L1	crescimento... o Brasil diz-se basicamente subdesenvolvido e diz-se também que ele está crescendo... se desenvolvendo... parece que está saindo de uma... condição de subdesenvolvimento para chegar sei lá numa de desenvolvido... <i>okay?</i> ... uma:: um caminho
	L2	ahn ahn
505	L1	agora PE::gue ... os indivíduos ... desse país... é melhor ou pior para eles isso?
	L2	não sei porque acho que aí quando se fala em desenvolvimento geralmente está se falando num plano material né?... concreto material ou melhores condições materiais de vida...
510	L1	é mas se não nã/não:::....
	L2	[se Isso sabe
	L1	seja mais ampla... porque:::... material envolve... qualquer outro...junto... certo?
515	L2	nem sempre M. você vai:::... assim:: o povo americano não é um povo feliz... em termos de condições materiais:: está ótimo está está:: muito bem mas... realmente eu não sei te dizer se... se... se faz tanta diferença assim... ((barulho de motocicleta))
520	L1	então você quer dizer o quê? (vai) cair naquele básico que... dinheiro não traz felicidade? ... então desenvolvimento está ruim...
	L2	mas que ajuda... NÃO estou dizendo que não SEI:: se:: se sabe? Melhora a condição assim emocional das pessoas que estão... quer dizer () ou não
525	L1	[não se preocupe:::....
	L2	Exageradamente com o emocional não
	L2	ah é o meu campo pô
	L1	[((rindo)) (eu estou falando de) cidade...
530	L2	((rindo)) e daí? A cidade não é também?... a origem das coisas é a emoção... as aulas as aulinhas lá que eu
	L1	[você mexe...
	L2	estou assistindo
	L1	fundamentalmente
	L2	[oi?
535	L1	com os indivíduos né? é diferente de mexer com casas
	L2	[e o que são indivíduos?... são feixes de emoções... condensadas ((ri))
540	L1	o individuo é um todo...

	L2	o que eu Acho... assim...
	L1	por exemplo
	[
	L2	ahn
545	L1	<p> você acha que um individuo...tendo trabalho ou não tendo trabalho é... é a mesma coisa?... você não acha que um individuo que tem onde trabalhar:... e gan::nha melhor ele não está... emocionalmente melhor que um individuo que não tem onde trabalhar e::... et cetera?... você não acha? </p>
550	L2	você diz mais ou menos doente?
	L1	sei lá... eu não estou pegando nenhum
	[
	L2	nesse sentido assim?
	L1	caso clínico... um individuo qualquer...
	[
	L2	ahn tudo bem... está está legal...
555	L1	então o desen/ o desenvolvimento é bom porque ele dá chance de emprego para mais gente...
	L2	mas você está pegando uma coisin::nha assim sabe? um cara que esteja desempregado também eu posso... usar o mesmo exemplo num sentido contrário... o cara que está desempregado porque não consegue se empregar né? na verdade não quer... o um outro que:: assim... muito bem empregado executivo chefe de empresa e tal mas cheio das neuroses dele... eu não sei qual está melhor...
560		
	L1	então você tem que abstrair desse aspecto porque você pode ter ambos os ca::sos... você tem que pegar na média esquecendo esse aspecto particular...
565	L2	é mas aí:: é o tal negócio eu não me preocupo muito com a média... pra mim interessa:: o:: indivíduo né?...
570		salvação individual então eu pensar... como é que está essa média como é que está aquela... como é que está a ou/... () realmente me faltam dados né? para eu... mas que aí é falta de interesse minha né? de eu não procurar esses dados de eu não me tocar muito...
575		e ver::...
	L1	é eu às vezes me preocupo com... digamos com a média pelo seguinte... eu me preocupo com o que que eu estou contribuindo como o bem da média ou não... porque porque eu pego e calculo uma coisa que chegou a mim... e de mim vai para outros
580		
	L2	uhn uhn
	L1	certo eu sou:: um::... um circuitozinho pequenininho dentro de um processo grande...
	L2	ahn ahn
585	L1	e se eu (saio) dali ou não basicamente eu posso não interferir... no processo global... mas eu queria entender esse processo né? porque às vezes eu vejo assim pontes

590		enormes que:: se gastam... fábulas para construí-la... desde o projeto até::... a entrega da obra... mas às vezes eu não sinto muito o nexo na ponte... então eu fico me perguntando se eu estou... por fo::ra do planejamento né? eu estou fazendo a coisa... simplesmente porque eu sou uma:: pe::ça dentro de uma ... engrenagem maior
595		então eu não estou sabendo do porquê... ou se tem::... como às vezes eu sinto muito... muito senão aí::... alguém tem dinheiro:: dá dinheiro para esse outro para ele construir a ponte mas sem outra função né?... mas hoje eu tenho eu acho assim puxa essa ponte está:: jogando dinheiro fora... não que.. melhor guardar
600	L2	[você não pode escolher não fazer né?
	L1	não... mesmo que eu escolha eu não vou interferir no processo...
	L2	ahn ahn
605	L1	mas eu gostaria de sentir se o esquema em si ele funciona bem... não sinto o funcionamento dele... global gostaria de entender...
	L2	ahn ahn... não sei acho que eu também não entendo mas acho que vem muito em função da gente entender::...
610		o... primei::ro ter que entender o teu funcionamento individual para depois::... sabe? realidade é uma projeção né?... também... você... sabe você estar equilibrado antes::... enquanto indivíduo para poder enxergar... fora como é que é esse equilíbrio fora... que existe o equilíbrio acho que existe mas de que forma que ele se mantém né?... obrigada ((fala paralela)) ((som de colherinha batendo na xícara))
615		